

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

ESPACIALIDADE DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS

STEFANIA LUIZA MARQUES TIEPPO

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ESPACIALIDADE DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS

STEFANIA LUIZA MARQUES TIEPPO

Sob a Orientação da Professora
Anita Loureiro de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestra em
Geografia**, no Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Área de concentração Espaço,
Questões Ambientais e Formação em
Geografia.

Nova Iguaçu – RJ
Novembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TT563e Tieppo, Stefania Luiza Marques , 1994-
e ESPACIALIDADE DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS /
 Stefania Luiza Marques Tieppo. - Rio de Janeiro,
 2023.
 98 f.

 Orientadora: Anita Loureiro de Oliveira.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 GEOGRAFIA, 2023.

 1. Trabalho, espaço doméstico e COVID-19.. I.
 Oliveira, Anita Loureiro de , 1978-, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 3/2024 - IGEO (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.001100/2024-61

Seropédica-RJ, 09 de janeiro de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

STEFANIA LUIZA MARQUES TIEPPO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/11/2023

Anita Loureiro de Oliveira (Dr^a) UFRRJ

(Orientadora, presidenta da banca)

Geny Ferreira Guimarães (Dr^a) UFRRJ

(membra da banca)

Lorena Francisco Souza (Dr^a) UEG

(membra da banca)

(Assinado digitalmente em 23/01/2024 14:59)

ANITA LOUREIRO DE OLIVEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeGEOIM (12.28.01.00.00.87)

Matrícula: ###576#9

(Assinado digitalmente em 22/01/2024 13:40)

GENY FERREIRA GUIMARAES

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

CTUR (12.28.01.30)

Matrícula: ###532#2

(Assinado digitalmente em 10/01/2024 09:32)

LORENA FRANCISCO DE SOUZA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.781-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **3**, ano: **2024**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **09/01/2024** e o código de verificação: **b2424bc74b**

Oh fé, oh fé

Oh fé, oh fé

Oh fé, oh fé

Hah

Eu sou a continuação de um sonho

Da minha mãe do meu pai

De todos que vieram antes de mim

Eu sou a continuação de um sonho

Da minha vó, do meu vô

Quem sangrou pra gente poder sorrir

Eu sou a continuação de um sonho (eu sou a continuação de um sonho)

Da minha mãe do meu pai

De todos que vieram antes de mim

Eu sou a continuação de um sonho (eu sou, eu sou)

Da minha vó, do meu vô

Quem sangrou pra gente poder sorrir

Perdão, Deus quando eu temi o que eu podia ser

O que eu nasci pra ser

Não foi de propósito (não foi), mas quando não se entende o propósito

A vida vem e fala "próximo"

Imagina um atacante de frente pro gol (frente pro gol)

Poucos segundos pra acabar o jogo (ahã)

Se acertar fez a obrigação (fez mesmo), se errar vão crucificar (ah)

Ele não pode errar

É assim comigo o tempo todo (é assim comigo o tempo todo)

Não dar meu máximo é jogar meu dom no lixo

Sou liberdade não me bote em nenhum nicho

Tão racionais eu sou a flor que veio do

Banho de mar é salvação, não é capricho (vish)

Eu fui até onde achavam escuro (ahã)

Levantei uns da minha cor (vish)

Não fiz a causa de escudo

Eu fui além do discurso (ah)

*Mas se um se levantar e mudar sua jornada
Valeu a batalha
Eu sou a continuação de um sonho (ahã)
Da minha mãe do meu pai
De todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho (eu sou)
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe do meu pai
De todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir
Eu não herdei o trono, eu recuperei e pronto
Perdi noites e noites de sono
Entre foices da corte e sangue derramado de quem veio antes
E o resultado tu não quer que eu cante? Eu canto
Além de carro, moto e rolê de lancha
Seja solo, céu ou mar, tu não me alcança
Surfando a onda sem prancha
Vem falando a pampa nós te prancha
E fé, fé, fé
Nome de vencedor, mamãe sabia o que eu seria
Escolha o seu melhor, duvido que eu não venceria
Som pra alertar os irmãos, vai dizer que eu não sou família
Entrego o que tu precisa, não só o que você queria
Maior que quem me limitava e isso que importa
Hoje posso comprar o prédio que antes fechava as porta
Continuação de quem correu pra gente andar em paz
Continuação de quem bateu pra gente não apanhar mais
Eu fui até onde achavam escuro
Levantei uns da minha cor*

*Não fiz a causa de escudo
Eu fui além do discurso
(Fé, fé)
Valeu a batalha
Eu sou a continuação de um sonho (eu sou)
Da minha mãe, do meu pai
De todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe do meu pai
De todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho (oh fé, oh fé)
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir
Eu sou a continuação (eu sou a continuação)
(BK,2022)¹*

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXi-eu1g6dU>

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

"Agradecimentos" é, sem dúvida, um dos momentos mais desafiadores de todo o trabalho para mim. Este é o primeiro texto, porém, foi o último a ser escrito por mim. Desde o início do meu mestrado, inúmeras situações aconteceram, várias razões para desistir surgiram, muitos entes queridos se foram, e algumas feridas ainda doem profundamente. Chegar até aqui representa uma conquista de resiliência e determinação pessoal enormes. Ao longo dessa jornada, precisei me reinventar inúmeras vezes, mantendo o ânimo, a cabeça erguida, de pé e cheia de fé e confiança. Não poderia iniciar minha dissertação com outra música além de "Eu sou a continuação de um sonho", do BK, pois é exatamente isso que sou: uma continuação. Dedico essa conquista àqueles que me ajudaram a chegar até aqui e, também, àqueles que não estão mais comigo, mas que iriam ficar muito orgulhosos de mim.

Minha família foi a base que sustentou toda essa trajetória, meu pilar, minha força. São vocês que me deram motivos para continuar. À minha mãe, que esteve ao meu lado em todos os momentos, sob todas as circunstâncias, mesmo nas tempestades mais intensas, devo tudo o que sou. Ela é meu farol, meu "norte", meu ponto de partida e minha constante inspiração. A ela, não devo apenas a vida, mas também minha personalidade, garra, força e até mesmo a base matemática do meu terceiro capítulo, pois minhas contas não estariam corretas sem a ajuda dessa mulher incrível, que além de ser maravilhosa é também professora de matemática. Muito obrigada por mais uma vez escolher caminhar ao meu lado, mãe. Você é minha rainha, minha fortaleza e 70% do meu coração é seu!

Ao meu marido, meu eterno cumplice, que sempre me apoiou de forma incondicional em todas as minhas escolhas, mesmo quando não concordava, porque sabe que sou um espírito livre que voa para onde o coração me leva. Seu amor me alimenta, me renova, e embora não me complete, ele me transborda. Agradeço a Oxalá por termos nos (re)encontrado, pois nossa conexão é profunda, como se viesse de outras vidas mesmo. Ao seu lado, aprendi a valorizar as pequenas alegrias da vida adulta e a olhar o próximo com mais ternura e respeito. Esse trabalho carrega muitas das nossas reflexões, e agradeço profundamente por tudo o que somos um para o outro e, principalmente, por não ter permitido que eu desistisse dessa etapa da minha vida.

Agradeço ao meu sogro por TUDO! Ele fez e faz parte dessa jornada de múltiplas formas. Gostaria muito que ele estivesse aqui para me dar um daqueles abraços desajeitados, olhar para mim com orgulho e dizer calmamente "Parabéns, minha Nora". Ele sempre esteve ao meu lado nos melhores e piores momentos da minha vida. Nunca soltou a minha mão, especialmente após uma grande decepção pessoal no dia do vestibular, no qual, posteriormente, conquistei minha aprovação. Lembro de ir fazer aquela prova chorando, e você foi firme, certo e fundamental naquele momento! Olhe por mim, meu sogro! Eu te amo para sempre!

Ao meu avô, que também partiu durante esse percurso, agradeço por sua influência. Devo minha educação a esse homem, que sempre lutou pelo nosso progresso e pelo rompimento das amarras sociais que a sociedade impõe a qualquer família negra no Brasil. Sua força sempre nos apontou o caminho certo a trilhar! Daqui em diante, continuarei buscando ser um motivo de orgulho para o senhor!

Aos meus irmãos, que amo profundamente, meu muito obrigada! Vocês sempre estiverem comigo em todos os momentos, agradeço pela nossa união e pelo amor que nutrimos uns pelos outros. Vocês são meus maiores exemplos, e através de vocês vejo que nada é impossível para nós! Lutamos pela vitória e pelo sucesso porque sabemos que é nosso direito ter acesso a eles! Obrigada por todo incentivo, puxões de orelha e conselhos!

Agradeço à minha sogra, que me mostrou que as dificuldades vêm e vão, mas somos fortes e capazes de enfrentá-las, principalmente quando caminhamos juntos. Agradeço o apoio, incentivo, por reconhecer meu esforço e por sempre me ouvir com carinho e atenção.

Um agradecimento especial ao meu amigo Victor, que tive o privilégio de conhecer e nutrir um carinho inestimável por ele ao longo do mestrado. Victor foi fundamental para que eu continuasse quando achava que não havia mais jeito, dizendo: "bora!". Ele me mostrou a realidade da forma mais gentil possível, estudou comigo, me ajudou a pensar e a descobrir onde estava minha paixão no mestrado. Suas orientações foram cruciais nesse processo. Muito obrigada, amigo!

Agradeço à minha querida orientadora, Anita, por tudo o que construímos juntas! Pelo direcionamento metodológico, sugestões de escrita, revisões e muitas críticas construtivas! Muito do meu conhecimento teórico sobre a espacialidade relacional doméstica veio dos seus trabalhos, além do meu interesse genuíno por esse assunto. Por meio de nossas conversas, pude amadurecer e evoluir consideravelmente. Você é uma parte essencial da minha trajetória acadêmica, e expresso minha gratidão pelo nosso encontro e pela confiança que depositou em mim.

Também desejo expressar minha gratidão aos professores, profissionais e amigos que, de diversas maneiras, contribuíram para este trabalho, oferecendo orientações e auxílio em variados aspectos. Além disso, quero destacar minha imensa gratidão por ter completado mais esta etapa, na minha amada Rural! Sempre me sentirei privilegiada por ter vivenciado parte da minha jornada acadêmica nesta instituição. Eu amo profundamente esta universidade!

Por último, mas não menos importante, agradeço à espiritualidade por me sustentar até aqui! Agradeço a minha Mãe Oxum por me proporcionar a paz e a calma das águas doces dos rios e por me abraçar nos momentos difíceis e de desespero. Ora Yê Yê Ô, minha Mãe, salve! Agradeço ao meu Pai Oxóssi por me conceder a força de uma guerreira e por me proteger na minha caminhada até aqui e além. Okê Arô, meu Pai, salve! Agradeço, também, a Rozinha do Jardim. Obrigada minha doce criança por sempre correr na minha frente. Oni Beijada! Salve as crianças!

Axé!

RESUMO

TIEPPO, Stefania Luiza Marques. **Espacialidade das Trabalhadoras Domésticas Negras**. 2023. 96 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2023.

A pesquisa tem como foco a análise da interação entre o trabalho remunerado e a identidade das mulheres negras que são trabalhadoras domésticas, especialmente no contexto pandêmico brasileiro ocasionada pela COVID-19. A pesquisa reconhece o ambiente doméstico como o espaço onde essas mulheres frequentemente enfrentam a subalternização e a invisibilidade que perpetua estereótipos historicamente associados às "mucamas permitidas" de Lélia Gonzalez. Ao longo de suas trajetórias, essas mulheres, sobretudo as negras, enfrentam manifestações de discriminação como as de gênero e raça, além de desafios complexos que surgem da interseção entre gênero, raça e classe. A pesquisa também investiga a divisão sexual do trabalho que gera a sobrecarga de tarefas domésticas relacionada ao gênero, o que ocasiona a necessidade de conciliação do trabalho não remunerado com o trabalho remunerado, um recorte comumente enfrentado por mulheres. Ressaltam-se, também, questões relacionadas às raízes escravistas do trabalho doméstico no Brasil, o que demanda uma análise que leve em conta as complexas interseções de gênero, raça e classe. Portanto, a análise crítica do racismo estrutural desempenha papel crucial ao longo das reflexões, expondo a situação das trabalhadoras domésticas, principalmente as negras, com relação às condições precárias e discriminações sistemáticas a que são submetidas. Além disso, a pesquisa destaca a urgência da criação e de melhorias de políticas públicas que garantam condições de trabalho mais dignos, remunerações mais justas, além do reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado também como uma dimensão legítima do trabalho que precisa ser valorizado. Já com relação à metodologia, a pesquisa inclui uma análise qualiquantitativa dos impactos da pandemia na vida das trabalhadoras domésticas, com o objetivo de mapear os espaços de relações em que essas mulheres atuam, além de analisar as dinâmicas entre essas trabalhadoras domésticas negras e as pessoas que compartilham esses espaços com elas. A pesquisa considera a contribuição da espacialidade doméstica para entender a construção das identidades das trabalhadoras frente a práticas históricas de subalternização. Nesse sentido, a abordagem interseccional da pesquisa considera igualmente os marcadores de raça, classe, gênero e idade. A metodologia combina abordagens qualitativas e quantitativas, que questiona as bases da produção de conhecimento, defendendo a valorização das perspectivas dos sujeitos tradicionalmente excluídos do processo de produção de conhecimento, como aborda as Geografias Encarnadas e Corporificadas.

Palavras-chave: Espaço, trabalhadora doméstica, COVID-19.

RESUMEN

TIEPPO, Stefania Luiza Marques. **Espacialidad de las Trabajadoras Domésticas Negras**. 2023. 97 p. Tesis (Maestría en Geografía). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2023.

La investigación se centra en el análisis de la interacción entre el trabajo remunerado y la identidad de las mujeres negras que trabajan como empleadas domésticas, especialmente en el contexto pandémico brasileño provocado por la COVID-19. La investigación reconoce el hogar como el espacio donde estas mujeres a menudo enfrentan la subalternización y la invisibilidad que perpetúan estereotipos históricamente asociados a las "mucamas permitidas" de Lélia Gonzalez. A lo largo de sus trayectorias, estas mujeres, especialmente las negras, enfrentan manifestaciones de discriminación de género y raza, así como desafíos complejos que surgen de la intersección entre género, raza y clase. La investigación también examina la división sexual del trabajo que genera la sobrecarga de tareas domésticas relacionadas con el género, lo que lleva a la conciliación del trabajo no remunerado con el remunerado, una situación comúnmente enfrentada por las mujeres. También se destaca cuestiones relacionadas con las raíces esclavistas del trabajo doméstico en Brasil, lo que requiere un análisis que tenga en cuenta las complejas intersecciones de género, raza y clase. Por lo tanto, el racismo estructural es un enfoque que desempeña un papel crucial a lo largo de las reflexiones, exponiendo la situación de las trabajadoras domésticas, especialmente las negras, en relación con las condiciones precarias y las discriminaciones sistemáticas. Además, la investigación destaca la urgencia de crear y mejorar políticas públicas que garanticen condiciones de trabajo más dignas, remuneraciones más justas, además de reconocer el trabajo doméstico no remunerado también como una dimensión legítima del trabajo. En cuanto a la metodología, la investigación incluye un análisis cualicuantitativo de los impactos de la pandemia en la vida de las trabajadoras domésticas, con el objetivo de mapear los espacios de relaciones en los que estas mujeres trabajan, además de analizar las dinámicas entre estas trabajadoras domésticas negras y las personas que comparten esos espacios con ellas. La investigación considera la contribución de la espacialidad doméstica para entender la construcción de las identidades de las trabajadoras, que refuerza prácticas históricas de subalternización. En este sentido, el enfoque interseccional de la investigación considera igualmente los marcadores de raza, clase, género y edad. La metodología combina enfoques cualitativos y cuantitativos, cuestionando las bases de la producción de conocimiento y defendiendo la valorización de las perspectivas de los sujetos tradicionalmente excluidos del proceso de producción de conocimiento, como abordan las Geografías Encarnadas y Corporificadas.

Palabras clave: Espacio, trabajadora doméstica, COVID-19.

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

PPCULT	Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UUF	Universidade Federal Fluminense
PPGGeo	Programa de Pós-Graduação em Geografia
COVID-19	Coronavirus disease
RJ	Rio de Janeiro
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
SARS-CoV-2	Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave
OMS	Organização Mundial da Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
Fenatrad	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ICLS	Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
MEI	Microempreendedor Individual
SM	Salário-Mínimo
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
CLT	Consolidação das Leis Trabalho

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo de dados das trabalhadoras domésticas por raça nos anos de 2019, 2021 e 2022.	58
Tabela 2: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por faixa etária. Brasil, 2013 a 2022 (4º trimestre de cada ano) – em %.....	59

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Evolução do "quarto da empregada" na arquitetura das casas.	26
Imagem 2: Número (em milhares) e percentual de pessoas ocupadas no trabalho doméstico - Brasil, 2013 a 2020 (no 4º trimestre de cada ano).	53
Imagem 3: Distribuição das pessoas ocupadas no trabalho doméstico, por sexo. Brasil, 2013 a 2020 (no 4º trimestre de cada ano).	54
Imagem 4: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por raça/cor. Brasil, 2013 a 2020 (no 4º trimestre de cada ano).	57
Imagem 5: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por forma de inserção na ocupação - Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano).	62

Sumário

OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI.....
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: ANÁLISE SOBRE OS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS CORPORIFICADOS	12
1.1 Espaço Geográfico Corporificado: analisando a diversidade para além do tradicional. 12	
1.1.1 O espaço da existência humana	15
1.1.2 Interconexão entre espaço, tempo, indivíduos e emoções	17
1.1.3 A caminho do espaço da casa	19
1.1.4 Ocupando espaços de circulação e de sentidos.....	27
CAPÍTULO II: TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: “NEGRA É A MÃO DE QUEM FAZ A LIMPEZA”	32
1.2 Trabalho, trabalho doméstico e divisão sexual do trabalho.....	32
1.2.1 OIT e reflexões sobre trabalho doméstico, raça e gênero	34
1.2.2 Diferenças raciais, trajetórias, e PEC das domésticas.....	39
CAPÍTULO III - VARIÁVEIS SOCIAIS X COMPARATIVOS EM TRÊS ANOS (2019, 2021 E 2022)	51
1.3 O trabalho doméstico e a COVID-19 em foco	51
1.3.1 Recorte I: Pessoas ocupadas e trabalho doméstico	53
1.3.2 Recorte II: Gênero	54
1.3.3 Recorte III: Raça	57
1.3.4 Recorte IV: Idade	59
1.3.5 Recorte V: Carteira assinada, diarista e mensalista	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	67

OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI.

Sou uma mulher de sorriso fácil, com um toque de sarcasmo e nem sempre me encontro de bom humor. Sou decidida e firme, carregando muita esperança, mas também uma profunda preocupação com relação ao futuro que nos aguarda, especialmente no contexto do Brasil. No âmbito da pesquisa, busco a realização de alguns dos meus sonhos. Através da ciência, almejo adquirir conhecimento e cultivar empatia e respeito pelo próximo.

É gratificante pensar nos desafios que a academia apresenta e nas reflexões cada vez mais complexas, difíceis e estimulantes que se manifestam. Optei pela pesquisa em um momento em que o presidente do país não valorizava devidamente a ciência, principalmente nas áreas das ciências humanas, negligenciava o ensino público, além de não reconhecer o valor das mulheres, especialmente das mulheres negras. No Brasil, a pesquisa se mostra ainda mais desafiadora para aqueles e aquelas que não dispõem de recursos financeiros para se dedicar exclusivamente a ela. Certamente, um dos grandes desafios dessa jornada de pesquisa para mim foi conciliá-la com um trabalho remunerado e integral. Finalizar esse projeto e, ao mesmo tempo, cumprir minhas responsabilidades profissionais exigiu grande esforço e dedicação.

Nasci e fui criada em Santa Cruz, um bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Minha origem remonta a uma família negra, que tem como forte representação meu avô, Nelson Marques, um homem negro que foi militar em um contexto em que poucas oportunidades eram oferecidas às famílias negras no Brasil, não que isso tenha mudado muito atualmente. Ao observar minha própria identidade racial, deparei-me com a classificação "parda" atribuída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual me situava como alguém nem branco, nem preto. No entanto, por meio de uma análise interna profunda, estudos e envolvimento político, compreendi que me identifico como negra.

Ao longo do tempo, esse entendimento ganhou respaldo em reflexões como as de Sueli Carneiro, uma renomada pensadora sobre questões raciais no Brasil. Carneiro define a negritude como uma categoria política que une pessoas negras, tanto as que são pretas quanto as que são pardas. Assim, minha autodeclaração como negra não apenas reconhece minha própria identidade, mas também se baseia em fundamentos teóricos sólidos. A autodeclaração desempenha um papel crucial nesse processo de reconhecimento e empoderamento individual, sobretudo diante de uma pesquisa que traz a mulher negra como foco. Então, a autodeclaração serve aqui como algo que me permite rejeitar a classificação superficial imposta por instituições e reivindicar minha própria identidade racial, em consonância com as teorias e experiências compartilhadas por intelectuais negras e negros. Assim, ao afirmar minha negritude, contribuo

para fortalecer a luta contra o racismo e promover a valorização da diversidade étnico-racial em nossa sociedade.

O movimento negro instituiu que negro é igual a somatória de preto mais pardo. A minha geração fez essa engenharia política de dizer: negros significa a somatória daquilo que o senso define como preto mais pardo [...] nós dissemos: tudo que estiver dito aí que é pardo e preto, para nós, é negro. Por quê? Porque isso tudo sempre foi uma estratégia de botar em conflito os mais claros e os mais escuros, desde a escravidão. Sempre foi uma estratégia de partir a nossa identidade racial. Sempre foi uma estratégia do dominador, do branco dominador de nos colocar em confronto uns com os outros. Então, vamos parar com essa brincadeira. Então, a decisão de transformar em negro essas duas categorias foi uma decisão política e que permitiu reunificar aquilo que sempre foi manipulado para nos separar.

Passado uns 30/40 anos, o que diz o senso hoje? Em torno de 14% da população se autodeclara preta. A que se atribui isso? Sim, a gente morre que nem passarinho nesse país, que nem pardal. É tiro ao alvo, os caras fazem tiro ao alvo em cima da gente. Dizem que os mais escuros sofrem inclusive mais do que os mais claros. Dizem. Ok. Como é então que aumentou [...] o número de autodeclarações de pretos? E os pardos então, mais ainda. De 38%, hoje eles são, 45%/47%. Hoje nós temos aí em torno do que? Mais de 60% de pessoas se autodeclarando isso que a minha geração chama de negro, que é a soma de pardo e de preto. A que se deve isso? Eu abri a minha tese falando: ô branco, não me pergunte sobre esse pardo hein, não me pergunte sobre ideias que você inventou. A única coisa que eu posso te dizer é que esse tal pardo que você criou, cada dia se torna mais negro. [...] A despeito do peso da ideologia, isso está mudando e muito fortemente, muito fortemente, porque isso é estatística. Quantas pessoas da sua cor se autodeclaravam preto, na minha geração? Ninguém! Todo mundo era moreno. [...] Nós estamos vivendo um novo fenômeno racista. Tá acendendo nesse país, a ideologia nazifascista, aí o buraco é muito mais embaixo, porque ela vem atravessada pelas ideias de supremacismo branco. [...] A concepção de supremacismo branco não tem lugar para nada do moreninho, o colorismo vai pro vinagre diante desta ideologia. [...] E não adianta ser mais claro não, porque para supremacista branco não tem esse mais claro. [...] Cuidado com essa conversa de colorismo, porque pega a cara dos moleques que a gente vê sendo abatido toda hora nos morros do Rio. Só tem pardo na maioria! Ou porque já acabaram com os pretos ou porque ninguém tem dúvida que pardo não é branco. [...] A polícia não costuma errar, ela vai do preto ao pardo e numa boa. – (CARNEIRO Mano a Mano, 2022)²

Essa reflexão me lembra bell hooks (2019, p.45) que diz que “Em um contexto supremacista branco, “amar a negritude” raramente é uma postura política refletida no dia a dia. Quando é mencionada, é tratada como suspeita, perigosa e ameaçadora”. Vejo muito desta passagem de bell hooks em minha mãe. Digo que ela é militante recentemente, pois de nove anos para cá que surgiu nela um forte sentimento identitário e racial, portanto, foi “Nesse momento [...] – que minha mãe pôde – nomear aquele embaraço, aquela angústia, e fazer laço com a realidade” (SOUZA, 2021. p.17).

Observando a trajetória de minha mãe, é impossível ignorar a dura realidade enfrentada pelo povo negro no Brasil. Enquanto alguns discursos podem pintar um quadro otimista, a verdade é que continuamos a ser alvos constantes de violência, discriminação e injustiças. A

² Transcrição livre da fala de Sueli Carneiro no podcast Mano a Mano em 26/05/2022.

população negra ainda enfrenta altas taxas de violência policial, desigualdade econômica, falta de acesso a oportunidades educacionais e um sistema de justiça que falha repetidas vezes ao violar nossos direitos. Enquanto lidamos com uma ideologia cada vez mais preocupante, influenciada pelo ressurgimento de movimentos nazifascistas, enfrentamos desafios ainda maiores. O colorismo, por exemplo, não deve ser tratado como uma conversa superficial, pois suas consequências são profundamente prejudiciais. Nas comunidades negras, vemos que a violência policial não discrimina tons de pele - ela atinge indiscriminadamente pretos e pardos.

Compreender e reconhecer a negritude como uma força política é um primeiro passo crucial. A jornada para a libertação plena é árdua e requer uma mudança estrutural profunda em nossa sociedade. Portanto, diante dos desafios que enfrentamos, é essencial que nos mantenhamos unidos e fortalecidos como comunidade. Devemos buscar alianças, construir laços de solidariedade e continuar lutando por um futuro em que a justiça e a igualdade sejam realidades concretas para todos os indivíduos negros.

Meu avô materno e seus filhos e filhas, sempre foram conscientes de que eram tratados de maneira diferente daquilo que era considerado *normal* quando entravam em uma loja, por exemplo. Eles entendiam os olhares atentos, condenatórios e preocupados que os acompanhavam. Essa consciência do racismo era uma realidade palpável e embora não tivessem as palavras exatas para descrevê-la, ele sabia que a vida seria difícil para eles, seus filhos e filhas. Minha mãe, por sua vez, também tinha plena consciência de que nem tudo seria fácil para nós, meus irmãos e eu.

Embora meu avô e minha mãe não tivessem acesso às ferramentas teóricas (das quais prevê a academia) para qualificar o racismo, eles compreendiam seus mecanismos e perversidade na pele, na prática como uma verdadeira experiência empírica. No entanto, foi o acesso à educação que permitiu um aprofundamento e uma abordagem mais séria desse assunto dentro da minha família. Como resultado, sobretudo do esforço e perseverança do meu avô, faço parte de uma parcela da família que foi privilegiada com maior instrução. Reconheço a importância dessa oportunidade educacional e a responsabilidade que carrego em compartilhar e ampliar esse conhecimento, justamente por ser a continuação de um sonho. Dentro da finalização dessa pesquisa carrego grande responsabilidade de um sonho coletivo, pois quando se faz parte de uma família que não tem acessos a oportunidade com facilidade como ocorre com muitas famílias brancas, nossas conquistas, principalmente educacionais, são coletivas, são da família, da classe. Então, ao fazer parte dessa parcela mais instruída, sinto-me motivada

e na obrigação de continuar lutando contra o racismo e a trabalhar pela igualdade de oportunidades para todes.

Esse trabalho é fruto de garra e muita perseverança. Portanto, faz muito sentido falar de espaço porque eu tive que viver e sobreviver a e em muitos espaços, a muitos atravessamentos para chegar até aqui. Independente das críticas, sigo firme, com a certeza de que fiz o melhor que eu pude e, de fato, essa grandeza, é muito particular. Para muitos faltará página, para outros, faltará conteúdo, aprofundamento. Mas se tem uma coisa que não falta nesse texto é perseverança, resiliência e persistência! Ainda assim, sinto necessidade em me justificar, pois enquanto mulher sempre aprendi a dar sempre 100% de mim, o que não aprendi é que nem sempre temos tal condição. De qualquer forma, meu percurso até aqui me enche de orgulho e é isso que importa!

Cursei Geografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Seropédica, onde adquiri conhecimentos sobre diversos conceitos e temas. No entanto, percebi que a minha formação acadêmica carecia de um aprofundamento teórico sobre raça, gênero e sexualidades. Infelizmente, a Geografia ainda é uma ciência que pouco debate essas questões³, como se não fossem temas geográficos o suficiente para integrarem seu escopo amplo e, ao mesmo tempo, limitado e conservador. Foi somente ao final da graduação, em 2019, ao buscar leituras por conta própria, que tive contato com as obras de Lélia Gonzalez, bell hooks e Gloria Anzaldúa. Encontrei prazer em mergulhar nas ideias delas, especialmente pela forma desprendida de se comunicarem, muito distante da realidade dos autores⁴ tradicionais da Geografia.

Durante uma aula de Geografia Cultural, ainda na graduação, foi despertado em mim uma preocupação em relação às mulheres do Oriente Médio, o que me levou a elaborar um projeto de mestrado intitulado "O acolhimento de Mulheres Sírias refugiadas no Brasil à luz dos movimentos feministas de inclusão idealizados por Gloria Anzaldúa". Embora tenha tentado ingressar na Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense (UFF) com essa proposta de pesquisa, não fui aprovada. Reconheci que minha ideia ainda não estava suficientemente amadurecida e que me faltava bagagem teórica e metodológica para lidar com uma questão tão complexa. Sabia que queria trabalhar com mulheres, mas ainda não tinha certeza de qual abordagem seguir. Tentei novamente outro

3 É válido ressaltar que essa pesquisa foi escrita entre 2021 e 2023. Espero que daqui a alguns anos esse quadro mude completamente.

4 Tive pouco contato com literatura de mulheres ao longo de toda a minha graduação, daí a preferência de escrever esta frase no masculino.

processo seletivo, agora com uma ideia mais amadurecida, mas também não obtive sucesso. Percebi que havia muitas lacunas não preenchidas em meu campo epistêmico. Sentia que corria contra o tempo para adquirir conhecimento, mas estava ciente de que não seria uma tarefa fácil. Normalmente, um mestrado é uma continuidade de um projeto da graduação, mas eu estava vivenciando uma virada epistemológica e estava disposta a lutar por ela.

Com muito esforço, finalmente desenvolvi a ideia de trabalhar com mulheres negras na academia e conquistei a tão desejada vaga no mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFRRJ. Minha orientadora, Anita, que até então era para mim uma completa desconhecida, reconheceu o potencial das minhas ideias e decidiu me apoiar. Sou imensamente grata a ela por isso! Tivemos muitas conversas sobre o tema e ela me recomendou diversas leituras. Tudo era novo e muito desafiador para mim, pois não estava familiarizada com aqueles assuntos e abordagens, e não sabia por onde começar. Tudo era incrivelmente interessante, mas faltava algo. Faltavam as borboletas no estômago, sabe?

Foi então que descobri a obra "O ponto zero da revolução", de Silvia Federici (2019), e o texto "Racismo e Sexismo na cultura Brasileira", de Lélia Gonzalez. Posso afirmar que esses dois trabalhos mudaram minha vida em todos os sentidos. Eles redirecionaram completamente os meus pensamentos e minhas posturas sociais! Meu querido amigo Victor, em junho de 2021, identificou minha paixão pelo tema do cuidado e a ideia da qual fala Lélia Gonzalez (1980) sobre as "mucamas permitidas". Durante nossas intensas trocas de mensagens sobre essas leituras, ele me disse: "quando você tiver dúvidas sobre a sua trajetória acadêmica, ouça suas palavras novamente e você vai se lembrar o propósito de estar aqui!".

Agradeço imensamente a esse ser humano incrível por ter cruzado meu caminho e minha história! Victor nunca desistiu de mim e sempre enxergou em mim algo que eu mesma não conseguia ver. Quando eu estava prestes a desistir de tudo, sua voz ecoava em minha consciência, dizendo: "Mas agora? Falta tão pouco!". Depois de mais de sete meses após a minha qualificação no qual a minha pesquisa estava totalmente estagnada devido a diversos obstáculos e adversidades familiares que a vida me impôs, ele estava lá! Sempre disponível e disposto a lutar ao meu lado! Victor, você foi o meu maior aliado nessa jornada! Que Oxalá conserve sua bondade e empatia! Parafraseando Emicida (2019), quem tem um amigo – Victor –, tem tudo!⁵

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIB96rHpgPc>

Percorri um longo caminho para estar hoje aqui desenvolvendo essa pesquisa, e não poderia começar sem antes explicar parte deste percurso. Ao reconhecer minha racialidade e compreender que minha mãe é uma referência fundamental para todo esse processo, a minha concepção sobre tudo, mudou! A questão das sírias é de suma importância, porém entendi que as mulheres não formam um grupo com características homogêneas. Elas são múltiplas e diversas. Por essa razão, decidi trazer a mulher negra, trabalhadora doméstica, como sujeita da minha pesquisa. Infelizmente, não tive tempo hábil para entrevistá-las, adiando esse desejo e necessidade para um outro momento, talvez no Doutorado. Essa pesquisa é, além de outros fatores, um mergulho na minha história, na minha infância, sobretudo quando lembro da Nicinha, e na mulher que me reconheço hoje.

Minha mãe biológica e de criação, Regina, por uma questão de necessidade e possibilidade financeira durante certo período, contou com o auxílio de uma outra mulher negra no cuidado de seus filhos. Nicinha não foi minha "Mãe Preta" (GONZALEZ, 1980, p. 235). Embora ela seja uma mulher negra, assim como minha mãe, não sou filha de uma mãe branca. Isso, por si só, confere um sentido um pouco diferente daquele mencionado por Lélia Gonzalez em sua abordagem sobre a “mãe preta”, já que

Ela, simplesmente, é a mãe. Isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa o cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. (GONZALEZ, 1980, p. 235)

Nicinha, como trabalhadora doméstica, era uma pessoa que compunha a “rede de apoio remunerada” que minha mãe possuía como necessidade e possibilidade financeira naquela época. Diferente das características da “Mãe Preta” de Lélia Gonzalez, minha mãe biológica, quando chegava a casa deveria fazer o serviço doméstico que “sobrasse”. Como dito anteriormente, a vida não foi fácil para minha mãe, principalmente por se tratar de uma mulher negra, ou seja, aquela que ainda se mantém na base da pirâmide social brasileira e por ter criado seus quatro filhos, em boa parte do tempo, sozinha. Mesmo assim, privilégios são identificados na minha relação familiar, claro.

Meu avô sempre valorizou muito o estudo, acreditando que era fundamental para escapar do estigma de “*não ser mais um preto fudido*” (RACIONAIS MC'S, 2019)⁶. Minha mãe seguiu seus desejos e quebrou algumas estatísticas, formando-se em uma universidade federal e conseguindo romper com a estatística das mulheres negras que se tornam

6 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tWSr-NDZI4s>

trabalhadoras domésticas. Como professora, ela fez sacrifícios para proporcionar aos seus filhos oportunidades que ela mesma não teve. Reconheço os privilégios que tive ao longo da vida, mas também compreendo os desafios que minha mãe enfrentou em seu trabalho incansável o qual executa até hoje⁷ (manhã, tarde e noite), aos 67 anos. No entanto, tudo tem seu bônus e ônus, e como consequência, ela abdicou parte de nossa criação em prol do trabalho, trazendo assim, a Nicinha para “substituí-la”, “uma vez que o machismo delega às mulheres a tarefa de criar e sustentar um ambiente doméstico” (hooks, 2019, p. 105).

Nesse sentido, Helena Hirata (2010) desempenha um papel crucial ao expandir o conceito de delegação. Em sua análise, ela explora questões essenciais relacionadas à divisão sexual do trabalho e seus diversos modelos. Dentre esses modelos, se destaca a delegação, que descreve a tendência das mulheres em repassar a responsabilidade do cuidado do espaço doméstico para outras mulheres, função essa, imposta historicamente para que nós a exerçamos. Portanto, é na delegação que há a possibilidade de que as mulheres se concentrem em atividades além do trabalho doméstico. Outro modelo no qual a Hirata se debruça é a ideia da conciliação. Isso acontece quando as mulheres equilibram suas responsabilidades fora de casa (como trabalho remunerado, por exemplo) com as tarefas domésticas de dentro de casa. E ao observar a relação entre Nicinha e minha mãe, percebi a presença de ambos os modelos na vida de minha mãe: a delegação, uma vez que ela delegava as tarefas domésticas a Nicinha; e a conciliação, uma vez que ela precisava complementar e, por vezes, refazer algumas das tarefas domésticas que Nicinha não conseguia concluir (HIRATA, 2010).

Não sou trabalhadora doméstica, nem filha ou neta de uma. Essa não é minha experiência de vida, não é meu lugar de fala. Apenas possuo inquietações e um interesse genuíno com relação à dinâmica de vida das trabalhadoras domésticas negras e sobre seu ambiente de trabalho. Essa inquietação surge da observação e escuta de suas histórias, principalmente. Sinto um forte desejo de trazer esse debate sob a perspectiva geográfica, e pensar nessa temática de forma espacial e corporal.

A sujeita da minha pesquisa é a mulher negra. Esta pesquisa é sobre elas e para elas. Não as utilizo como objeto de pesquisa, mas sim como pessoas cruciais que pensam e refletem as facetas da pesquisa comigo, sobretudo quando trago apontamento de intelectuais negras para a minha pesquisa, algumas delas teorizando sobre as questões que rondam o trabalho doméstico no Brasil e fora dele. Meu objetivo é compreender e problematizar o espaço de relações em que

⁷ Esta frase foi escrita em 17/06/2023.

essas mulheres trabalham e dar ênfase ao trabalho doméstico que é uma realidade corriqueira no Brasil (Porfírio, 2021). Desejo geografar esse espaço, dar importância à força de trabalho nele presente e entender as dinâmicas que ocorrem entre essas mulheres e as pessoas com quem compartilham esses espaços onde se dá o labor doméstico. Compreendendo que para que as mulheres possam ocupar cargos e postos de poder em outros espaços, houve alguém – uma trabalhadora doméstica – sustentando a base dos cuidados na maior parte das vezes.

Considero essa pesquisa relevante não apenas por abordar uma temática pouco explorada na Geografia, como será discutido posteriormente, mas também por destacar a força da trabalhadora doméstica negra em um contexto geográfico que pouco valoriza a escala do cotidiano e do corpo. Ainda que essas falas venham de fontes secundárias, de outras pesquisas nas quais suas autoras tiveram a oportunidade que não tive, de realizar entrevistas, essa foi uma estratégia de dividir a autoria com outras mulheres, cuja vida ou a pesquisa giram em torno do trabalho doméstico. Sem elas, sem seus corpos, sem uma escuta atenta e sensível às suas falas, não haveria o que dizer aqui. Este documento é um espaço de reflexão. Convido você que está lendo, a entrar, refletir comigo, abrir a mente e ampliar os horizontes em relação às questões geográficas. Seja bem-vinde! Sinta-se à vontade e espero que aprecie a leitura!

INTRODUÇÃO

“E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que tá aí... e fala.” (GONZALEZ, 1980, p. 226-227)

Pensar nas trabalhadoras domésticas brasileiras de hoje é fazer um movimento de retorno ao Brasil Colônia no qual as mulheres negras que cuidavam do lar recebiam o nome de mucamas, que, segundo Telles (2018, p. 101), eram “[...] escravas domésticas [...] incumbiam-se da prestação de serviços mais íntimos e pessoais à família senhorial”, prestando serviços como os de “limpeza da casa, lavagem de roupas, provimento de água, artesanato doméstico, processamento de alimentos [...]”. A escravidão foi experienciada de forma diferente entre homens e mulheres, inclusive em situações de opressão.

Apenas o trabalho na mineração e o de profissionais especializados – ferreiros, marceneiros, técnicos de purga do açúcar, entre outros – eram de exclusividade dos homens. Já o trabalho doméstico foi quase monopolizado por mulheres. Outros trabalhos, inclusive o de plantação, podiam ser realizados por mulheres e homens. (MACHADO, 2018, p. 354)

Ainda hoje existem configurações de trabalhos que ultrapassam o absurdo, assim como acontecia com as mucamas escravizadas. Segundo uma notícia do G1 (2020)⁸, publicada no dia 20/12/2020, “Uma mulher negra, de 46 anos, e que desde os 8 anos de idade vivia em condições análogas à escravidão [...] não recebia salário, não tinha direitos, e vivia reclusa, sob a vigilância dos patrões [...]”. Esse é apenas um dos relatos, dentro de um universo de situações que carregam resquícios e costumes escravocratas. Segundo a mesma notícia, “Desde 1995, 55 mil pessoas foram resgatadas em situação de escravidão no país, a maioria na zona rural. Ano passado (2019), 14 pessoas foram resgatadas do trabalho escravo doméstico”.

É marcante o quanto o trabalho doméstico ainda é espelhado na raiz colonial brasileira, sobretudo com relação às mulheres negras que seguem, ainda, como as mais desvalorizadas, subjugadas e subalternas, liderando ininterruptamente a base da pirâmide social brasileira desde o Brasil Colônia até hoje. A matéria diz respeito a uma mulher negra que foi submetida a uma situação análoga à escravizada e que possuía uma função para com esta família desde os seus 8 anos de idade. Nesse caso não havia previsão de se estabelecer uma relação de trabalho e vale

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>

destacar que existe uma substancial diferença entre as mulheres que vivenciam situações análogas à escravidão ou a escravidão de fato e as mulheres que experienciam relações de trabalho.

São muitas camadas de opressão e sofrimento em um relato dessa natureza, conjugando a exploração do trabalho infantil, com o racismo e o sexismo. No que tange à definição de infância, de acordo com a lei brasileira:

Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade [...] aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência. [...] É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (BRASIL, 1990)

O caso da trabalhadora que passa por uma situação análoga à escravidão desde a infância revela que para além da exploração infantil, ela ainda foi privada de liberdade, teve seus direitos básicos violados por décadas, e sofreu ainda mais pela negação do acesso à educação. Isto reforça a ideia de que “O trabalho doméstico remonta também a um espaço social que atravessa os séculos e bebe à fonte da escravidão. Mulheres negras responsáveis por cuidar, limpar e alimentar um lar” (BENTO, 2022, p. 80), fortalecendo-as em uma posição social e trabalhista de servidão, ocupando cargos como o exemplificado acima, de condições sub-humanas. Uma, ainda criança negra, que é submetida a tal função aos 8 anos já tem poucas chances de uma educação decente (que seja apenas a alfabetização), para uma mulher negra que viveu em tal situação durante 38 anos (dos 8 aos 46 anos de idade) o panorama fica muito pior. Uma atenção especial para o ano de publicação da matéria – 2020, ou seja, 132 anos após a oficial data da abolição da escravatura no Brasil.

Madalena Gordiano é o nome da mulher cuja vida é descrita pela notícia. O nome dela aparece quase ao final do texto, o que revela um ato perigoso de apagamento, pois a notícia fala de uma mulher que teve sua liberdade concedida apenas no ano de 2020, o que por si só já é perturbador, mas não cita o seu nome logo no início da matéria, o que sugere uma desumanização dessa mulher, e como canta Emicida (2015), *sem identidade somos objeto da história. Pensa que eu num vi?*⁹ a história ou se repetiu, ou ela nunca teve fim, pois “Com muito cuidado, agora ela vai conhecendo novas paisagens e experiências que são cotidianas pra muitos

9 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc

de nós, mas inéditas pra ela – como andar em um parque, livre.”¹⁰. Infelizmente, Madalena Gordiano conheceu sua liberdade apenas no ano de 2020. É irresponsável dizer que o povo negro brasileiro não sofre mais os reflexos da escravidão.

Apesar de uma diferença social na vivência das mulheres negras que são trabalhadoras domésticas e as mulheres escravizadas, existe uma proximidade silenciosa das mucamas escravizadas do passado com as trabalhadoras domésticas negras de hoje. É importante dizer neste momento que seguirei um viés teórico com relação às trabalhadoras domésticas. Portanto, não usarei o termo “empregada doméstica”, pois acredito que ele estimule uma invisibilização da real atividade que essas mulheres executam, já que “Os padrões das subjetividades das pessoas brancas são hegemonicamente moldados para que haja uma relação naturalizada e automática das pessoas negras ou de classes inferiores com os lugares de servir” (TEIXEIRA, 2021, p. 201) sugerindo que essas mulheres *ajudem* nas atividades domésticas do lar, *façam um favor* ao prepararem o jantar, ou coisas tais, não sendo garantido qualquer tipo de ajuda daqueles que, na verdade, a contrataram, ou seja, não há espaço para as palavras “favor” ou “ajuda” no trabalho que elas executam, pois

Todas são tentativas de camuflar e silenciar o que ela é: trabalhadora. E deixar de silenciar a categoria é muito importante para que comecemos minimamente a reconhecer seus direitos e fortalecê-la. Evitar nomeá-lo corretamente é reproduzir os efeitos estruturais de sua invisibilização. “Trabalhadora doméstica”: essa é a nomenclatura da atividade, conforme a Federação e os sindicatos que as representam. (TEIXEIRA, 2021, p. 2021)

Parece que há um padrão na forma como as trabalhadoras domésticas, sobretudo as negras, são tratadas e, também, com relação ao desejo de alguns empregadores em não assinarem suas carteiras de trabalho, que são a garantia de direitos fundamentais para uma vida digna e melhor, além de ser uma segurança para essas trabalhadoras. Gonzalez (1980, p.230) traz uma definição impecável e traduz, em duas palavras, a forma repugnante com a qual ainda encaramos o trabalho dessas mulheres: “mucama permitida”. “[...] quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas.”.

E ainda sobre essa abordagem de Gonzalez (1980) há uma correlação com uma reflexão mais recente sobre essa mesma denominação que remete a essa mesma categoria de trabalho. Porfírio (2017) nos ajuda a ampliar ainda mais essa ideia dizendo que o racismo, o classismo e

10 Trecho retirado na íntegra da matéria publicada pelo G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>

o patriarcalismo exercem uma influência significativa nas condições de trabalho das mulheres que desempenham funções de trabalhadoras domésticas no Brasil, especialmente aquelas que são negras. Historicamente, o trabalho doméstico tem sido considerado como subalterno, resultando em relações frequentes de servidão e submissão para as trabalhadoras nesse setor. Nesse sentido, é fundamental notar que a maioria das trabalhadoras domésticas no Brasil é composta por mulheres negras, o que reflete de forma explícita a herança histórica da escravidão e o contínuo racismo estrutural do país. Essas mulheres são frequentemente estigmatizadas, sendo vistas como desprovidas de intelecto e consideradas apenas aptas para trabalhos manuais, enquanto suas capacidades intelectuais são desconsideradas. Como uma das grandes consequências, elas enfrentam condições precárias de trabalho, baixos salários e escassez de oportunidades para progredir socialmente. O patriarcalismo se une a essas diversas formas de preconceito, exacerbando o impacto negativo nas condições dessas trabalhadoras domésticas. Portanto, elas são relegadas a papéis de servir e cuidar, perpetuando a lógica da exploração escravocrata. Esses estereótipos sociais não apenas limitam suas oportunidades de ascensão social, mas também as objetificam, mantendo a opressão e a estagnação que historicamente as marginalizaram e desvalorizaram (PORFÍRIO, 2017).

Numa abordagem histórica de mais longo alcance temporal, o trabalho reprodutivo que inclui o cuidado e o trabalho doméstico, segundo Federici (2019, p.17) é “o fundamento de todo sistema político e econômico [...] realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento”. Este trabalho entendido como trabalho doméstico ou trabalho reprodutivo acontece em um espaço doméstico, a espacialidade aberta e relacional do lar (OLIVEIRA, 2020), uma escala que possui muita importância para a presente análise, que se caracteriza por ser uma abordagem feminista, antirracista e, principalmente ancorada em uma geografia encarnada.

A geografia, em muitos aspectos, foi historicamente limitada em sua compreensão e abrangência de conhecimento e interesse as dimensões sociais, não considerando, portanto, as restrições corporais que afetam as pessoas devido os diferentes lugares e as vulnerabilidades associadas a esses espaços. É crucial destacar que o acesso limitado a determinados locais está diretamente relacionado às opressões que afetam as pessoas, sobretudo quando consideramos as múltiplas opressões que afetam diferentes segmentos da população. Nesse contexto, as mulheres negras frequentemente enfrentam mais desvantagens e estranhamentos em relação a certos espaços e/ou meios e situações atreladas a esses espaços, como ruas à noite, meios de transporte público ou locais de trabalho. Esses corpos assumem diferentes configurações e

categorias de perigo quando se encontram em determinados espaços e situações. Portanto, é fundamental considerar a dimensão espacial como um elemento essencial para compreender as experiências cotidianas das mulheres negras que trabalham com o trabalho doméstico. Além disso, a dimensão histórica desempenha um papel crucial, uma vez que as degradantes condições impostas a esses corpos ao longo do tempo influenciam significativamente suas experiências na atualidade. E isso está diretamente relacionado ao acesso a diferentes espaços, o que nos leva a refletir sobre a distinção de acesso entre o público e o privado que esses corpos enfrentam.¹¹

Nesse sentido, se faz necessário pensar na subalternização e na desvalorização das trabalhadoras domésticas, que executam suas atividades nesse espaço doméstico, sobretudo quando pensamos na pandemia causada pelo Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus ou COVID-19), que afetou substancialmente a vida dessas mulheres e dessa categoria de labor. Haja visto que a primeira morte por COVID-19 notificada no estado do Rio de Janeiro foi de uma trabalhadora doméstica chamada Cleonice Gonçalves (G1, 2020)¹².

Em uma busca rápida na internet, utilizando a frase “*primeira morte covid Brasil trabalhadora doméstica*” foi possível observar notícias com relação à morte de Cleonice que foram documentadas pelo *G1.com*. No dia 17/03/2020 foi liberada a primeira notícia com o seguinte título: “Idosa de 63 anos morre com suspeita de coronavírus em Miguel Pereira, diz secretaria municipal”¹³. No dia 19/03/2020 é publicada uma nova reportagem com o seguinte título: “Governo do RJ confirma a primeira morte por coronavírus” (G1, 2020)¹⁴. Seis meses depois, no dia 17/09/2020, o mesmo canal publica uma terceira reportagem ainda sobre Cleonice com o seguinte título: “Seis meses após doméstica ser a primeira a morrer de Covid no Rio de Janeiro (RJ), outras profissionais relatam desafios na pandemia.” (G1, 2020)¹⁵. Note que em nenhuma das três manchetes das reportagens, nem mesmo ao longo da notícia, é possível identificar o nome de Cleonice. Todas a tratam como “uma empregada doméstica”,

11 Reflexões sobre a aula da professora Joseli Maria Silva, intitulado como “Por uma Geografia encarnada: corporalidades e poder”, que foi transmitida ao vivo em 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Gma-xEnf18&t=18s>

12 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/03/17/idosa-de-63-anos-morre-por-suspeita-coronavirus-em-miguel-pereira-diz-secretaria-municipal.ghtml>

13 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/03/17/idosa-de-63-anos-morre-por-suspeita-coronavirus-em-miguel-pereira-diz-secretaria-municipal.ghtml>

14 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>

15 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/17/seis-meses-apos-domestica-ser-a-1a-a-morrer-de-covid-no-rj-outras-profissionais-relatam-desafios-na-pandemia.ghtml>

sugerindo novamente, a invisibilização da pessoa ou sua redução ao cargo que ela ocupa, e mesmo com três notícias sobre sua morte, não há registro e nem divulgação de seu nome. Apenas no site da organização Casa da Mulher Trabalhadora - CAMTRA (CAMTRA, 2021)¹⁶ que consegui obter o nome de Cleonice.

Antes de prosseguir, é de alta relevância mencionar algumas informações sobre a COVID-19 que servirão para a construção de futuras ideias e como nota descritiva da conjuntura a partir da qual a pesquisa foi realizada, fora o fato de nos ajudar a interpretar a análise quantitativa que será mais bem explorada no terceiro capítulo desta pesquisa.

O novo coronavírus é uma cepa infecciosa causada pelo Coronavírus 2 de síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2), que surgiu em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China e se distribuiu globalmente, ainda que de forma específica e diferenciada em cada local. A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou em março de 2020 o surto internacional da Covid-19, configurando assim a pandemia¹⁷.

O Brasil se destacou negativamente no contexto mundial das respostas à pandemia de Covid-19. Desde o primeiro semestre de 2020, as taxas de transmissão se mantiveram altas e os números de casos e de óbitos excepcionalmente elevados. A falta de controle da pandemia no território nacional se configurou em padrão constante, levando ao aumento expressivo da transmissão e das mortes em 2021. [...] As decisões sobre o controle de portos, aeroportos e fronteiras, funcionamento de atividades econômicas e apoio financeiro a indivíduos e empresas foram incorretas e ambíguas. [...] Mais de um ano e três meses depois do registro do primeiro caso de Covid-19 no país, as falhas no enfrentamento da pandemia não foram revistas ou corrigidas [...]. Ao invés de recomendações para a ampliação de medidas de proteção populacional e individual, conforme preconizado pela comunidade científica e agências internacionais, prevaleceram ataques à ciência e às experiências históricas de enfrentamento de epidemias. [...] Ao recusar o enfrentamento da Covid-19 em nome da “saúde” da economia, o governo federal se tornou cúmplice de mortes que poderiam ter sido evitadas e não logrou reverter a recessão econômica. (BRASIL, p. 4-5, 2021)

Diante da situação descontrolada com relação à gestão da crise sanitária decorrente da pandemia no Brasil,

Em maio de 2020, um movimento de entidades da sociedade civil denominado Alerta Covid-19 denunciou omissões e ações incorretas e anunciou seu objetivo de sistematizar informações para subsidiar ações de responsabilização e reparação dos danos à sociedade brasileira. (BRASIL, p. 5, 2021)

16 Disponível em: <https://camtra.org.br/lembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/>

17 Disponível em:

https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51996/OPASBRACOV1920040_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Essas%20considera%C3%A7%C3%B5es%20de%20sa%C3%BAde%20mental,o%20surto%20de%20COVID%2D19

18 Nota da pesquisa: <https://idec.org.br/alerta-mortes-coronavirus>

O *Alerta Covid-19* possui informações e dados oficiais que evidenciam mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil e que leva em consideração a diferença conceitual entre “Excessos de Mortes”¹⁹ e “Mortes evitáveis”²⁰. Segundo a pesquisa nomeada como *Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil – Destaques e Principais Conclusões (2021)* há uma relativa diferença entre os números de mortes com base na raça, por exemplo. Porém, não há distinção de gênero: as mortes à espera de leito entre negros, indígenas e amarelos foi de 13,1%, enquanto de brancos foi de 9,2%. Com relação aos internados em estabelecimentos públicos, negros, indígenas e amarelos são quase o dobro, quando comparado com os internados em redes privadas ou filantrópicas. A população negra é a que mais usa o Sistema Único de Saúde (SUS), e a pandemia reforçou ainda mais essa utilização. Esse comportamento se repete quando pensamos nas trabalhadoras domésticas negras, juntamente com parte esmagadora da população negra que vive mais essa desigualdade de acesso a direitos relativos à saúde e a seus ambientes de trabalho.

A pandemia afetou as dimensões das diversas formas de trabalho e afetou substancialmente as trabalhadoras domésticas, que viveram a pandemia como muitas outras categorias: com medo de serem contaminadas pelo vírus somado ao medo de perder o emprego e não ter como sustentar suas famílias. Muitas tiveram que colocar a saúde em risco para manter seus empregos. Segundo relatado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad)²¹, exposto por Teixeira (2021, p.160-161),

[...] em março de 2020, foi lançada “a campanha ‘Cuida de quem te Cuida’, que pedia a proteção à categoria, e que os empregadores liberassem as trabalhadoras domésticas, mas que mantivessem seus salários. No mesmo mês, foi lançado um abaixo-assinado de filhas e filhos de trabalhadores domésticos, pedindo que suas mães pudessem fazer a quarentena em casa, de forma remunerada. Houve ainda a polêmica dos decretos estaduais que considerava o serviço doméstico como essencial.

As trabalhadoras domésticas negras possuem duplas/triplas jornadas de trabalho que são enfrentadas diariamente, pois, além de exercerem, de forma remunerada, o trabalho do cuidado

19 “Número de mortes ocorridas em determinado período de tempo e território além das já esperadas, com base em dados históricos de mortalidade. Essa informação nos dá uma fotografia mais apurada do impacto da pandemia porque permite superar distorções provocadas pela subnotificação e, ainda, abarcar as mortes indiretas, causadas, por exemplo, pelo atraso no diagnóstico de outras doenças ou pela saturação do sistema de saúde.”

Informações completas disponível em: https://idec.org.br/sites/default/files/sumarioexecutivo_lb_glw_2_1.pdf

20 “O estudo partiu da premissa de que medidas efetivas de prevenção e de organização do sistema de saúde teriam reduzido o número de casos e óbitos relacionados à Covid-19 no país. Este termo foi criado na década de 1970 para descrever processos saúde-doença a partir da análise do impacto dos cuidados assistenciais na ocorrência de mortes.” Informações completas disponível em:

https://idec.org.br/sites/default/files/sumarioexecutivo_lb_glw_2_1.pdf

21 Site disponível em: <https://fenatrad.org.br/>

na casa dos outros, elas ainda executam o trabalho doméstico não remunerado dentro das suas próprias casas, tal como podemos afirmar com base nos dados que serão apresentados no terceiro capítulo e considerando a realidade histórica de domesticação das mulheres tal como pensado por Federici (2019). Seja pelo sexismo, que prevê as mulheres como as responsáveis pelas atividades domésticas, seja pela ausência de outras pessoas que possam executar estas tarefas juntamente com elas, visto que no Brasil é conhecido o grande número de mulheres que são as únicas responsáveis pelo sustento da família e o cuidado de filhos e parentes, faz-se necessário, então, a conceitualização deste trabalho, que, por uma afinidade pessoal, será fundamentado pelas obras de Silvia Federici, pois “o movimento anticolonialista nos ensinou a ampliar a análise marxiana do trabalho não remunerado para além dos limites da fábrica e, assim, compreender que a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas sim a sua base” (FEDERICI, p.23, 2019). Vale destacar que reconheço que Silvia Federici não é uma autora que toma as dimensões raciais como base principal para a evolução e construção de suas ideias. Entendo que esse não é o seu foco de pesquisa, mas sim o trabalho e suas dimensões e problemáticas. Foi nesta intenção que a escolha se faz valer para este momento da pesquisa, justamente para o desenvolvimento da ideia de “trabalho”.

Ademais, ainda debruçada nas ideias de Joseli Silva (2020), e em sua aula online (SILVA, 2020)²² sobre Geografias Encarnadas, é válido destacar que faz sentido a reflexão sobre uma análise crítica do sistema capitalista em relação ao trabalho e ao valor. No contexto do capitalismo, o trabalho é definido de forma estreita, considerando apenas o trabalho remunerado aquele que gera um valor monetário estabelecido pelo sistema capitalista. Isso nos leva a uma visão limitada do que constitui trabalho, ignorando, por exemplo, o trabalho do cuidado como sendo um trabalho não remunerado, mas que desempenha um papel fundamental na sociedade e na manutenção dela, no entanto, não possui valor monetário. O capitalismo, portanto, tira vantagem do trabalho não remunerado, uma vez que ele contribui para o acúmulo de capital, mas não é reconhecido nem recompensado de acordo com sua importância (SILVA, 2020).

A casa funciona como a espacialidade/espaco²³, nesse sentido, onde se dá a reprodução que garante o funcionamento do sistema capitalista, já que este modo de produção está ancorado na domesticação das mulheres. Pensar nas trabalhadoras domésticas, nas relações com as

22 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Gma-xEnf18&t=18s> Acesso em:

23 “Estes termos serão usados de forma intercambiável” (MASSEY, 1999, p. 7).

famílias das quais elas cuidam e, também, nas suas próprias famílias, é pensar sobre as relações hierárquicas que essas estabelecem com outras pessoas dentro desses espaços domésticos, seja ele remunerado ou realizado para a reprodução da própria casa/família da trabalhadora.

A delimitação do espaço é fundamental para que se oriente o desejo de entender essa espacialidade doméstica, e apenas esse espaço, onde determinadas situações vão acontecer, nas quais, provavelmente a trabalhadora doméstica se assemelhe à mucama escravizada, se aproximando ainda mais da ideia de “mucama permitida” definida por Lélia Gonzalez (1980, p. 230). Aqui considero o corpo como sendo uma espacialidade aberta que se configura de modo relacional com o espaço doméstico. Vale ressaltar que a geografia feminista tem se empenhado em romper com a dicotomia público-privado na interpretação do espaço. Isso ocorre porque o próprio corpo é uma manifestação do espaço e, como tal, é suscetível à compreensão do que Porfírio (2017, p. 48) discute ao descrever esses corpos como estando "enjaulados" dentro de uma realidade que foi moldada e profundamente marcada por mais de 300 anos de escravidão.

Com isso, a pesquisa percorre o caminho de analisar a relação das mulheres negras que são trabalhadoras domésticas, com a própria espacialidade doméstica – de suas casas - mas, principalmente, no que se refere a uma leitura da trabalhadora corporificada com relação à espacialidade do seu trabalho remunerado como doméstica, função para a qual ela é paga para cuidar, exercendo o trabalho reprodutivo remunerado. Uma das inquietações da pesquisa vem com a seguinte indagação: de que forma a espacialidade relacional doméstica contribui para grafar os corpos das trabalhadoras domésticas negras, reforçando costumes escravocratas e uma consequente reafirmação de seus lugares de subalternização, aproximando-as das características atribuídas às “mucamas permitidas”? Além disso, é de suma relevância pensar no impacto que a Covid-19 causou na dinâmica da vida dessas mulheres, enquanto parte de uma categoria de trabalho que se tornou ainda mais relevante diante do acúmulo de tarefas que durante o tempo de confinamento, usufruído pelos grupos sociais que puderam ficar em casa, foram sendo ampliadas.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo fazer uma análise espacial do trabalho doméstico, usando os marcadores de raça, classe, gênero e idade como delimitadores do perfil da sujeita da pesquisa, que são as trabalhadoras domésticas negras. Leia-se que nesta pesquisa, considera-se que os marcadores indicados possuem o mesmo valor analítico, não notando qualquer grau de hierarquia entre eles. Não teria sentido o fazer já que “o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como

ocupação prioritária das mulheres negras” (CARNEIRO, 2011, p. 128), além de possuir uma “[...] estigmatização da profissão como um ‘trabalho de preta’” (PORFÍRIO, 2021, p. 28).

Além disso, dentro de sua riquíssima pesquisa, Porfírio (2021) traz um compilado poderoso de entrevistas que fez ao longo da sua pesquisa, no qual irei utilizar uma de suas entrevistas como dado secundário, além de trazer uma base reflexiva daquilo que as próprias trabalhadoras domésticas entendem por sua ocupação. Uma das entrevistadas por Porfírio (2021), Inês por, diz o seguinte:

“(...) nós mulheres, ou a gente se casava, encontrava alguém pra casar e ia viver uma vida de casa ou encontrava um meio de sobreviver, porque não tinha é... instrução pra ter um bom emprego. Eu vejo isso, a profissão de doméstica, por muito tempo, e até hoje, de certa forma, ainda é, é a opção praquela mulher que não estudou, só sobra... talvez por isso, grande parte das domésticas sejam negras, porque é uma profissão, eu até diria que durante muito tempo eu acreditei que doméstica não é uma profissão é uma... imposição! Que profissão você escolhe, profissão é aquela que você optou por ela, eu quero ser isso! Doméstica, não! Doméstica você, poxa! Eu não tenho estudo, eu não posso pagar faculdade, eu não tenho nada, preciso ganhar dinheiro e eu sei fazer serviço doméstico, então eu vou pra casa de alguém que pode pagar e eu vou trabalhar lá, vou fazer o serviço pra pessoa me pagar. A condição da doméstica ainda é essa, né! E a minha vida foi mais ou menos isso, foi assim que eu entrei no mercado de trabalho doméstico (INÊS)” (PORFÍRIO, 2021, p. 84).

Inês aborda a profissão como uma imposição, sugerindo que a maioria das mulheres que são trabalhadoras domésticas não opta pela profissão. No que diz respeito às mulheres negras, Inês percebe essa ocupação como algo quase que natural para elas, especialmente devido à falta de oportunidades educacionais, o que torna a execução do trabalho doméstico uma ação quase que compulsória. Inês ressalta que essas mulheres, diante da necessidade de garantir sua sobrevivência, acabam aceitando o que estiver disponível. Dado que desde muito jovens as mulheres são direcionadas para atividades domésticas (e isso é refletido nos brinquedos, por exemplo, que são tradicionalmente dados a crianças do sexo feminino, como cozinhas, bebês/bonecas, panelinhas, ferros de passar roupa), portanto, elas são socializadas para desempenhar esse papel. Em momentos de necessidade, essa habilidade (antes infantilizada) é transformada em força de trabalho, levando essas mulheres a aceitarem empregos precários que pagam salários absurdamente baixos.

Logo, é imprescindível falar de raça, classe, gênero e idade ao mesmo tempo. Esse também caracteriza um movimento das Geografias Feministas Decoloniais, já que

De acordo com teóricas feministas negras, a invisibilização da raça em diversas pesquisas de diferentes temas não se trata de apenas uma opção, ou uma escolha metodológica, mas sim a consequência de um projeto social e histórico de poder racista que tem ampla influência acadêmica. As mulheres brancas e sua produção intelectual feminista estão em uma relação de poder em relação às mulheres negras, mas também aos seus objetos de pesquisa. Essa dimensão é mais evidenciada quando pensamos segmentos do mercado de trabalho majoritariamente conformados por

trabalhadoras negras, como no caso do emprego doméstico. Dessa forma, a tradição intelectual hegemônica oriunda do pensamento branco, eurocêntrico e neo colonialista, conduz até mesmo o pensamento feminista que se dispõe a romper com as desigualdades e opressões sociais causados por tais tradições (PORFÍRIO, 2021, p. 28).

Portanto, para compreender tudo aquilo que afetou essa categoria de trabalho, optei por utilizar uma análise estatística como a base metodológica da pesquisa qualiquantitativa que sustenta a reflexão proposta de que as mulheres negras são as mais prejudicadas dentro desse sistema laboral. Através desses dados, desenvolvidos apenas no terceiro capítulo, será possível entender, numericamente, o impacto da pandemia para as mulheres que são trabalhadoras domésticas, principalmente as mulheres negras que exercem essa função, além do impacto que a pandemia causou em minha própria pesquisa, determinando meu recorte espacial.

A análise estatística é uma ferramenta poderosa que permite ir além das impressões gerais e compreender os dados de maneira mais aprofundada e analítica. Ao observar números concretos, posso identificar tendências, padrões e diferenças significativas que podem não ser imediatamente aparentes em uma análise qualitativa, mas que podem complementá-la.

Além disso, ao focar nas mulheres negras que trabalham como domésticas, destaco uma dimensão crítica da desigualdade social e de gênero, apontando como historicamente, as trabalhadoras domésticas negras enfrentaram múltiplas formas de discriminação. Nesta pesquisa busco trazer à luz as desigualdades que essas mulheres enfrentaram durante a pandemia, além de todas as formas de opressão que se somam à situação atual destas trabalhadoras em uma conjuntura de perda de direitos sociais básicos.

CAPÍTULO I: ANÁLISE SOBRE OS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS CORPORIFICADOS

*“[...] a geografia é o que cada um faz e, assim, há tantas geografias quantos geógrafos.” –
Milton Santos (p. 18. 2017).*

1.1 Espaço Geográfico Corporificado: analisando a diversidade para além do tradicional.

Antes de prosseguir, gostaria de destacar que minha intenção não é realizar uma revisão teórica extensa sobre o complexo conceito de espaço geográfico, mas sim trazer à análise aquele conceito que melhor se adequa à minha perspectiva como geógrafa feminista em uma abordagem antirracista. Destaco, portanto, que a Geografia e o estudo sobre o espaço é o ponto mais forte de conhecimento da minha pesquisa. Nesse sentido, minha base de pensamento geográfico sempre foi muito influenciada por Milton Santos, e não por acaso, ele é um dos autores que mais será mencionado neste capítulo. Apesar da pesquisa possuir bases feministas, trago as reflexões desse autor como referência e reconhecimento de sua grandiosidade para o campo epistêmico geográfico. Com base nisso, me empenho em desvendar o espaço geográfico conforme o entendo e o percebo, ou conforme entendia e o que mudou quando me aproximei das leituras encarnadas do espaço. No entanto, é importante destacar que isso não exclui a análise de outras perspectivas.

Minha análise, que busca ser transgressora, teve um início, e não simplesmente nasceu na transgressão; na verdade, percorri um longo caminho até compreender que havia limites com relação aos conceitos de espaço geográfico, que até então eram predominantemente moldados com base em pensamentos brancos, masculinos e europeus. O que tento realizar aqui é de grande responsabilidade, porém, me sinto mais confiante quando (re)lembro das palavras de Milton Santos e as interpreto da forma de uma outra maneira que a tradicional: “[...] a geografia é o que cada um faz e, assim, há tantas geografias quantos geógrafos” (2017, p. 18,) e ressalta que o importante para a ciência geográfica é o seu objeto. E por isso que, com base nessas palavras, sinto-me autorizada a ousar e analisar novos caminhos para a análise espacial.

Apesar de já ter mencionado que meu pensamento geográfico possui forte influência de Milton Santos, trago para este debate ideias de outros autores e autoras que me auxiliaram a

compreender de forma mais abrangente o espaço geográfico em diferentes escalas, como Doreen Massey (2000) que propõe pensar, por exemplo, o sentido global do lugar.

Um “sentido do lugar”, de enraizamento, pode fornecer [...] estabilidade e uma fonte de identidade não problemática. Entretanto, nesse aspecto, o lugar e o espacialmente local são rejeitados por muitas pessoas progressistas como quase necessariamente reacionários. Essas pessoas interpretam-nos como uma evasão, como uma retirada da (de fato, inevitável) dinâmica e mudança da “vida real” [...]. Nessa leitura, o lugar e localidade são focos de uma forma de escapismo romantizado da atividade real do mundo. Enquanto o “tempo” é visto como movimento e progresso, o “espaço” ou “lugar” é equiparado a imobilismo e reação. [...] imagine não apenas todo o movimento físico, ou toda a comunicação invisível, mas também – e especialmente – todas as relações sociais, todas as ligações entre as pessoas. Preencha essa visão com todas aquelas experiências da compressão de tempo-espaço -, pois o que está acontecendo é que a geografia das relações sociais está mudando. Em muitos casos, essas relações estendem-se cada vez mais pelo espaço. As relações econômicas, políticas e socioculturais, cada qual cheia de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, estendem-se pelo planeta em todos os diferentes níveis, da família à área local e até a internacional.

É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. [...] cada lugar pode ser visto como um ponto particular, único, dessa interseção. Trata-se, na verdade, de um lugar de *encontro*. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local. (MASSEY, 2000, p. 7 a 10)

Numa outra perspectiva de Massey (2012, p. 23), a autora sugere uma reflexão sobre o espaço geográfico não apenas como superfície, mas sim como encontro de histórias e trajetórias. Nesse sentido, a globalização e a evolução das técnicas e meios são elementos integrantes dessa equação. Logo, essas concepções têm o poder de alterar essa superfície espacial e, por consequência, influenciar os objetos geográficos. Todas essas mudanças ocorrem devido às ações das pessoas. Em outras palavras, é possível entender a superfície geográfica como o encontro de histórias que se desenrolaram até o presente momento.

Milton Santos, embora seja um autor com ideias mais conservadoras, porém sólidas sobre o espaço geográfico, já abordava essa questão. Em sua obra “A Natureza do Espaço” (2017, p. 73), ele afirmava que “O geógrafo se interessa pelo conjunto de condições características de várias épocas, mas a partir do presente, indo frequentemente deste para o passado”. Portanto, percebo uma conexão não tão distante entre a ideia de Massey (2012) e o pensamento de Santos (2017), já que ambos defendem o encontro de histórias como parte

essencial na conceituação do espaço, e o que são esses encontros de histórias se não a união do presente com o passado?

Essas histórias, por sua vez, estão incorporadas nas pessoas, nos seus corpos; ou seja, “nosso corpo é o que permite o acesso ao espaço, às pessoas e aos objetos [...] é a relação mais íntima do homem com o espaço, derivada das relações estabelecidas entre o corpo e o ambiente, o corpo e outros corpos no espaço vivido”. (NUNES; REGO, 2011, p. 87).

Com base em reflexões de Santos (2002), o espaço não pode ser simplesmente definido pelos elementos geográficos, naturais e artificiais que compõem a natureza. Ele transcende esses aspectos, incorporando também a sociedade em si, ou seja, cada aspecto da natureza reflete uma parte da sociedade contemporânea. Por um lado, encontramos um conjunto de objetos geográficos dispersos em um território no qual forma uma configuração espacial que resulta em uma paisagem visível diante de nós. Por outro lado, existe a essência vital desses objetos, seu princípio ativo, que é representado por todos os processos sociais que caracterizam uma sociedade em um momento específico. Quando esses processos são organizados em funções, eles se materializam em formas tangíveis e essa é uma das evidências da inspiração metodológica que trago da geografia cidadã de Milton Santos (1996).

Essas formas podem não ser intrinsecamente geográficas, mas acabam adquirindo uma expressão territorial. De fato, a sociedade só atinge seu pleno potencial quando moldada por essas formas. É por isso que o espaço abarca outras esferas da sociedade. E, ao mesmo tempo, o espaço também é influenciado por essas esferas, pois processos específicos, como os econômicos, institucionais e ideológicos, incluem o espaço. Assim, o espaço deve ser considerado na evolução da sociedade, como uma condição para a ação, mas também como produto dela.

O espaço pode ser compreendido como um reflexo intrínseco da sociedade, estando interligado de maneira equivalente à dimensão cultural-ideológica. Em outras palavras, ele simultaneamente contém e é contido por outras esferas da sociedade, enquanto cada uma delas exerce influência sobre ele e é por ele influenciada. A economia, por exemplo, encontra-se enraizada no espaço, assim como o espaço é uma parte integrante da economia. O mesmo princípio se aplica às esferas político-institucional e cultural-ideológica. Isso revela que o espaço é, antes de tudo, social em sua natureza prioritária.

A Geografia, sob perspectivas mais tradicionais e antigas, compreende que os homens são naturalmente racionais e, portanto, possuem a capacidade de gerar conhecimento. Por outro lado, as mulheres são associadas às emoções e, assim, são naturalmente responsáveis pelo

cuidado e pela maternidade. Essa divisão binária resultou em uma visão estreita da geografia, onde tópicos como gênero, sexualidade e raça eram excluídos das discussões geográficas tradicionais. A importância de questionar essa abordagem é destacada por Joseli (2020)²⁴, que nos convida a refletir sobre as Geografias Encarnadas e Corporificadas, que buscam romper com a ideia de que assuntos como gênero, sexualidade e raça não têm dimensões geográficas.

Portanto, essas abordagens geográficas encarnadas, que Joseli Silva (2020)²⁵ aponta ao questionar a tradição epistemológica da Geografia que é branca e masculina, são transgressoras e abraçam questões que a Geografia tradicional tendeu a negligenciar. É crucial que compreendamos a Geografia tradicional para reconhecer que a geografia deve abranger todas as facetas, dimensões e interseções que afetam os diversos grupos sociais, pois todos são responsáveis pela modificação ou criação de espaços geográficos. Mas um fato inegável é: todos estão inseridos em contextos geográficos.

1.1.1 O espaço da existência humana

Ao refletir sobre a dimensão social da natureza do espaço, inevitavelmente nos confrontamos com o conceito de "espaço banal", que para Santos (2008) é o espaço de todos. Segundo a ideia de Silveira (2006), esse conceito descreve um ambiente onde todas as ações ocorrem em seu próprio tempo, encontrando seu lugar de forma universal. O "espaço banal" torna-se fator essencial da existência humana, transcendendo as especializações produtivas modernas. Silveira (2006) argumenta que essa epistemologia da existência engloba a totalidade da vida humana, não se limitando às especializações produtivas modernas.

E essa ideia está intimamente associada ao existencialismo, método compreensivo da filosofia de Jean Paul Sartre (1997), que enfatiza a singularidade humana através das escolhas e ações que moldam nossa essência. Sartre discute a essencialidade da liberdade e a responsabilidade que ela traz. Ele também aborda como o olhar do outro influencia a formação de nossa identidade. Em resumo, o existencialismo de Sartre coloca o indivíduo no centro da reflexão, ressaltando a importância crucial da liberdade, autenticidade e responsabilidade em

24 Ideias elaboradas a partir da aula de Joseli Maria Silva transmitida ao vivo em 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Gma-xEnf18&t=18s>

25 Ideias elaboradas a partir da aula de Joseli Maria Silva transmitida ao vivo em 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Gma-xEnf18&t=18s>

nossas vidas. Ao assumirmos nossas escolhas com coragem, compreendemos melhor as incertezas do mundo e encontramos significado em nossa jornada pessoal.

Então, o espaço geográfico, de acordo com uma abordagem inspirada em Sartre, vai além de um mero cenário físico. É nesse espaço que a existência humana se desdobra, e é através das interações que as relações sociais encontram sua expressão. Em outras palavras, o espaço não se limita apenas às suas características físicas, mas também carrega consigo uma teia de elementos sociais, culturais e políticos que moldam a dinâmica das interações humanas.

É nesse ambiente socialmente carregado que as relações entre grupos e classes sociais são forjadas. Portanto,

Para o pesquisador reconhecer a complexidade do Outro, é preciso reconhecer sua subjetividade, pois o Outro é mais do que aquilo que o pesquisador vê nele, assim como o Outro é mais do que as suas necessidades objetivas. Sartre (1967) busca refletir as relações sujeito-objeto, afirmando que, para compreender o Outro (o objeto), é preciso conhecer a si mesmo (sujeito do conhecimento). O sujeito do conhecimento precisa se interrogar e refletir sobre seus métodos e a formação do analista indica as circunstâncias de elaboração da pesquisa e o ângulo com o qual observa o fenômeno escolhido para a análise (SARTRE, 1967 *apud* OLIVEIRA, 2008). A escolha do tema, das teorias e os valores que constituem a moral do analista revelam a forma pela qual o sujeito pesquisador desvenda processos (OLIVEIRA, 2012, p.19).

A filosofia existencialista de Sartre destaca que as ações de um indivíduo vão além de simples comportamentos objetivos; elas são expressões profundas dos valores e das condições subjetivas que moldam a experiência social de cada pessoa. Nesse sentido, as escolhas e ações de alguém refletem não apenas quem são, mas também as circunstâncias em que vivem, reforçando a visão de que cada ser humano é único, com uma existência singular. Para Sartre (1997), a compreensão profunda da existência humana só pode ser alcançada através do pensamento crítico, e a liberdade nesse sentido, é um princípio central em sua filosofia, é a chave para os indivíduos definirem a si mesmos e atribuírem significado às suas vidas. Sartre também destaca que as ações não são meros comportamentos externos; elas têm uma dimensão subjetiva, sendo influenciadas pelos projetos pessoais e pela perspectiva individual. Assim, ao agirem de acordo com seus projetos, as pessoas transformam o mundo objetivo ao seu redor, tornando-o numa manifestação de subjetividade e liberdade, revelando a singularidade de cada indivíduo em um contexto objetivo.

“A valorização da ação do sujeito e do movimento de costura do tecido social, que ocorre simultaneamente ao seu esgarçamento” (RIBEIRO, 2006b *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 18). Logo, o espaço geográfico atua como um detentor e influenciador das características das relações sociais. As classes sociais, as hierarquias e as divisões entre elas emergem, em grande

parte, das relações sociais que se desenvolvem nesse contexto espacial. O espaço, é a produção e a reprodução das mais diversas formas de organização social – a sociodiversidade de que nos fala Santos (2000).

O "espaço banal", portanto, é essencial para entender o espaço geográfico como instrumento de ação social. Logo,

A percepção, a significação e a reflexão do espaço como produto de inter-relações, representam uma esfera de possibilidades que se encontram em permanente construção e se apresentam como uma educação para a vida, uma educação (do) sensível em que o corpo é *locus* da existência e a corporeidade é práxis de um conhecimento corporificado. O espaço como dimensão constitutiva admite a produção de engajamentos que se voltam para ação criativa e transformadora, assim como, à composição de novas espacialidades que recolocam o sujeito no interior do processo de significação do mundo revelando outras geografias. (NUNEL; REGO, 2011, p.87)

1.1.2 Interconexão entre espaço, tempo, indivíduos e emoções

E por falar em outras geografias, toda essa reflexão me remete fortemente às Geografias Humanistas. Essa vertente, dentro do vasto campo epistêmico geográfico, concentra-se nas relações das pessoas com o ambiente que as cerca. Trata-se de uma abordagem científica que vai além da mera superfície terrestre e seus aspectos físicos, priorizando a análise das interações humanas, percepções e vivências no espaço geográfico. Ao perceber o teor humanista presente em minha pesquisa, posso afirmar que ela está repleta dessa abordagem.

Particularmente, a análise da percepção dos lugares torna-se uma área sólida entre os geógrafos que estudam as Geografias Humanistas. Esses estudiosos se preocupam em examinar como os diferentes grupos sociais interagem com os espaços, compreendendo que tais interações podem variar significativamente devido a fatores culturais, políticos, físicos, entre outros.

Outro aspecto de minha pesquisa que me faz acreditar que ela se insere plenamente na Geografia Humanista é a valorização do espaço vivido, o espaço da experiência. Sinto um profundo interesse em analisar as relações das pessoas com os espaços, o que, em essência, implica em compreender suas experiências sob esses contextos. Cada espaço desenrola experiências diferentes e únicas, sendo extremamente pessoais e singulares. Essa concepção está intrinsecamente ligada ao tempo, uma variável importante que determina e modifica a experiência de cada indivíduo em cada espaço.

Assim, o cerne da análise envolve três variáveis e aspectos essenciais: espaço, tempo e pessoas. Através dessa tríade, torna-se possível atribuir diversas significações ao espaço

geográfico, criando e recriando pensamentos e conceitos. Acredito que minha pesquisa esteja enraizada na perspectiva humanista da Geografia, permitindo-me compreender as complexas relações entre as pessoas, os espaços, e suas experiências subjetivas e distintas nesse contexto.

Ou seja, na geografia moderna, entendemos o espaço como um sistema complexo que se forma da interação inseparável entre os objetos naturais e as ações humanas. Isso significa que a paisagem que vemos ao nosso redor não é apenas moldada pela natureza, mas também pela influência contínua da história humana. É como se o espaço geográfico fosse um grande quebra-cabeça onde as peças são tanto as atividades humanas quanto o ambiente natural, e juntas elas contam a história da evolução desse espaço ao longo do tempo.

Percebo então uma outra dimensão geográfica aqui apresentada, que é a Geografia das Emoções, uma corrente da Geografia Humanista, e que

tem por objetivo compreender nossas relações emocionais com os lugares [...] além de ampliar o diálogo com outras áreas do conhecimento, a fim de introduzir a discussão sobre o papel de mediação das emoções nas contradições, conflitos, transformações e outros processos espaciais. A emoção é entendida como parte da construção do conhecimento e também de espacialidades significativas (SILVA, 2020 p. 259).

Introduzir as Geografias das emoções neste contexto é um desafio, pois a racionalidade científica tradicionalmente não as consideraria como parte desse debate. No entanto, proponho uma Geografia transgressora, capaz de romper com essas barreiras e abraçar tudo aquilo que o campo científico tradicional tende a excluir do âmbito geográfico. Afinal, "a racionalidade não consegue explicar todos os fenômenos que acontecem na vida social" (SILVA, 2020, p. 260).

É essencial compreender que as emoções são uma parte intrínseca da vida humana - e mesmo aqui no desenvolvimento desse trabalho que desde o início é carregado de emoções - que atravessa todas as fronteiras, independente de classe social, gênero, raça ou etnia. (SILVA, 2020). Ninguém está imune a elas, e embora as experiências emocionais possam variar de pessoa para pessoa, todos nós passamos por essa realidade compartilhada.

Assim, ao me associar a uma Geografia das emoções, abro espaço para abordar essa dimensão muitas vezes negligenciada em estudos científicos tradicionais que é a dimensão do privado, dos espaços privados, do corpo, da casa. Uma Geografia transgressora e inclusiva, que se propõe a explorar a complexidade das emoções e sua interconexão com os espaços que habitamos. Ao fazê-lo, revelo em mim, enquanto analista, perspectivas sobre a vivência humana em relação aos espaços geográficos mais íntimos, agregando uma riqueza de entendimentos que vão além da suposta "pura" racionalidade.

Neste sentido, convido-me a abraçar essa jornada intelectual em busca de compreender e amplificar as Geografias das emoções, reconhecendo sua relevância e impacto significativo na experiência humana, na minha experiência como humana. Por mais desafiador que seja, acredito que, ao explorar essa faceta transgressora da Geografia em mim mesma, encontrarei respostas e *insights* valiosos que enriquecerão meu estudo e, ao mesmo tempo, contribuirão para um entendimento mais amplo e inclusivo da vida social e do espaço que compartilhamos ao longo do tempo.

1.1.3 A caminho do espaço da casa

Milton Santos (1996), especialmente em sua fase mais existencialista, já compreendia que a geografia tem o potencial de abranger múltiplas dimensões tendo como referência o que ele nomeou por ser a “epistemologia das existências” para uma geografia cidadã. É por meio de suas reflexões que me permito trilhar o caminho rumo ao rompimento da concepção tradicional e conservadora do espaço geográfico que tive na maior parte de minha formação como geógrafa que talvez não tenha me apresentado com tanta nitidez esse Milton Santos “Sartreano”. Acredito que ao acolher múltiplas dimensões, valorizando o sujeito e a subjetividade, a geografia se enriquece e torna-se cada mais relevante para a compreensão do mundo complexo que nos cerca.

Para Santos (1996), o espaço não é um mero contêiner neutro das atividades humanas, mas sim uma construção social. Ele destaca que as relações sociais, os processos de produção e o poder político são responsáveis por produzir e transformar esse espaço. Ele defende que cada pessoa tem uma relação singular com o espaço, influenciada por sua vivência e posição social, por isso é muito falado sobre a desigualdade e hierarquia no espaço. Essas disparidades são consequência das relações sociais e dinâmicas econômicas presentes no espaço.

O espaço que trago para o cerne da pesquisa é o espaço da casa. Nele há experiências próprias e únicas, dimensões econômicas e culturais, detentor de desigualdades e, principalmente, hierarquias. Há muitas dimensões do espaço e escalas de análise e cada uma delas é, sem dúvidas, um dos inúmeros desdobramentos do que entendemos por espaço geográfico. Ele pode ser interpretado de diversas maneiras, inclusive como um espaço físico, material no qual os objetos (típicos de cozinha, por exemplo) são acionados cotidianamente e evidenciam as acumulações desiguais do tempo, suas rugosidades e desiguais modos de reconhecer as cidadanias. Para esse momento, escolho analisar esse espaço por algumas frentes,

sendo elas: espaço, trabalho e relações interpessoais, para que seja possível compreender esse espaço relacional do trabalho doméstico.

O espaço doméstico pode ser muitas coisas. Ele pode ser um lugar de aconchego e funcionar como um lugar para “recarregar as baterias”, um lar, um refúgio; pode ser um espaço onde se oferece acolhimento e cuidado, pode ser um espaço, aqui, pra mim, onde se reforça a discussão da separação público x doméstico como uma visão androcêntrica que produz a ideia de que o espaço doméstico é da mulher, “uma vez que o machismo delega às mulheres a tarefa de criar e sustentar um ambiente doméstico” (hooks, 2019, p. 105).

Nesse contexto, é importante falarmos sobre o “espaço paradoxal” tal como foi desenvolvido por Gillian Rose (1993). Ao enfatizar um espaço imaginado como uma forma de resistência e combate à opressão, o feminismo demonstra como a configuração territorial vai além das questões de gênero, refletindo assim dinâmicas mais amplas sobre as relações sociais. Essa visão espacial do sujeito do feminismo transcende a dicotomia entre homem e mulher, engajando-se em relações sociais mais abrangentes e, ao mesmo tempo, possibilita a construção de uma política que desafia o poder dominante. Logo, o conceito de “espaço paradoxal”, ilustra a capacidade do feminismo em adotar estratégias inovadoras para lidar com dilemas político-epistemológicos específicos. Esse espaço paradoxal, que está simultaneamente dentro e fora, posiciona-se entre o prisioneiro e o exilado, negando as limitações de um espaço rígido e dualista. Nesse sentido, a casa e a transgressão desempenham papéis essenciais na construção imaginária do espaço pelo sujeito do feminismo, que oferece uma perspectiva crítica que não apenas questiona as normas estabelecidas, mas também enriquece o conhecimento geográfico ao situar o sujeito do feminismo em um contexto de relações sociais complexas e dinâmicas.

Refletindo sobre o sentido paradoxal do espaço na pesquisa geográfica contemporânea, tal como proposto também por Juliana Przybysz (2019), vemos que o processo de pesquisa não é linear, pelo contrário, ele é frequentemente imprevisível. Portanto, a corporeidade que é central na construção do conhecimento feminista e na análise do espaço da casa, está diretamente ligada às identidades femininas e experiências corporais. Diversos estudos sobre mulheres que experimentam uma vida cotidiana complexa, que inclui, por exemplo, a prostituição e a maternidade, destacam como as experiências corporais moldam os dados de pesquisa, desafiando a separação tradicional entre corpos e lugares. E por isso, uma dicotomia rígida entre espaço público e privado é, também, debatida, revelando uma insuficiência na compreensão da complexidade da vida cotidiana, especialmente para mulheres que transitam entre diferentes espaços. Uma pesquisa com base feminista, como a mencionada, nos convida

a reconhecer essa fluidez e até mesmo a inseparabilidade do público x privado, considerando as interações e relações dinâmicas entre esses domínios espaciais que são influenciadas pelas experiências corporais das(os) sujeitas(os).

Portanto, o espaço doméstico/casa, por se tratar de um espaço que conta com diversas configurações e interpretações, pode ser um lugar de resistência, de opressão, violência, morte, mas também é um lugar de trabalho, seja ele remunerado ou não. É impossível dimensional quantas configurações e significações pode ter o espaço doméstico, justamente por ele ser detentor do sentido aberto e relacional. Segundo Massey (2012, p. 29) o espaço é compreendido em três etapas:

Primeiro, reconhecemos o espaço como um produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. [...]. *Segundo*, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são, co-constitutivos. *Terceiro*, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de histórias-até-agora²⁶.

Então, se o espaço doméstico é, como toda espacialidade, um espaço de relações entre pessoas ou de reproduções de atividades que as pessoas executam nele, então, esse espaço só existe se considerarmos a existência de pessoas que o ocupam/utilizam, logo, o espaço doméstico (como todo espaço) não pode ser pura e simplesmente reduzido a uma superfície. Ele “não pode” ser preenchido, pois ele só existe no ato do seu preenchimento e ele, também, “não pode” existir vazio pois não há sentido em ter a possibilidade de preenchê-lo. Nenhum espaço é só uma superfície. As relações sociais que se estabelecem no espaço é que permite a existência do espaço doméstico, assim como qualquer outra configuração de espaço.

Conceber o espaço com uma configuração aberta é entender que o espaço é composto por histórias que chegam e vão o tempo todo. Os que chegam em determinado lugar²⁷ trazem consigo atravessamentos pessoais de outras espacialidades. Por sua vez, esses atravessamentos se misturam com as trajetórias de outras pessoas, o que ocasiona novas histórias. Essas sequências são vividas em espacialidades que recebem trajetórias para criar as suas próprias,

26 Nota da autora: “Stories-so-far” no original. (N.T.)

27 Aqui, ‘espaço’ e ‘lugar’ são tratados de forma semelhante, pois sugere-se uma reflexão desses conceitos tal como Doreen Massey em sua obra “Pelo espaço” (2012).

daí não ter sentido compreender o espaço como fechado, como uma caixa, por exemplo. Não tem sentido que o espaço seja limitado a seu sentido geométrico. Na perspectiva geométrica, inclusive, “O espaço geográfico é visto apenas como um cenário, onde a vida se desenvolve. Ocupa-se, assim, nossa disciplina mais do cenário e menos da vida” (SILVEIRA, 2006, p.86). O ser humano é o único ser capaz de questionar sobre a sua existência e a existência está diretamente associada à ideia de estar “dentro” do mundo e isso

nos chama imediatamente para uma outra noção, que nos parece fundamental em geografia, que é a ideia de situação. [...] Estamos no mundo em situações. [...] De alguma forma estamos compartilhando valores morais, culturais [...]. Isso é o que faz com que o homem seja capaz de transcender e imaginar utopias, projetos, sonhos [...]. E isso tudo conduz, de uma forma mais concreta, ao espaço. (SILVEIRA, 2006, p.86-87)

Com o espaço doméstico não seria diferente. Seriam infinitas as possibilidades de criação de novas trajetórias que passam, ficam, se recriam, se reformulam e vão embora das formas de conceber o espaço. Ou seja,

[...] não apenas poderíamos conceituar, produtivamente, o espaço em termos de relações, mas também as relações só poderiam ser inteiramente reconhecidas pensando-se de modo inteiramente espacial. Para elas poderem ser vistas como relações, tem de haver, necessariamente, espacialização. (MASSEY, 2012, p. 68)

Deixar de pensar no espaço como “[...] algo fechado, coerente, integrado, como autêntico, como “lar”, um refúgio seguro; de espaço como, de algum modo, originalmente, regionalizado, como sempre-já dividido em partes iguais.” (MASSEY, 2012, p. 25) é subverter o conceito de lugar e é uma forma de ampliar os horizontes, para enfim, pensar nesse espaço como multiplicidade, como produto de relações, onde diversas existências possam coexistir.

Não apenas a história, mas também o espaço é aberto. Nesse espaço aberto interacional há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação [...] relações que podem ou não ser realizadas. [...] o espaço é, sem dúvida, um produto de relações - primeira proposição -, e para que assim o seja tem de haver multiplicidade - segunda proposição -. No entanto, não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo – já - está relacionado com tudo. O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre-já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo. (MASSEY, 2012, p. 32)²⁸

Quando penso no trabalho doméstico e o espaço onde esse tipo de trabalho é realizado, considero que, enquanto espacialidade aberta, ele possui movimento com o tempo. Ambos – espaço e tempo - não podem ser concebidos de forma separada, pois eles estão interconectados.

28 As frases e palavras em itálicos são notas próprias.

As relações que ali se estabelecem, acontecem com relação ao tempo, ao longo do tempo, e se dão em um espaço. É preciso que essa reflexão sobre o trabalho doméstico seja produzida como um saber situado, um saber que também se sabe posicionado. Esta é uma reflexão de método. Uma reflexão sobre posicionalidade e trata de evidenciar como a pesquisadora, sendo mulher negra e feminista, pode produzir uma imaginação geográfica que, inspirada em Massey, trouxe avanços conceituais a esse campo disciplinar. Logo,

O conhecimento posicionado proposto por Haraway (1988) implica reconhecer nossa capacidade de produzir um saber que se faz de determinada situação e de se responsabilizar por ele, sendo capaz de explicitar cada ação investigativa. Assim, para ela, a política e a ética são as bases das contestações sobre aquilo que pode ser concebido como conhecimento. Do contrário, a autoridade científica é simplesmente uma ilusão projetada de maneira abrangente, vinda de lugar nenhum. A ideia do conhecimento parcial e posicionado é um importante avanço para as epistemologias feministas

Para Doreen Massey ser uma geógrafa feminista implicava pensar o conhecimento, as relações políticas e de poder que eram inerentes ao processo de constituição da imaginação geográfica e de seu processo de legitimação. Ela se dedicou a pensar conceitos geográficos como espaço, lugar, região, desafiando as formas de pensar de seu tempo. Seu trabalho inspirou outras geógrafas feministas britânicas como Gillian Rose que produziu *Feminism & Geography: The Limits of Geographical Knowledge* (1993) e Linda McDowell que escreveu *Gender, Identity and Place: understanding feminist geographies* (1999). Ambas as obras desenvolvem caminhos conceituais e metodológicos, evidenciando que a identidade feminista da geografia se constitui no processo de fazer científico. A geografia feminista parte do pressuposto de que a ciência é produzida por seres humanos em seu cotidiano e, portanto, o conhecimento gerado é relacional ao tempo e espaço próprios do cientista. (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2017, p. 12-14)

Ou seja, a influência de Doreen Massey na geografia feminista e na produção geográfica é inegável. Sua abordagem crítica transcendeu as fronteiras convencionais da geografia, contribuindo para a construção de uma perspectiva mais ampla e inclusiva. Ela reconhece a complexidade do conhecimento geográfico e defende a importância do "conhecimento posicionado", que enfatiza como a ética e a política influenciam a pesquisa. Isso significa rejeitar a ideia de uma autoridade científica que existe de forma isolada, sem contexto ou universal. Essa abordagem ressoa com a visão de que o conhecimento é moldado pelas circunstâncias e perspectivas dos pesquisadores. Um ponto crucial em sua crítica é a oposição à narrativa linear e fechada encontrada em algumas obras. Ela argumenta que essa abordagem limita a diversidade de vozes e negligência contradições importantes. Além disso, Massey critica a tendência de alguns autores de relegar complexos fenômenos sociais, as posições na geometria do poder, a um papel secundário em suas análises. Isso destaca a importância de considerar as diferenças e evitar generalizações simplistas. Massey também propõe transcender a oposição tradicional entre espaço e lugar, uma característica marcante da geografia moderna.

Portanto, sua visão do espaço como um processo contínuo de produção social desafia concepções anteriores (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2017).

Logo, reconhecer a complexidade do espaço doméstico é um importante avanço nessa geografia (que é corporificada e anticolonial), pois amplia seus horizontes, estendendo sua análise espacial a “lugares” ou escalas que antes eram negligenciados ou considerados irrelevantes. Quando nos aprofundamos nessa compreensão e examinamos como o trabalho se desenrola dentro do ambiente doméstico, torna-se crucial explorar as relações de poder que se entrelaçam nesse contexto. Isso envolve aspectos como a definição de áreas específicas dos quais as trabalhadoras domésticas podem ter acesso, como as “dependências” ou o banheiro designado “para seu uso exclusivo”, por exemplo. Também abrange a mesa onde essa trabalhadora tem autorização para realizar suas refeições, além das restrições que determinam os lugares sociais onde ela pode ou não permanecer.

Então, cabe questionar: uma trabalhadora doméstica pode sentar-se no sofá? Pode usar o banheiro da suíte do casal? Pode usar a geladeira livremente ou só para pegar itens para cozinhar? Até que horas devem estar disponíveis? Que tipo de acesso essa mulher tem dentro da casa em que trabalha? Essas indagações me remetem à escravidão, que grafou os espaços e os corpos de todas essas mulheres, porém, de forma ainda mais cruel, pois grafou, sobretudo, o corpo das mulheres negras, mesmo que não sejam os mesmos corpos, que são a maioria entre as trabalhadoras domésticas hoje (ver capítulo 3). Isso diz respeito diretamente às Geografias Encarnadas e Corporificadas que critica justamente o fato da Tradição epistemológica da Geografia ainda atualmente não considerar tais recortes de raça e gênero como de sua responsabilidade. Para além dessas dimensões, essas situações demarcam uma questão de interdição do espaço para essas mulheres, portanto, faz jus ao que a Geografia diz estar dentro de seu campo epistêmico. As interdições espaciais denunciadas por uma série de relatos das trabalhadoras domésticas puderam ser acompanhadas ao longo dessa pesquisa por meio de filmes como o documentário “Domésticas”, o PodCast Projeto Querino, no Episódio “Piores Padrões” bem como pelo perfil do Instagram “Ela é só a babá”. Esses materiais foram fundamentais para o exercício de uma escuta ativa das falas dessas mulheres trabalhadoras domésticas em seus tristes relatos de relações danosas em que estavam nas piores posições em uma estrutura de poder marcada pela desigualdade social, racial, cultural, política e econômica.

Para além desse debate, há uma outra dimensão apresentada aqui que deve ser levada em consideração que são as formas arquitetônicas que projetam as casas com “o quarto da empregada”, por exemplo, que materializam a geografia da branquitude desde a lógica

geométrica (Imagem 1) mas também numa perspectiva existencial. Analisar o espaço para além de uma abordagem geométrica significa refletir sobre as existências marcadas por histórias que perduram no imaginário geográfico de lugares como a casa e, também, nos corpos de pessoas marcadas por uma cultura racista e sexista. González (2020, p. 76) inclusive, já falava dessa neurose cultural nos anos 1980, um século após a abolição da escravatura.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o *racismo* se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que essa articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele que habitualmente vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar à questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta.

Imagem 1: Evolução do "quarto da empregada" na arquitetura das casas.

SÉCULO 19
NOS antigos casarões, as dependências para empregados ficavam fora da residência principal, em edifícios no fundo do terreno — uma herança das senzalas nas fazendas do período colonial. Costumavam ter mais de um quarto e banheiro.

DÉCADA DE 1930
AS grandes cidades começam a ganhar prédios, e os apartamentos reproduzem as características das casas. Criam-se áreas de serviço amplas, com espaço para lavar e secar roupa e dormitórios para funcionários com em torno de 4,5 metros quadrados. Em alguns edifícios, a área para empregados fica fora do imóvel, no terraço ou nos fundos.

DÉCADA DE 1950
A área de serviço começa a diminuir, e a social, a aumentar, o que se reflete na redução do tamanho dos dormitórios de empregados. A mudança tem a ver com a chegada de novas tecnologias, como a máquina de lavar, e com a redução da oferta de terrenos disponíveis na cidade e o encarecimento do valor do metro quadrado.

ANOS 2000
Os apartamentos ficam mais compactos e ganham cômodos integrados — entre eles, cozinha e Sala. A área de serviço é reduzida, e os quartos de empregada começam a desaparecer, mas o banheiro de serviço é mantido. Alguns condomínios oferecem lavanderia compartilhada para moradores.

Quarto de empregada é raro, mas banheirinho resiste na planta atual

Área reservada a doméstica só aparece no alto padrão e tem em média 3 m²

Júlia Zaremba

SÃO PAULO O quarto de empregada está em processo de extinção. A parcerias, áreas de serviço reduzidas, mudanças culturais e direitos trabalhistas garantidos a domésticas ajudam a explicar o desaparecimento do cômodo, agora restrito ao alto padrão.

O banheiro de serviço, contudo, permanece nos projetos residenciais, acreditam arquitetos e especialistas do setor. "As pessoas gostam porque ocupa pouco espaço e permite que o funcionário tenha um espaço privado na casa", diz Octávio Pontedura, sócio da imobiliária Refúgios Urbanos.

Tema de filmes como "Domésticas" (2001) e "Que Horas Ela Volta?" (2015), a dependência de empregados, que antigamente ficava em edifícios nos fundos das casas, foi para dentro da residência principal na verticalização de São Paulo, nos anos 1930.

"O quarto de empregada é um forte legado da escravidão, ainda que no modelo capitalista", diz Isabela Oliveira, an-

foi de 4,5 metros quadrados para a média atual de 3 metros quadrados.

Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Luiza Pereira afirma que são comuns queixas de má iluminação, falta de ventilação e alegria causadas por trabalhos e produtos de limpeza acumulados no cômodo.

Mas diz que, hoje, uma minoria das trabalhadoras dorme no serviço. "Os patrões têm que pagar adicional noturno e hora extra, então muitos abrem mão de ter o cafuninho pronto logo cedo".

Nathalie Rosário, advogada do sindicato das empregadas domésticas de São Paulo, concorda que é raro achar domésticas que ainda durmam no trabalho. "Quem passa a noite são cuidadores e babás".

Não há lei ou convenção coletiva sobre padrões para o quarto de empregada. Mas é óbvio que o espaço deve ter boas condições de iluminação, ventilação e conforto térmico, diz Ana Maria Fasanella, professora de arquitetura da Mackenzie.

Há casos em que o quarto é

dade", segundo Yorki Estefan, da diretoria do SindusCon-SP (sindicato da construção).

Mas há quem ainda faça questão do quarto de empregada: o comprador de apartamento com mais de 200 metros quadrados.

"A demanda é de 100% entre o público AAA", diz Ana Paula Kaneyuki, gerente da Imóvel A, da Lopes. Segundo ela, hoje o cômodo tem "ar-condicionado, internet e pacote de canais de TV que a família usa".

No edifício New Castle, da construtora Bueno Netto, no Morumbi, os apartamentos de 940 metros quadrados contam com três dependências para empregados com cerca de 5,3 metros quadrados cada.

O empreendimento tem área comum com refeitório, armários, vestiário com chuveiros e banheiro coletivo.

Fonte: Folha de S. Paulo. 9 junho 2018. D4 - Júlia Zaremba

Para as meninas negras os “bicos de diarista / entalado na minha herança”²⁹ (DALL FARRA, 2019, s/p), tratam dessa neurose cultural racista e sexista (GONZALEZ, 2020). Essa neurose continua a preservar os quartos de despejo, como enfatizado por Carolina Maria de Jesus (2014) – uma das intelectuais mais importantes do Brasil – em sua reflexão sobre a favela e o lugar da mulher negra e pobre. A mulher negra é a base da sociedade quando pensamos um espaço como a casa a partir das relações de trabalho e especificamente com o trabalho doméstico remunerado, esta base é ainda mais evidente. São as mulheres negras que criam as crianças brancas e as suas próprias. São as mulheres negras que alimentam e são a mão da limpeza.

Mesmo depois de abolida a escravidão
Negra é a mão
De quem faz a limpeza
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão
Negra é a mão
É a mão da pureza

Negra é a vida consumida ao pé do fogão
Negra é a mão
Nos preparando a mesa
Limpando as manchas do mundo com água e sabão
Negra é a mão
De imaculada nobreza
(GIL, 1984)³⁰

1.1.4 Ocupando espaços de circulação e de sentidos

Assim como muitos brasileiros, as trabalhadoras domésticas negras passam por diversos lugares antes de chegarem ao trabalho, como, por exemplo, o transporte público. Nesse contexto, o transporte público, apesar de ser um meio, será considerado aqui, por mim, como uma das diversas dimensões do espaço. Esse espaço reforça a manutenção do privilégio, sobretudo daqueles que não dependem desse meio para sua locomoção. Isso contribui para a restrição da mobilidade daqueles que não têm outra opção. Mais uma vez, as ideias de Massey

²⁹ Poesia completa disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DbQXy_jcCXE

³⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3nId4SUxIns>

nos auxiliam a aprofundar nossa compreensão sobre as questões relacionadas ao espaço geográfico, portanto

[...] toda vez que alguém usa um carro – e, portanto, aumenta sua mobilidade pessoal –, ao mesmo tempo diminui o fundamento lógico e a viabilidade financeira do sistema de transporte público – e assim reduz, potencialmente a mobilidade daqueles que dependem desse sistema [...]. Em outras palavras, precisamos nos perguntar se nossa relativa mobilidade [privilegio] e poder sobre a mobilidade e a comunicação aumenta o aprisionamento espacial de outros grupos. (MASSEY, 2000, p. 181)

Fazer uso do privilégio da mobilidade pessoal para não compor a massa que usa transportes públicos, enfraquece a possibilidade desses transportes serem dignos de transportar pessoas, e dentro desse grupo de pessoas que muitas vezes tem o transporte público como o único meio de locomoção, encontram-se as mulheres negras que compõem em grande parte o grupo de trabalhadoras domésticas. Transporte esse que é, corriqueiramente, espaço/meio de assédios sexuais contra as mulheres. Ou seja, ainda segundo a ideia da autora supracitada (MASSEY, 2000, p. 183), existe uma diferença conceitual de espaço que é hierarquizada pela raça e pelo gênero. Aqui, no caso da mobilidade, o transporte público é um espaço/meio passível de se fazer um recorte de gênero, pois oferece, frequentemente, mais risco às mulheres que para outros grupos sociais. E quando pensado em raça, essa diferença atinge uma grandeza ainda maior, pois, se já é hostil para uma mulher branca, imagina para uma mulher negra. No que diz respeito ao espaço doméstico, essa lógica não é muito diferente.

A análise geográfica realizada a partir da escala doméstica e os diálogos com minha orientadora (OLIVEIRA, 2020, 2021), foram revelando para mim como o espaço doméstico, sobretudo durante o período da Pandemia, poderia ser uma escala de análise relevante. Meu olhar sobre o conceito de espaço e a escala da casa foram fazendo cada vez mais sentido e a pandemia me estimulou a (re)pensar o que eu entendia como espaço, retirando a métrica da extensão e de grandeza, muitas vezes atribuído como sua principal característica, e a reformular – de forma nada romântica – o meu entendimento por esse conceito genuinamente geográfico. A superação de uma perspectiva geométrica em direção à perspectiva existencial (SILVEIRA, 2006) somou-se à compreensão do que Massey (2012) chama de “lugares-dentro-de-lugares”. Foi como a descoberta de uma imersão dentro do meu próprio campo de estudo que, ao mesmo tempo em que cada dia que passava, o meu sentido geográfico sobre espaço ficava mais amplo, eu compreendia cada milímetro do espaço que ocupo agora, me sentia uma prisioneira, pois ia para além da minha vontade de estar presente nesse enorme pequeno trabalho de campo. Enorme sim, pois, como dito acima ampliou e expandiu a geografia que eu compreendia e fez com que eu percebesse o tanto de relações e dinâmicas que podem existir nesse espaço da casa,

do lar. Muitas coisas começaram a fazer sentido, porque o meu corpo estava ocupando esse espaço, essa cadeira, essa postura frente ao computador. Eu percebi que a espacialidade do meu corpo preenchia parte da espacialidade da minha casa, principalmente do meu quarto, o deixando mais quente, inclusive. Tudo começou a fluir de forma diferente a partir da compreensão do corpo e da casa como espaços geográficos.

A obrigatoriedade de ficar em casa, por conta da pandemia, fez com que o meu corpo, de forma natural, tivesse a necessidade de mudar a mesa de posição, de forma que meus olhos fossem capazes de alcançar a janela, por exemplo. Havia uma necessidade animalesca, natural, de ver o dia passando, de olhar para o céu e me sentir pertencente a ele, de alguma forma. Percebi que meu corpo ocupava diversos lugares ao mesmo tempo. Ocupava esse lugar geográfico-científico que passeia em diversas dimensões do campo da psique, que me faz pensar nas dinâmicas cotidianas dentro de uma casa, da minha casa e, também, nas dinâmicas da cidade, no ônibus que escuto passar na rua, no cheiro de gasolina que, vez ou outra, invade meu quarto, no olhar atento ao céu para pensar se é um bom dia ou não para se lavar roupa, no sentido aguçado do olfato que me lembra da necessidade de pensar na logística do almoço. Cada vez que meu corpo ocupava parte desses “lugares-dentro-de-lugares” (MASSEY, 2012), os meus sentidos ganham novas configurações, o meu corpo se comportava de forma diferente, como se ele soubesse a forma como devia se comportar em casa, no espaço da casa. E sabe, sem dúvidas!

O modo “piloto automático” acionado durante a pandemia me fez perceber a forma como o meu corpo se comportava frente às atividades domésticas. Estar em casa, no espaço doméstico 100% do tempo, exigiu uma frequência na realização do trabalho doméstico muito superior ao que eu estava habituada antes. Um trabalho, diga-se de passagem, infinito! Um ciclo sem fim.

“Fiquem em casa!” Por vezes essas frases, ouvidas diariamente na televisão, lidas em redes sociais ou jornais, foram gatilhos de angústias e incerteza. De um lado tinha a falta de noção ou previsão de quando essa frase sairia do nosso dia a dia, o pavor da contaminação, o luto pela morte dos outros. Do outro lado tinha a angústia da repetição interrupta e diária do trabalho doméstico para aqueles e aquelas que, como eu, tiveram o privilégio de se manter em casa.

Certa vez, em um encontro remoto do grupo de pesquisa do qual eu faço parte, COLETIVA Vandana Shiva³¹, tivemos o privilégio de ouvir a professora Ana Angelita Rocha³². Em determinado momento do nosso encontro ela propôs um exercício: sugeri que nós, participantes da roda de conversa, abrísssemos os áudios da nossa reunião *online*, que ficássemos em silêncio e fechássemos os olhos. Nessa dinâmica foi possível que os sons das casas das outras pessoas presentes invadissem o espaço onde eu estava, o meu quarto, a minha imaginação – pois o “compromisso do geógrafo questionador [...] é evidenciar essas imaginações geográficas e perguntar de onde elas vêm” (MASSEY, 2017, p.37). Logo, a imaginação é um espaço de infinitas possibilidades, pois é nesta mesma imaginação que somos capazes de planejar a construção de casas e cidades inteiras por exemplo, sem que elas ainda existam de fato. Nos baseamos em trechos da realidade para construir algo que seja autêntico e próprio. Acho que o maior exemplo dessa configuração, para mim, seriam os livros e filmes de Harry Potter³³. Imaginação esta que se sentiu à vontade para fluir por aquele espaço virtual da internet, trazendo a ideia da espacialidade aberta e relacional. Nessa dinâmica foi possível ouvir, por exemplo, o freio de um ônibus que passava na rua de alguém, o som de pássaros cantando, um sino de vento - e isto foi verdadeiramente incrível para mim, pois pude perceber que ventava na casa de uma outra pessoa mas não acontecia o mesmo onde eu estava -, um chiado de panela de pressão - o que me fez imaginar um feijão sendo feito e daí meu sentido gustativo foi ativado e fui levada a imaginar o cheiro de um feijão sendo temperado -. A dinâmica proposta pela professora Ana Angelita Rocha foi simples e poderosa! Talvez tenha sido meu maior exercício, como geógrafa, sobre espaço. O mais sensível, sem dúvida! Esse exercício me fez pensar na mente geográfica, nessa imaginação como elemento genuinamente geográfico. Massey (2017) me ajudou a processar o que significava essa “imaginação geográfica”, e ela simplesmente significa tudo, pois

[...] muito da nossa “geografia está na mente. [...] imaginar o espaço como, acima de tudo, um espaço de fluxo [...]. O que nós precisamos é de uma imaginação de espaço que incorpore as geometrias de poder que constroem este mundo altamente desigual.

31 Grupo de pesquisa em Geografia, Cultura, Existência e Cotidiano da UFRRJ (COLETIVA Vandana Shiva). Coordenado pela Professora Dra. Anita Loureiro de Oliveira.

32 A COLETIVA Vandana Shiva organizou em evento aberto chamado Encontra Coletiva. Sons, Lugares, Encontros: uma conversa militante a partir de Doreen Massey e convidou a professora Dra. Ana Angelita Rocha para falar sobre a temática proposta. O encontro aconteceu no dia 09/04/2021 de forma remota

33 Harry Potter foi idealizada por Joanne Kathleen Rowling, mais conhecida como J. K. Rowling e é uma grande paixão pessoal. JK Rowling é uma escritora, roteirista e produtora cinematográfica britânica responsável por criar o mundo bruxo que ela chamou de Harry Potter. Mais informações disponíveis em: <https://www.jkrowling.com/about/>. É realmente impressionante o domínio espacial que teve a autora dessa história ao conseguir construir, com maestria, um mundo paralelo inteiro, completo e fictício.

O que está em questão é a forma como, em um nível muito básico, nós pensamos o planeta, na verdade, a forma como pensamos sobre o próprio espaço geográfico. (MASSEY, 2017, p.37-38)

Com isso, misturando a epistemologia da existência (SANTOS, 1996) e a mente geográfica (MASSEY, 2017) para a compreensão do sentido aberto e relacional do espaço geográfico, da forma de como funciona o espaço do outro, me pego pensando na realidade de pessoas que contam, em suas casas, com a presença e o trabalho de mulheres negras como trabalhadoras domésticas. Pessoas que têm como trabalho a tarefa de cuidar da casa de outras famílias que não as suas e, assim, administrar a limpeza, organização, roupas, comida³⁴.

Um dos meus maiores trabalhos como cientista e geógrafa é observar para realizar uma análise espacial. Eu observo os espaços, as características físicas deles, as relações que acontecem ali, a forma como determinadas coisas são faladas e reagidas. Estar na casa de pessoas, observando a dinâmica do espaço relacional doméstico, tem sido meu grande trabalho de campo, durante boa parte do mestrado. A partir das minhas observações pude pensar em análises sobre esse espaço e nas relações que acontecem nesses espaços. Através das leituras que fiz, fui capaz de dar nomes a situações que antes eram estranhas para mim, das quais não sabia como expressar aqui no texto.

A partir do próximo capítulo, convido você a refletir comigo sobre uma bibliografia que aborda experiências das mulheres que desempenham o trabalho doméstico e algumas complexas dinâmicas relacionais que envolvem essa ocupação. O capítulo dois deste trabalho estabelece a base conceitual necessária para o desenvolvimento do terceiro capítulo, que se concentra em análises estatísticas substanciais sobre a ocupação do trabalho doméstico e a população vinculada a essa ocupação.

Vale destacar que, como mencionei no início deste capítulo, minha intenção não foi esgotar os conceitos relacionados à análise do espaço geográfico, mas sim provocar uma reflexão dentro desses conceitos que podem enriquecer nossa compreensão do espaço doméstico em suas relações cotidianas enquanto locus do trabalho. No próximo capítulo, abordaremos uma base teórica mais voltada para as questões do trabalho doméstico, aprofundando ainda mais nossa análise, permitindo assim uma interconexão do trabalho doméstico com o espaço doméstico.

34 Mesmo sabendo que segundo a Lei nº 150 não prevê o acúmulo de funções sem que a pessoa seja remunerada corretamente, sabemos que isto não é respeitado com tanta frequência, como deveria.

CAPÍTULO II: TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: “NEGRA É A MÃO DE QUEM FAZ A LIMPEZA”

1.2 Trabalho, trabalho doméstico e divisão sexual do trabalho.

Ao longo da história, o conceito de "trabalho" tem sido central na organização social e econômica das sociedades. A atividade laboral desempenha um papel fundamental na produção de bens e serviços que sustentam as comunidades humanas. Desde tempos antigos até a contemporaneidade, as ideias e percepções acerca do trabalho têm mudado conforme as necessidades, assumindo diversos significados culturais, econômicos e filosóficos. O entendimento sobre o trabalho não apenas moldou as bases da economia, mas também influenciou a identidade das sociedades e a relação das pessoas com elas mesmas e a relação delas com o mundo à sua volta.

Segundo reflexões trazidas sobre documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é de suma importância que reconheçamos que os indivíduos podem participar em múltiplas vertentes de atividades laborais em um único intervalo de tempo. A título de exemplo, uma pessoa pode estar envolvida no trabalho do cuidado infantil e desempenhar, simultaneamente, um emprego remunerado e/ou contribuindo com um trabalho voluntário. Quando aplicados em uma realidade, esses padrões promovem a possibilidade de se obter uma visão holística muito mais abrangente do panorama ocupacional das pessoas. Isso abarca a alocação de esforços laborais nos âmbitos familiares e a interligação entre a participação no mercado de trabalho, além das diversas formas de atividades laborais.

Uma vez que o conceito de trabalho transcende culturas e eras, ele se manifesta de diversas formas e em diversos contextos. As atividades laborais abordadas neste contexto abrangem o emprego tradicional, o trabalho voltado para a produção de bens e serviços de uso próprio (englobando atividades direcionadas à criação de produtos e serviços para necessidades pessoais) e ainda outras formas de engajamento não remunerado. Nesse sentido, uma vertente que merece destaque é o trabalho doméstico. Remunerado ou não, trata-se de uma atividade muitas vezes invisibilizada, frequentemente subvalorizado ou marginalizado, mas que desempenha um papel crucial no funcionamento das famílias e da sociedade como um todo, além de ser vital para a própria subsistência e funcionamento das comunidades.

A presença do trabalho reprodutivo não remunerado figura como um elemento rotineiro na vida de todos, transcendendo todos os lares e sociedades. Seu papel fundamental na promoção do bem-estar de indivíduos, famílias e comunidades, é inquestionável. Essa forma de atividade pode adquirir configurações variadas, seja na oferta de bens e serviços destinados aos lares e às famílias, ou na prestação de suporte a terceiros por meio do voluntariado e de outras práticas não remuneradas.

Essa atividade,

[...] é quase que em sua totalidade desempenhado por mulheres (97%), sendo que a maior parte dos homens nessa ocupação desenvolvem atividades fora do âmbito doméstico fechado, como as de caseiro e jardineiro. Essa maioria feminina é resultado da construção social que estabelece que as atividades domésticas são biologicamente ligadas às mulheres. Essa, que é uma construção de poder, também teve como pressuposto que os homens seriam mais aptos para funções produtivas fora do espaço da casa, e mais aptos para construir a vida política e pública. (TEIXIERA, 2021, p. 20)

Para entender o trabalho doméstico, é preciso falar sobre a divisão de tarefas entre homens e mulheres ao longo da história. Essa divisão, chamada de "divisão sexual do trabalho", mostra por que o trabalho doméstico sempre foi associado principalmente às mulheres. Essa divisão ocorre quando diferentes tipos de trabalho são atribuídos com base no gênero das pessoas. Isso criou uma situação em que as mulheres historicamente ficaram com a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados, principalmente devido às expectativas sociais sobre seus papéis de gênero.

Portanto, ao discutir o trabalho doméstico, é importante considerar como essa divisão influenciou essa realidade. Ela não apenas moldou a percepção do trabalho doméstico, mas também afetou a forma como homens e mulheres foram tratados em relação às oportunidades e responsabilidades. Para um debate completo sobre o trabalho doméstico, é essencial entender essa divisão histórica, pois ela é crucial para compreender as complexidades das relações de gênero no trabalho. Portanto,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA, 2007, p. 599).

A atividade doméstica, abrangendo a manutenção das residências e o cuidado das famílias, figura como uma das formas mais antigas e duradouras de trabalho em nossa sociedade. Embora frequentemente subestimado, o trabalho doméstico desempenha um papel fundamental no sustento das famílias e na preservação das estruturas sociais. É crucial

reconhecer a sua importância social e econômica ao explorarmos a evolução do conceito de trabalho ao longo do tempo.

Ao refletirmos sobre o trabalho doméstico, também conhecido como trabalho reprodutivo, somos lembrados de que essa atividade "é o fundamento de todo sistema político e econômico, e que a imensa quantidade de trabalho doméstico remunerado e não remunerado, realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento" (FEDERICI, 2019, p.17). E mesmo com os avanços que já ocorreram, ainda estamos longe de alcançar uma verdadeira igualdade de gênero em relação a esse tipo de atividade, pois "Sempre que se tenta fazer um balanço da divisão sexual do trabalho em nossas sociedades, se chega à mesma constatação em forma de paradoxo: nessa matéria, tudo muda, mas nada muda" (HIRATA, 2007, p. 597).

1.2.1 OIT e reflexões sobre trabalho doméstico, raça e gênero

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁵ desempenha um papel crucial com relação à elaboração de normas que abrangem diversas áreas das estatísticas laborais. Dentro dessas normas são incorporadas definições de conceitos pertinentes, orientações práticas e definições operacionais, contribuindo assim para uma implementação mais eficaz das ideias laborais. As orientações e diretrizes internacionalmente aceitas para a mensuração dessas estatísticas são encapsuladas nas Resoluções e Diretrizes adotados durante a Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (ICLS).³⁶

Portanto, no contexto das estatísticas relacionadas à força de trabalho, assistimos a transformações significativas entre os padrões adotados na 13ª ICLS, em 1982, e aqueles estabelecidos três décadas depois, na 19ª ICLS, em 2013. Um destaque notável reside na Resolução I da 19ª ICLS, que ampliou substancialmente o âmbito das estatísticas laborais ao reconhecer a importância de coletar dados sob diversas atividades laborais, abrangendo tanto aquelas que envolvem compensação financeira quanto as que não a envolvem. Para atender a esse propósito, houve um refinamento da definição de emprego, que agora se limita a atividades remuneradas ou lucrativas.³⁷

35 Disponível em: <https://test-ilostat.pantheonsite.io/resources/concepts-and-definitions/forms-of-work/>

36 Disponível em: <https://www.ilo.org/public/portugue/bureau/stat/techmeet/icls/repconf.htm>

37 Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/pdf/making-womens-work-visible-the-19th-icls-standards-purpose-and-progress/>

Logo, segundo o relatório “*Making Women’s Work Visible: The 19th ICLS Standards, Purpose and Progress*”³⁸, o empoderamento econômico das mulheres constitui um pilar fundamental na busca pela melhoria da qualidade de vida de todos. No entanto, compreendo que o alcance desse progresso é prejudicado pelas inúmeras desigualdades que as mulheres enfrentam em suas carreiras. Essas disparidades abrangem desde a instabilidade no emprego até as diferenças salariais e a posse restrita de ativos.

No contexto do trabalho reprodutivo não remunerado, que envolve atividades como cuidar, agricultura de subsistência, culinária e limpeza, é notável a sobrecarga que recai predominantemente sobre as mulheres. Isso se deve ao fato de que muitas mulheres enfrentam uma jornada múltipla de trabalho. Ávila (2012) contribui para a compreensão dessa situação. Em sua pesquisa, a autora comenta sobre a multitarefa e a divisão à qual as mulheres são submetidas quando precisam estudar, trabalhar de forma remunerada e ainda cuidar das atividades domésticas de forma não remunerada (ÁVILA, 2012). Essa é uma realidade muito comum para a maioria das mulheres, e eu mesma a vivencio, com frequência, em meu próprio cotidiano.

Enfrentar essa dura realidade e tentar conciliar todas as responsabilidades é um desafio. Além das inúmeras atividades que precisamos administrar, há também uma pressão, tanto externa quanto pessoal, para que tudo seja feito de forma perfeita. Essa busca interna é resultado da pressão que tenta convencer a todos de que a mulher seria naturalmente mais afeita aos cuidados reprodutivos. No entanto, é importante ressaltar que buscar a perfeição tem um custo significativo para nossa saúde mental e bem-estar das mulheres com o qual poucas pessoas estão, de fato, preocupadas.

Além dos pontos levantados por Ávila (2012) em seu texto, é relevante refletir sobre o tempo que essas mulheres gastam em deslocamento para seus empregos remunerados. Muitas vezes, existe a falsa ideia de que essas mulheres trabalham apenas durante as 8 horas regulamentares. Como exemplo, em uma rotina comum do meu dia a dia, enfrento até 2 horas e meia no trajeto de ida e o mesmo tempo de volta para o trabalho. Isso significa que, em um dia típico, além das 8 horas de trabalho remunerado, eu ainda gasto cerca de 5 horas em deslocamento. Além disso, utilizo cerca de 3 horas do meu tempo diário para estudar para dar conta da finalização do mestrado, mais o tempo para cuidar das responsabilidades domésticas

38 Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/pdf/making-womens-work-visible-the-19th-icls-standards-purpose-and-progress/>

como lavar roupas, preparar a comida para o dia seguinte, manter a casa em ordem, entre outras atividades semelhantes. Definitivamente, esses são detalhes aos quais, infelizmente, as mulheres que compartilham dessa mesma rotina já compreendem sem a necessidade de uma vasta explicação. Ou seja,

O tempo gasto com trabalho doméstico absorve uma parcela significativa da rotina diária das mulheres [...] A maior parte das mulheres trabalha fora de casa e tem uma jornada de trabalho diária de oito horas. A limitação de tempo as obriga a estabelecerem estratégias de otimização do tempo que lhes resta para darem conta de todo o programa diário, inclusive o trabalho doméstico. (ÁVILA, 2012, p. 820)

Embora seja essencial para o funcionamento das comunidades globais, como dito anteriormente, esse tipo de trabalho costuma passar despercebido, por isso mesmo, não é previsto uma remuneração para ele. A dificuldade histórica em mensurar adequadamente o trabalho não remunerado decorre das definições tradicionais limitadas sobre o que é considerado "trabalho", e da sua sub-representação nas estatísticas oficiais, tais como a população ativa no mercado de trabalho ou o Produto Interno Bruto (PIB).

O trabalho doméstico, por sua vez, marca o início de qualquer dia para muitas pessoas, porém, convenientemente, há uma dimensão histórica imposta, principalmente pelo capitalismo, que treina as mulheres para executarem essa tarefa e ainda utiliza o amor como desculpa. É covarde presumir que essa atividade seja exclusivamente responsabilidade das mulheres, sobretudo quando se usa o argumento do amor como justificativa para sua realização. Essa ideia está tão enraizada na mente das mulheres, e falo com convicção porque também sou mulher e partilho dessa mesma condição, que nos sentimos culpadas quando, em determinadas situações, não cuidamos do outro como se espera. Entretanto, essa não deveria ser uma postura natural de nossa parte; não há nada de normal em acreditar que mulheres devam realizar tarefas domésticas por "amor", especialmente quando não está previsto que esse tipo de "amor" seja retribuído, reciprocado, reconhecido ou mesmo valorizado de alguma forma, nem mesmo financeira.

Acredito que uma citação de Silvia Federici seja capaz de destacar a sensação de decepção que sinto em relação à ilusória ideia de que ser dona de casa, cuidar do lar e de seus habitantes por amor possa parecer uma fantasia encantadora, a idealização de uma vida perfeita.

[...] não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida. Mesmo assim, dificilmente se tem êxito. Não importa o quanto sejamos bem treinadas, poucas mulheres não se sentem enganadas quando o "dia da noiva" acaba e elas se encontram diante de uma pia suja. Muitas de nós ainda possuem a ilusão de que nos casamos por amor. Grande parte de nós reconhece que nos casamos por dinheiro e segurança; mas é o momento

de reconhecer que, enquanto há pouco amor ou dinheiro envolvidos, o trabalho que nos aguarda é excessivo. É por isso que as mulheres mais velhas sempre nos dizem: “proveite sua liberdade enquanto você pode, compre o que você quiser agora”. Mas, infelizmente, é quase impossível aproveitar qualquer liberdade se, desde os primeiros dias da sua vida, você tem sido treinada para ser dócil, subserviente, dependente e, o mais importante, para se sacrificar e até mesmo sentir prazer com isso. Se você não gosta, o problema é seu, o fracasso é seu, a culpa e a anormalidade são suas.” (Pág. 43-44 – o ponto zero da revolução – Federici)

Saffioti (1979) já nos trazia uma dimensão sobre o trabalho doméstico vinculado e focado no modelo escravocrata, quando nos ajuda a entender melhor essa ideia que sinaliza a prática de realizar tarefas domésticas, executado por escravas e serviçais nas casas dos senhores ainda no período escravocrata, quando não havia possibilidade de pagamento em dinheiro. Isso originou-se em um contexto anterior ao sistema de salário, que emergiu do capitalismo. No entanto, as atividades desempenhadas por trabalhadoras domésticas em residências particulares não se enquadram em modelos capitalistas, não de forma a ostentar características intrínsecas desse sistema. As trabalhadoras nesse campo não eram recompensadas com salário pessoal. Por outro lado, os mesmos tipos de serviços realizados em estabelecimentos como bares, restaurantes e hotéis era e são integrados no setor capitalista da economia, onde os agentes operam sob a direta subordinação do capital. Essa distinção é essencial para lembrar que a atividade das trabalhadoras domésticas foi, inicialmente, demarcada como não-capitalistas, embora tenham surgido dentro do contexto do capitalismo (SAFIOTI, 1979).

Portanto, ainda de acordo com as ideias de Saffioti (1979), um contrato de trabalho, sendo ele verbal ou escrito, é previsto para as trabalhadoras domésticas que desempenham funções cujos "produtos" – bens e serviços – são diretamente consumidos pela família empregadora, ou seja, essa atividade circula no mercado para fins de troca e lucro. Esse tipo de emprego não requer a mobilização de capital; em vez disso, ele é alimentado por renda pessoal ou despesas correntes. A coleta de evidências empíricas sugere que o processo de acumulação aconteça em um cenário de excedente humano massivo, além das necessidades do capital. Esse contingente, por sua vez, é predominantemente encontrado em trabalhos domésticos, que estão, portanto, fora do âmbito do setor capitalista de atividades econômicas (SAFFIOTI, 1979).

Adicionalmente, mulheres atuantes no mercado de trabalho não apenas têm maior probabilidade de se envolver em trabalho não remunerado em comparação com os homens, mas também enfrentam, como indicado anteriormente, a realidade de assumir múltiplas responsabilidades e deparar-se com obstáculos estruturais e sociais. A falta de integralidade nos dados existentes para computar, principalmente o trabalho doméstico não remunerado, limita a capacidade dos governos em conceber e implementar programas e políticas que efetivamente

promovam o empoderamento econômico feminino e, em última instância, aprimorem os meios de subsistência delas, considerando o trabalho doméstico uma atividade que deva ser remunerada de qualquer maneira, seja ela executada para o bem próprio ou para o próximo (SAFFIOTI, 1979). Ou seja, parafraseando Federici (2019, p. 27) “[...] reivindicamos que esses salários fossem pagos não pelos maridos, mas pelo Estado, como representante do capital coletivo – o verdadeiro “Homem” que se beneficia do trabalho doméstico.”

Compreendo que uma mudança na abordagem de medição do trabalho, aliada à responsabilização das lideranças pelo asseguramento da coleta e uso de dados que reflitam essas mudanças, pode proporcionar um entendimento mais profundo das valiosas contribuições das mulheres para a sociedade. Esse ajuste na abordagem estatística é crucial para apoiar suas necessidades e aspirações por meio da formulação de políticas embasadas em dados concretos. Já com perspectivas voltadas para o âmbito nacional, entendo que o trabalho doméstico no Brasil é uma realidade complexa que reflete profundas desigualdades de gênero e raça, com raízes que remontam à história de escravidão no país. Durante séculos, o Brasil foi o maior destino de escravos africanos nas Américas, o que deixou um legado duradouro de discriminação racial e de marginalização.

A escravidão imprimiu marcas profundas nas estruturas sociais, o que influencia a configuração do mercado de trabalho até hoje. As mulheres negras, em particular, foram duplamente marginalizadas, sendo forçadas a executar o trabalho pesado nas plantações e, também, a desempenhar papéis no ambiente doméstico, cuidando das famílias dos proprietários (DAVIS, 2016). Para essa função, elas eram chamadas de Mucamas (GONZALEZ, 2020). Ou seja, ao longo da história, a desigualdade de gênero e raça também estava intrinsecamente ligada à escravidão. As mulheres negras eram submetidas a uma exploração brutal que muitas vezes incluía abuso sexual, resultando em uma herança de marginalização e estigma que continua a afetar as oportunidades das mulheres negras no mercado de trabalho (GONZALEZ, 2020, p. 198).

Após a abolição da escravatura, muitas pessoas que foram escravizadas enfrentaram um ambiente hostil e falta de oportunidades. Essa marginalização se refletiu na limitação de opções de emprego e no acesso desigual à educação e a outros recursos. A herança da escravidão continuou a moldar as trajetórias de vida de negros e negras no Brasil, incluindo sua representação dentro do que conhecemos como trabalho doméstico.

1.2.2 Diferenças raciais, trajetórias, e PEC das domésticas

Refletindo sobre um contexto no qual pensamos na vivência das mulheres brancas, a perspectiva do trabalho fora de casa carregava uma promessa diferente daquela que era prevista para as mulheres negras. Existia uma ideia de emancipação para as mulheres brancas, havia uma forte convicção de que o trabalho fora de casa poderia quebrar as cadeias da dependência econômica dos homens e oferecer um meio de resistência contra a dominação de gênero. No entanto, essa visão muitas vezes negligenciava um ponto crucial: a maioria das mulheres já estava comprometida com atividades laborais fora dos limites do lar. Abrangendo, inclusive, do trabalho agrícola a funções industriais. Ao destacar essa variedade de ocupações, desvela-se uma intrincada teia de interseções, onde gênero, raça e classe se sobrepõem, contribuindo para as diferenças notáveis nas experiências laborais entre mulheres (hooks, 2019a).

Kimberle Crenshaw nos ajuda a entender melhor essas ideias através das suas obras nas quais ela fala sobre o conceito de interseccionalidade. Segundo Crenshaw (2002, p. 177),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Através de suas reflexões, é possível entender que muitas vezes as experiências das mulheres negras são negligenciadas tanto nas discussões sobre feminismo quanto nas discussões sobre racismo, além das formas únicas de opressão que as mulheres negras enfrentam e que não podem ser compreendidas de maneira adequada a menos que se leve em conta a interseção de identidades múltiplas.

É relevante considerarmos a interseção neste momento como uma maneira de aprofundar nossa reflexão sobre as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres negras de maneira simultânea. Ainda que reconheça a complexidade desse conceito, que de fato mereceria um capítulo dedicado exclusivamente a ele, acredito que não podemos abordar a trajetória das mulheres negras sem reconhecer a interseccionalidade como um componente fundamental para compreender, ou ao menos tentar compreender, toda a gama de opressões que essas mulheres enfrentam.

Portanto, como já discutido, a relação das mulheres negras com o trabalho foi moldada através de contextos históricos, culturais e socioeconômicos específicos. Para elas, muitas das

vezes, o trabalho desempenha um papel fundamental tanto na composição da renda familiar quanto na sobrevivência econômica individual e comunitária. Ao longo da história, muitas mulheres negras tiveram que trabalhar, de forma concomitante, em empregos remunerados, desempenhando papéis significativos nos cuidados domésticos e, também, na manutenção das famílias alheias e suas próprias.

É crucial destacar que a escravidão representa o ponto de partida das inúmeras opressões enfrentadas pelas mulheres negras hoje no Brasil. Esse sistema brutal e desumano serve como um guia explicativo das razões pelas quais as mulheres negras ainda ocupam a base da pirâmide social brasileira, continuam a receber salários inadequados e enfrentar a carência de afeto e a invisibilidade de sua existência perante a sociedade. É também a explicação de por que, quando não estão sendo reconhecidas como trabalhadoras domésticas, são estigmatizadas como as "cinderelas do asfalto" (GONZALEZ, 2020, p.80).

A maternidade, dentro desse contexto escravocrata, é mais uma peça desse quebra-cabeça de perversidade sistêmica. E, diante de todas as opressões mencionadas, a maternidade é uma das quais considero relevante desenvolver um pouco mais, pois ela operava de modo a garantir a perpetuação do sistema escravocrata, e essa é uma das razões pelas quais afirmar que homens e mulheres vivenciaram a escravidão de maneira semelhante é um equívoco grave e irresponsável.

Para enfocarmos o papel da maternidade na escravidão, devemos, assim, considerar o fato de que homens e mulheres escravizados experienciavam o sistema a partir de lugares distintos, sendo submetidos a diferentes níveis de opressão. [...] - sublinha-se a - centralidade da mulher escrava, enquanto trabalhadora e reprodutora, na constituição do sistema escravista. [...] desde os primórdios da escravidão, os escravistas se preocupavam em estimular a reprodução da mulher escrava, mesmo quando o tráfico atlântico repunha a mão de obra a baixo custo. (MACHADO, 2018, p. 353 a 355)

Mulheres escravizadas desempenharam papéis centrais para a manutenção e reprodução do sistema escravista em sociedades atlânticas, uma vez que a condição de escravidão de uma pessoa esteve atrelada ao status das mães. Dessa forma, a maternidade negra, atravessada pela escravidão, foi elemento constituidor das experiências de mulheres em cativeiro. (CANELAS; SOUSA; TARDIVO, 2022, p. 231)

É fundamental destacar que a experiência da maternidade para as mulheres escravizadas estava intrinsecamente vinculada ao controle exercido sobre elas, tanto durante a gestação quanto em relação aos seus ciclos menstruais. Essas mulheres eram invariavelmente tratadas como propriedades destinadas ao trabalho, o que implicava que, mesmo durante a gravidez, não se livravam das árduas condições laborais a que eram submetidas. Não havia garantia alguma

de que uma mulher grávida seria dispensada de tarefas extenuantes, que receberia uma alimentação adequada ou que estaria isenta de punições (MACHADO, 2018, p. 353-360).

E ainda seguindo a ideia do texto da autora citada acima, a mulher escravizada grávida era, antes de tudo, considerada simultaneamente uma trabalhadora e uma reprodutora. Sua jornada de trabalho não se limitava apenas às atividades nas plantações e outras responsabilidades tradicionalmente atribuídas às mulheres, mas também incluía a responsabilidade pela reprodução da força de trabalho escravizada. Como uma tentativa desesperada de evitar que seus filhos enfrentassem a mesma sina de submissão, lembrando que em muitos casos eram estupradas e/ou forçadas a manter relações conjugais constantes com seus maridos, se casadas, e/ou com seus senhores, essas mulheres recorriam a medidas extremas. Isso incluía a automutilação, o uso de métodos contraceptivos ou até mesmo o infanticídio. A ideia central era impedir que seus filhos fossem submetidos à crueldade da escravidão. Além disso, era uma prática extremamente comum que as mães fossem brutalmente separadas de seus filhos, que eram vendidos ou submetidos a tratamentos igualmente desumanos. Portanto, no contexto escravocrata, a reprodução era mais um dos trabalhos atribuídos às mulheres. Além do fato da factível importância da maternidade para a manutenção e manutenção do sistema escravocrata.

Com base nas ideias apresentadas por Lélia Gonzalez (2020, p.41-43), é possível compreender que após a abolição da escravatura, a tão alardeada "igualdade para todos" mostrou-se, na prática, uma mera ilusão. Nessa nova configuração social, muitas mulheres foram compelidas a assumir o papel de guardiãs em suas comunidades, tornando-se as principais responsáveis pelo sustento e sobrevivência de suas famílias. Além de buscar recursos financeiros, também tinham que garantir a organização do lar e a preparação das refeições antes mesmo de iniciar suas jornadas de trabalho remunerado.

No contexto da alimentação, peço licença para adicionar uma reflexão, pois gostaria de destacar que, apesar da constante opressão que sofriam, as mucamas escravizadas detinham um poder significativo sobre as famílias senhoriais, especialmente no que diz respeito à questão alimentar. Elas tinham a capacidade e a possibilidade real de envenenar toda a família, se assim desejassem. Esse fato me remete de imediato ao texto de Geny Guimarães, intitulado "Até onde Carolina nos leva com seu pensamento? Ao poder!" (2014, p. 46-51). Nesse texto, Guimarães faz uma análise da obra de Carolina Maria de Jesus e sua relação com o conceito de poder. Ela argumenta que a escrita de Carolina representa uma forma de resistência e luta contra a opressão, sendo uma fonte de inspiração não apenas para as mulheres negras, mas também para

todos aqueles que buscam justiça social. A autora destaca a importância da escrita de Carolina como uma ferramenta de transformação sociorracial e como um meio de amplificar as vozes dos marginalizados e oprimidos na sociedade. Além disso, Guimarães explora a relação de Carolina com o poder, enfatizando que ela não se submetia às imposições sociais e que sua escrita era uma forma de reivindicar seu lugar no mundo.

As mucamas, por sua vez, detinham um poder sem igual, principalmente no espaço da cozinha, pois conheciam a fundo os hábitos e dinâmicas da casa, incluindo o que estava em falta. O quarto de despejo, nesse contexto, representava um local de intimidade para essas mulheres, onde podiam arquitetar qualquer coisa contra a família senhorial. É interessante lembrar que os escravizados que trabalhavam na casa grande tinham uma senzala separada, dos demais, a separação previa uma não integração de repertórios de vingança e rebeliões contra a família senhorial. No entanto, a cozinha e o quarto de despejo das mucamas eram seus espaços de manutenção do poder contra essa família. Hoje em dia, essa mesma manutenção de poder é observada nas relações com as trabalhadoras domésticas. Ou seja, os corpos dessas mulheres, sobretudo das mulheres negras, desempenham um papel significativo na manutenção do poder dentro desse contexto relacional doméstico.

O corpo é seu ponto de partida, sendo assim o seu lugar, ou seja, o corpo negro feminino como um lugar. Comparando com Carolina pode ser dito que ela também escreve a partir de seu corpo negro feminino, numa escrita de si sobre suas angústias, medos, pensamentos, maternidade e lugar que ocupa na sociedade. É a mulher negra submersa em diversas opressões escrevendo sobre sua essência e existência. [...] Ao ler e refletir sobre a obra de Carolina, percebemos que este corpo negro feminino está presente. (GUIMARÃES, 2014, 48)

Sobre como esse corpo negro feminino experencia o trabalho, a realidade imposta às mulheres implica em múltiplas jornadas de trabalho e responsabilidades. Em outras palavras, a opressão e a discriminação racial continuam a limitar, até os dias atuais, as oportunidades econômicas e sociais para as mulheres negras. Portanto, elas continuam reféns da dupla ou até tripla jornada de trabalho.

Gonzalez (2020, p. 41-43) chama nossa atenção para a persistência desse cenário que revela que as mudanças foram mínimas. O acesso das mulheres negras ao mercado de trabalho ainda é limitado, pois diversos setores empregatícios continuam excluindo-as com base em critérios racistas e que privilegiam o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022) de "boa aparência" e "boa educação". Esses requisitos, por si só, constituem um código e um padrão racista que exclui mulheres negras de diversas posições de trabalho. Essa situação reforçou ainda mais o trabalho doméstico como uma alternativa para essas mulheres, sobretudo as

mulheres negras das classes populares, mantendo-as em uma posição de submissão e dependência das famílias de classe média branca.

Nesse contexto, é importante ressaltar que as mulheres negras permanecem desempenhando um papel fundamental na emancipação econômica das mulheres brancas. Com relação a esse fragmento de reflexão, existe um trecho de uma série brasileira que fala sobre a diferença experienciada na vida entre mulheres brancas e negras. Essa série se passa nos anos 50, mas muito do diálogo que será transcrito, ainda perdura como uma realidade. A série se chama “Coisa mais linda”³⁹. A cena a qual irei retratar conta com a atuação da atriz Maria Casadevall, que interpreta a personagem Malu (mulher branca) e a atriz Pathy Dejesus, que interpreta Adélia (mulher negra). No terceiro episódio, chamado “Águas de março” o clube delas é inundado por uma forte chuva. Malu se sente frustrada e chorando diz para Adélia que acabou. Adélia sendo mais otimista, diz que com uma vassoura, um balde e um rodo, elas resolvem aquele problema. A partir disso, acontece o seguinte diálogo:

- Adélia: Vamos lá, Malu? Levanta daí, não dá tempo de ficar choramingando, não!
- Malu: Choramingando? Eu acabei de perder tudo. Tudo o que eu tinha!
- Adélia: Isso está longe de ser o fim do mundo, Malu.
- Malu: Para mim é... é o fim do mundo!
- Adélia: Juntas a gente resolve, a gente já fez isso uma vez!

Malu diz que Adélia não precisa fingir que se importa. Adélia diz que se importa e o diálogo continua.

- Malu: Por quê? Se fui eu que abri mão da minha vida inteira pra conseguir fazer essa merda?
- Adélia: Ah, é! Você é a maior vítima!
- Malu: Sou mesmo!

A discussão se infla e o diálogo evolui para o seu ponto alto.

- Malu: Adélia! Adélia, eu estava tão perto, você entende? Eu estava lutando pelo meu direito de trabalhar, eu deixei meu filho na casa da minha mãe! Estou tentando fazer alguma coisa pela minha vida, mas está muito difícil!
- Adélia: Chega, Malu! Para de olhar para o seu próprio umbigo, sua egoísta! Tudo eu! “Eu fiz, eu perdi, eu, eu, eu”. A gente perdeu! “Lutando meu direito de trabalhar?” Eu trabalho desde os 8 anos de idade! A minha vó nasceu numa senzala e é difícil! É bem difícil mesmo! Eu trabalhei seis, sete dias na semana, saída de casa às 4h da manhã, ficava mais de uma hora no ônibus na ida, mais de uma hora no ônibus na volta e chagava em casa, a Conceição (filha de Adélia) estava dormindo! Tudo isso para pôr um prato de comida na mesa! Isso sim, para mim, é relevante! Você sente falta do seu filho? Sente! Quantas vezes de verdade, Malu, você precisou ficar longe

39 COISA MAIS LINDA. Direção: Caíto Ortiz, Hugo Prata e Julia Rezende. Produção de Beto Gauss e Francesco Civita. Brasil: Netflix, 2019. Online.

dele? Eu sinto falta da Conceição todas as horas do meu dia! Seu filho já te pediu alguma coisa que você nunca vai poder dar? A minha, já.

- Malu: Você tem razão, a gente não é igual! Você é muito mais corajosa do que eu, Adélia. Desculpa, mas eu não aguento mais.

- Adélia: Você tem razão, Malu. A gente não é igual. Você sempre teve escolhas, eu não. (COISA MAIS LINDA, 2019)⁴⁰

Apesar de não se tratar de uma cena baseada em fatos, sabemos que há muito desse discurso na realidade de mulheres brancas e negras. Por isso é importante que entendamos que há uma particularidade substancial no feminismo negro. Gonzalez (2020) destaca que o feminismo negro é um movimento que surge a partir da necessidade de se pensar a luta feminista através da perspectiva das mulheres negras, que enfrentam opressões específicas e que muitas vezes são invisibilizadas dentro do próprio movimento feminista. “Por essas e outras é que se entende por que os grupos de mulheres negras se organizaram e se organizam a partir do movimento negro e não do movimento de mulheres” (p. 106). Gonzalez também nos ajuda a compreender que o feminismo negro possui uma diferença específica em relação ao feminismo ocidental, que é “a solidariedade fundada em uma experiência histórica comum” (p. 103-104). A autora também destaca que o feminismo negro não é um fenômeno apenas brasileiro, mas que também existe nos Estados Unidos, onde uma das maiores representantes desse movimento, Alice Walker, propõe a ideia de “womanism” (p. 269), traduzido como mulherismo.

Nesse sentido, as atividades domésticas constituem mais um dos recortes que devem ser analisados, pois frequentemente são designadas às mulheres e as trabalhadoras domésticas negras acabam “substituindo” suas contrapartes brancas. Isso ilustra como o ciclo continua, com as mulheres negras ocupando posições que perpetuam a desigualdade, ao mesmo tempo em que sustentam a emancipação de outras mulheres.

Enquanto trabalhadora superexplorada de hoje, a mulher negra se sente com todo o direito de perguntar: “Afinal, que abolição foi essa que, 94 anos depois de ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação?”. Na verdade, o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa trabalhadora negra. (GONZALEZ, 2020, p. 218)

Essa reflexão me faz pensar que o trabalho para as mulheres negras, inúmeras vezes, foi uma necessidade econômica essencial, com implicações que vão além da dimensão do machismo. E já com relação à perspectiva de trabalho, sobretudo sobre o trabalho doméstico

40 COISA MAIS LINDA. Direção: Caíto Ortiz, Hugo Prata e Julia Rezende. Produção de Beto Gauss e Francesco Civita. Brasil: Netflix, 2019. Online. A cena começa no minuto 36:13 e vai até 39:21. No ano de publicação deste trabalho, a série estava disponível na Netflix.

para mulheres brancas, pode ser diferente. Durante diferentes períodos da história ocidental, a ideia de "trabalho" para as mulheres brancas foi moldada por normas culturais e expectativas sociais. No início do movimento feminista, o acesso das mulheres brancas ao trabalho remunerado foi visto como uma maneira de romper com a limitação de seus papéis tradicionais. O feminismo, de forma ampla, lutou pela valorização e reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, bem como pela socialização dessas atividades, ou seja, pela sua divisão e compartilhamento entre toda a sociedade, e não apenas entre as mulheres. Isso permitiria que as mulheres tivessem mais tempo e oportunidades para se dedicar a outras atividades, como o estudo, o trabalho remunerado e a participação política, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária. (ANDRADE, 2015)

Para as mulheres negras, como já mencionado, essa realidade é indiscutivelmente mais complexa, pois ao longo da história, elas enfrentaram uma experiência profundamente distinta. O sistema de exploração atribuído a elas, derivado de uma história traumática que ecoa até os dias de hoje, projeta uma sombra densa sobre as oportunidades de trabalho para as mulheres negras. O que pesa sobre essas mulheres não se restringe ao machismo, que infelizmente afeta todas as mulheres, mas envolve também um sistema estruturado que perpetua sua posição na base da pirâmide social brasileira.

O feminismo negro vai além da emancipação da dominação masculina. Ele é uma busca por reconhecimento, equidade de oportunidades para concorrer a vagas, acessar à educação, respeito e, fundamentalmente, garantia de sobrevivência pela própria vida. As mulheres negras estão ainda enfrentando uma realidade alarmante, marcada por taxas crescentes de mortalidade e encarceramento sem precedentes. Isso acontece em uma sociedade que, de forma sistêmica, arquiteta um projeto de genocídio contra a população negra. O desaparecimento ou a morte dessas mulheres se torna apenas mais um sintoma perturbador desse problema mais amplo e profundamente enraizado na cultura racista e sexista. Crenshaw no TED intitulado *The urgency of intersectionality*⁴¹ que foi apresentado 2016, faz uma experiência ao vivo sobre a invisibilidade que essas mulheres sofrem, inclusive depois de mortas.

Os dados das pesquisas sobre violência denunciam uma “vertente” específica e velada, o racismo, e apontam com urgência a necessidade de estudos voltados para a população negra, pois, embora esta seja majoritariamente violentada, é invisível socialmente. Em diversos países, as mulheres negras aparecem como maioria das vítimas nos índices de violações de direitos humanos – o Brasil não é diferente. Em nosso país, mulheres negras são 53,6% das vítimas de mortalidade materna (considerada por especialistas uma ocorrência evitável com acesso a informações e

41 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=akOe5-UsQ2o>

atenção do pré-natal ao parto), 65,9% das vítimas de violência obstétrica e 68,8% das mulheres mortas por agressão. (CARRIJO; MARTINS, 2020, p. 2)

A Anistia Internacional (2023, p.79 a 82) nos fornece dados que corroboram com essas estatísticas preocupantes. Recentemente, uma pesquisa realizada abrangendo o período de 2022/23 mostrou uma situação alarmante: Nesse intervalo, trágicas 699 mulheres perderam suas vidas em decorrência do feminicídio. E o dado mais angustiante é que 62% dessas vítimas eram mulheres negras. Além dessas estatísticas sobre feminicídio, a mesma pesquisa revela a vulnerabilidade das mulheres negras em várias esferas da vida social. Em incidentes recentes, como o deslizamento de terra em Petrópolis, RJ, notou-se que as mulheres negras foram as mais afetadas. Esses dados também se estendem a áreas como o direito à alimentação, moradia e casos de homicídios ilegais, onde as pessoas negras continuam sendo as mais impactadas, com números alarmantemente superiores em comparação com pessoas brancas. Essa disparidade numérica aponta para a presença de um projeto velado que parece planejar o genocídio da população negra no Brasil.

É importante ressaltar que, da mesma forma que o trabalho doméstico, a violência contra pessoas negras é uma herança histórica do período escravocrata. Diante das estatísticas apresentadas, podemos perceber “o lugar da violência física, na herança de gerações de pessoas negras e brancas brasileiras” (BENTO, 2022, p. 80).

Na obra de Angela Davis (2016, p.17), é elucidado que as mulheres negras sempre tiveram maior envolvimento no trabalho fora de casa se comparado com suas irmãs brancas. Esse fenômeno tem suas raízes nos primeiros anos da escravidão, quando essas mulheres tinham todos os outros aspectos de suas vidas ofuscados pelo trabalho compulsório. O ponto de partida para a exploração da vida das mulheres negras naquela época, portanto, seria a avaliação de seu papel como trabalhadoras.

bell hooks (2019, p. 147), por sua vez, complementa essa visão, ressaltando que para algumas mulheres brancas, a perspectiva do trabalho fora de casa simbolizava um caminho para a independência. No entanto, essa perspectiva era frequentemente limitada pela falta de consciência sobre as realidades de empregos que, embora as libertassem da dependência masculina, não garantiam autonomia econômica. Essa análise revela que as diferenças entre mulheres brancas e negras no âmbito do trabalho não podem ser entendidas de forma isolada. Elas emergem de um conjunto complexo de fatores históricos e sociais, que abarcam raça, gênero e classe. Ao traçar essas interconexões, somos guiados a reconhecer a necessidade de uma abordagem integral para enfrentar as disparidades laborais.

[...] a gente constata que, em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca, que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. Vimos que 87% das trabalhadoras negras exercem ocupações manuais, justamente nos setores ou subsetores de menor prestígio e pior remuneração; e quase 60% dessas trabalhadoras não têm carteira assinada. Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tripla discriminação (social, racial e sexual). (GONZALEZ, 2020, p. 217)

E já com relação ao que Gonzalez (2020)⁴² fala sobre os 60% das trabalhadoras que não possuem carteira assinada, um ponto de inflexão ocorreu em 2013 com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas ou Lei Complementar nº 150/2015 (BRASIL, 2012⁴³; 2013⁴⁴; 2015⁴⁵). Essa Emenda trouxe avanços significativos na busca pela igualdade no mercado de trabalho. A PEC estendeu direitos trabalhistas básicos aos trabalhadores domésticos, incluindo jornada de trabalho definida, pagamento de horas extras, férias remuneradas e acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Essa legislação foi um marco na luta pela valorização e reconhecimento dos trabalhadores domésticos, muitos dos quais eram, e ainda são, mulheres negras. A promulgação da PEC das domésticas foi uma resposta a uma série de fatores sociais, econômicos e legais que moldaram o cenário do trabalho doméstico no Brasil. O surgimento dessa emenda foi impulsionado por uma combinação de transformações na sociedade, pressões de movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores.

Movimentos sociais e organizações voltadas para a proteção dos trabalhadores contribuíram com uma pressão significativa, destacando a necessidade de ampliar os direitos e garantias dos empregados domésticos. O Brasil, como signatário de tratados internacionais que defendem a igualdade de direitos e proteção dos trabalhadores, sentiu necessidade de alinhar suas leis trabalhistas às normas globais. À medida que a discussão sobre a situação dos empregados domésticos ganhava visibilidade por meio de debates em diversas mídias e fóruns de discussão, o tema tornou-se uma pauta relevante na esfera política.

Uma personalidade fundamental, senão precursora, desse movimento de ruptura que culminou na luta das domésticas por seus direitos foi Laudelina de Campos Melo. Em um

42 Cabe ressaltar que a autora escreveu esse texto originalmente no ano de 1984, no entanto, a referência utilizada foi da sua coletânea do ano de 2020.

43 Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109761>

44 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm

45 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1-junho-2015-780907-publicacaooriginal-147120-pl.html>

episódio do Podcast Projeto Querino⁴⁶ (2022), foi possível obter um relato dessa mulher que foi um ícone na luta pela garantia de direito das mulheres que tinham como ocupação o trabalho doméstico. Na transcrição livre abaixo consta um pouco da história dela.

Meu nome de nascimento, Laudelina de Campos Melo. Data de nascimento, 12 de outubro de 1904. [...] As empregadas domésticas tinham sido destituídas das leis trabalhistas, né? Porque eles achavam, e até hoje eles acham, que a empregada doméstica não contribui para a nação e que a empregada doméstica não traz, dentro do bojo da nação, economia. Ela não traz economia para própria nação, mas traz para o patrão dela, que ela quem dá a cobertura para a riqueza do patrão. Ela que cria os filhos do patrão, ela que cuida da casa, ela que fica tomando conta dos filhos, toma conta do patrimônio do patrão e sem direito a nada, né? Que a maioria daquelas antigas, que trabalhou 20, 30 anos, morreram na rua pedindo esmola. Várias delas a gente teve, cuidou delas e tratou dela e cuidou até a morte, que elas não tinham condição, não tinha família, não tinha ninguém por elas. Ainda um, um resíduo de escravidão, né? Que é tudo descendente de escravo, né? [...] Empregada doméstica, no dia ela faz vários trabalhos, né? Ela vai tratar um serviço numa casa, ela faz o trabalho de lavadeira, de arrumadeira, de cozinheira, de passadeira e tudo, né? Eh... ainda não tem uma profissão, ela não tá considerada ainda como profissional, mas ela é uma profissional. Então, ela é profissional dentro da cozinha, ela é profissional lavando roupa, ela é profissional fazendo doce, ela é profissional arrumando uma casa, ela é profissional tomando conta dos filhos, tomando conta dos filhos ela é uma babá, tomando conta da casa, guardando o patrimônio do patrão, ela é uma dona de casa. [...] Eles só consideram profissional aqueles que tem um diploma na mão. Aqueles que trabalham numa indústria, aqueles que tem um nome ligado a profissão, mas a empregada doméstica não é considerada. Tá, ela vai lá, segunda categoria, porque foi escrava de vocês! Não tinha profissão para vocês, mas ela nasceu já dentro da profissão. Eu, por exemplo, com sete anos, eu já cozinava, já tomava conta de uma cozinha.

A Emenda Constitucional das Domésticas surgiu como uma resposta a esse cenário multifacetado e cruel do qual trata Laudelina de Campos Melo. Essa Emenda visava estabelecer uma maior igualdade de direitos para os trabalhadores domésticos, reconhecendo sua importância na sociedade e buscando assegurar condições de trabalho mais justas e protegidas. Por meio da promulgação dessa emenda, o Brasil deu um passo significativo em direção a uma regulamentação mais justa e abrangente do trabalho doméstico, alinhando-se com as tendências globais de proteção aos direitos trabalhistas.

No entanto, apesar desses avanços, as profundas desigualdades enraizadas na história do país continuam a moldar a realidade tanto do trabalho doméstico quanto do mercado de trabalho em geral para as pessoas negras, sobretudo para as mulheres negras. O histórico de discriminação racial e de gênero tem muita influência sobre a representação das mulheres negras nesse setor, impactando diretamente nas oportunidades de emprego e progressão de cargos e salários.

46 Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/>

A crise desencadeada pela pandemia da COVID-19 agravou consideravelmente as profundas desigualdades de raça, gênero e classe já existentes em nosso país, e essas desigualdades tiveram um impacto direto no setor do trabalho doméstico. Esse impacto pode ser atribuído tanto às características intrínsecas a essa ocupação quanto à forma como o vírus afetou as dinâmicas de cuidado e as tarefas domésticas em nossa sociedade. Com a necessidade de adotar medidas de distanciamento social para conter a propagação do vírus, que incluíram o fechamento de escolas e serviços relacionados à alimentação e cuidados pessoais, uma sobrecarga significativa de responsabilidades recaiu sobre as trabalhadoras domésticas. Além das tarefas cotidianas que já eram de sua responsabilidade, essas mulheres passaram a assumir tarefas adicionais, como a higienização rigorosa dos produtos adquiridos para o lar, bem como uma limpeza minuciosa para garantir a segurança contra a contaminação pelo vírus, pelo menos para a família contratante do serviço. (DIEESE, 2020, p. 21 e 22)

Um ponto de reflexão interessante é que, além dessa sobrecarga, as trabalhadoras domésticas viram seu espaço de circulação em casa tornar-se ainda mais restrito. Como boa parte das famílias contratantes não previam remuneração sem o exercício do trabalho, essas trabalhadoras mantiveram-se presentes para garantirem seus empregos. Essa situação as expôs ainda mais ao risco de contaminação. Portanto, torna-se imperativo compreender como as desigualdades de gênero, raça e socioeconômicas foram exacerbadas durante a pandemia e reconhecer o papel fundamental desempenhado pelas trabalhadoras domésticas, que enfrentaram desafios extraordinários para manter o funcionamento das casas e o bem-estar das famílias em meio a esse contexto, além de seu emprego.

O trabalho doméstico remunerado constitui-se na ocupação que, historicamente, mais tem empregado mulheres no Brasil. Em 2019, ano imediatamente anterior à crise da Covid, 5,7 milhões de mulheres eram trabalhadoras domésticas, o que representava pouco mais de 14% da força de trabalho feminina do país. Dadas as suas origens, esta é uma ocupação não apenas feminina, mas também de mulheres negras, pobres e de baixa escolaridade. (AFIPEA, 2020)

A pandemia serviu, também, para nos mostrar a maldosa manobra do não manutenção dos direitos dessas trabalhadoras. A questão diarista X mensalista é apontado como um sério problema de legalização e acesso a direitos de mulheres que ocupam esse cargo de trabalho. Muitas famílias, entendendo os gastos relacionados ao reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas, adota como estratégia a contratação de diaristas ao invés de mensalistas. Algumas famílias, inclusive, veem como saída a contratação de três profissionais diferentes para dar conta de toda as exigências da família, porém, nenhuma mensalista.

Um ponto de alerta a se considerar para a questão da proteção social do trabalho doméstico diz respeito ao crescimento muito acelerado da categoria das diaristas –

como microempreendedora individual (MEI) ou não. Isso porque segundo a legislação vigente (LC 150/2015), as diaristas não têm direito a vínculo trabalhista e devem arcar de forma individual – sem contribuição de empregadores – com os custos de contribuição à previdência social, ficando, ainda assim, sem acesso a qualquer direito trabalhista. As diaristas já respondem por quase metade das trabalhadoras domésticas, o que significa pensar que, ainda que consigamos formalizar via carteira de trabalho todas aquelas trabalhadoras que possuem esse direito, outra metade da categoria seguirá desprotegida.

Vale destacar que o trabalho no modelo de diária representa também uma intensificação do trabalho cotidiano, pois equivale a concentrar em um único dia o trabalho que uma mensalista distribuiria ao longo de sua semana, intensificando também os riscos em relação à saúde física e mental da categoria. Importante ter em mente que nos últimos anos, tem crescido a presença das diaristas como MEIs (atualmente já são 257,4 mil mulheres, um crescimento de 60% comparado a agosto de 2020) e, mais recentemente, expande-se a oferta deste trabalho por meio dos aplicativos e das plataformas digitais. Estamos, portanto, diante de um processo de contínua precarização do trabalho doméstico, de um acesso cada vez mais difícil à proteção social e de desafios para que a renda auferida não seja diluída ainda mais com os custos de acesso aos serviços digitais. (AFIPEA, 2020)

No contexto da COVID-19, a transição da contratação de trabalhadoras domésticas do modelo mensalista, que garante direitos a essa categoria, para o modelo de diarista se tornou ainda mais alarmante. E para compreender esses números, além das inúmeras problemáticas que atingiram essa categoria de trabalho, recorreremos aos dados coletados e interpretados pelo DIEESE (2023), que oferece um panorama completo do impacto da pandemia para o trabalho doméstico. Os intervalos escolhidos para essa análise são os seguintes: 2019, 2021 e 2022. A escolha dos intervalos justifica-se pela busca de números que abranjam um período anterior ao impacto da COVID-19, final de 2019 - considerando que a pandemia se iniciou oficialmente em 2019, no entanto “A Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia de COVID-19 no dia 11 de março de 2020. Seis dias depois, a primeira vítima fatal no Rio de Janeiro foi uma senhora de 63 anos, empregada doméstica Cleonice Gonçalves, cuja patroa estava com a COVID”⁴⁷; um momento em que o impacto da pandemia era evidente, final de 2020; e uma comparação que reflita impactos desencadeados à crise pela COVID-19, final de 2022.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/na-pandemia-por-que-servico-domestico-e-classificado-como-essencial/>

CAPÍTULO III - VARIÁVEIS SOCIAIS X COMPARATIVOS EM TRÊS ANOS (2019, 2021 E 2022)

1.3 O trabalho doméstico e a COVID-19 em foco

A trajetória do trabalho doméstico no Brasil está fortemente marcada pela história da escravização. E esse desenho histórico escravocrata é fundamental para compreendermos as relações sociais que moldam nossa sociedade com relação à forma como enxergamos e lidamos com o trabalho doméstico hoje em nosso país. Ao analisar essa temática, principalmente com base em dados estatísticos, é possível entender como as estruturas de hierarquia e os valores culturais são forjados e perpetuados em nosso tecido social.

No setor de Serviços Domésticos [...] as mulheres ocupam 92,2% da mão de obra e em que o rendimento médio é o menor do Brasil, 94,7% da mão de obra recebe até 3 SM. Esta faixa de renda, por sua vez, é composta de 62,3% de mulheres negras. No setor de Alojamento e alimentação estavam ocupadas, em 2019, aproximadamente 5,4 milhões de pessoas, sendo que 3,0 milhões, ou 55,8%, como visto, eram mulheres (OLIVERA; VIEIRA; BAETA, TD 018 – 2021, p22).

A análise dos microdados da PNADC/IBGE evidencia que setores feminizados, que frequentemente englobam atividades relacionadas à reprodução da vida, apresentam uma maior concentração de mulheres negras. Além disso, esses setores tendem a oferecer condições de trabalho menos favoráveis, como informalidade, desvalorização social, baixa qualificação, entre outros desafios. Essa mesma dinâmica se estende aos empregos que ocupam a base da pirâmide salarial, revelando uma interseção complexa de gênero e raça que impacta significativamente as condições de trabalho e remuneração das mulheres negras.

Ao observar a situação na ocupação das mulheres por cor ou raça, é possível identificar que as mulheres negras se inseriam majoritariamente nos mesmos setores, ou seja, Serviços domésticos, Educação, saúde humana e serviços sociais, Alojamento e alimentação e outros serviços, ainda que não na mesma proporção (OLIVERA; VIEIRA; BAETA, TD 018 – 2021).

O Brasil se destaca como um dos países com o maior contingente de trabalhadores no setor de serviços domésticos em todo o mundo. No entanto, é alarmante constatar que este setor apresenta os menores rendimentos mensais e a maior proporção de trabalhadores informais (PNADC, 2019). Conforme dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), em 2019, cerca de 14,2% das mulheres que estavam ativas no mercado de trabalho brasileiro, totalizando aproximadamente 5,8 milhões de mulheres, desempenhavam ocupações relacionadas ao serviço doméstico. Notadamente, no caso das mulheres negras, essa

porcentagem se elevava para 17,9%, o que representa um contingente de 3,8 milhões de mulheres nessa ocupação (OLIVERA; VIEIRA; BAETA, TD 018 – 2021).

Com a pandemia de COVID-19, esses números ficaram ainda mais alarmantes, por sua vez, o que nos levou a considerar as interseções de maneira mais ampla. Neste capítulo, minha proposta é desenvolver de forma metodológica as comparações com base em variáveis sociais, incluindo gênero, raça, idade e remuneração, ou seja, uma análise quantitativa e qualitativa. Focarei nos anos de 2019, pouco antes dos impactos significativos da pandemia nas estatísticas de trabalho; 2021, um período em que a pandemia ainda estava vigente e que os impactos já eram alarmantes; e 2022⁴⁸, quando já era possível observar resquícios do que a pandemia causou no cenário do mercado de trabalho brasileiro. Para maior clareza, este capítulo seguirá uma análise dos três anos no qual será segmentada por variáveis sociais, em oposição à abordagem convencional. Para isso, a principal base desses dados, porém não a única, será extraída do DIEESE (2023) no qual contém dados do 4º trimestre de cada um dos três anos elencados para a análise comparativa.

Para o início desse comparativo é importante que saibamos, de antemão, a definição de termos usados para a amostragem, em número e/ou porcentagem, aplicadas nos gráficos/tabelas/figuras. As definições dos termos “população ocupada” e “trabalhador doméstico” são as seguintes, respectivamente:

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2021, p. 37)

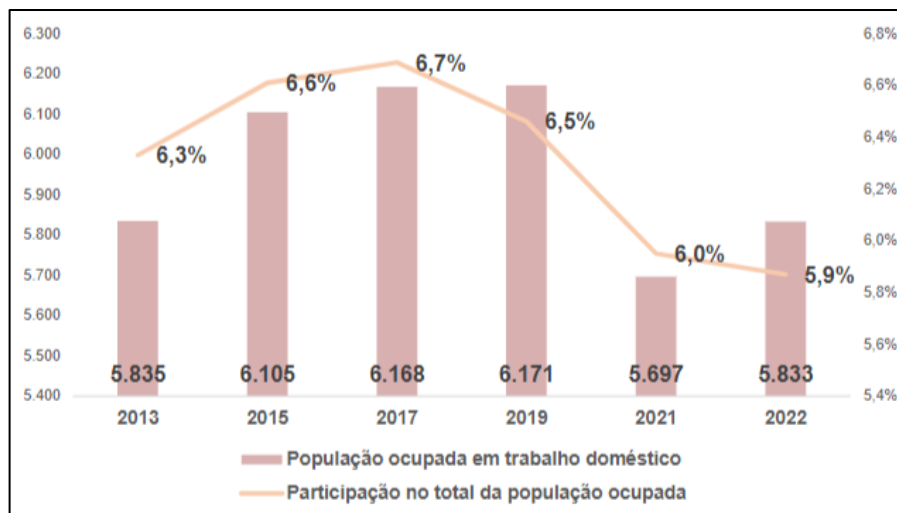
Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares (IBGE, 2021, p. 41).

Para além dos termos supracitados, alguns outros termos fundamentais para essa análise, como raça, gênero, idade, serão mencionados. Porém, entendo que já superamos a definição de tais termos, não havendo, portanto, a necessidade de repeti-los.

48 Vale ressaltar que o ano de 2020 não consta aqui, pois a base de dados escolhida para a análise que consta nesta pesquisa, não continha o ano de 2020.

1.3.1 Recorte I: Pessoas ocupadas e trabalho doméstico

Imagem 2: Número (em milhares) e percentual de pessoas ocupadas no trabalho doméstico - Brasil, 2013 a 2020 (no 4º trimestre de cada ano).



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: DIEESE (2023).

A Imagem 1 faz referência à porcentagem e o número de pessoas (em milhares) ocupadas com o trabalho doméstico no Brasil nos anos de 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2022. Para essa análise, com suas respectivas motivações já mencionadas, focaremos nos anos de 2019, 2021 e 2022. Portanto, em 2019, o número total de pessoas ocupadas no Brasil era de mais de 94,9 milhões de pessoas. Dessas, 6,5%, ou seja, 6.171.000 milhões de pessoas eram trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Em 2021, o número total de pessoas ocupadas no Brasil também era algo em torno dos 94,9 milhões de pessoas. Dessas, 6%, ou seja, 5.697.000 milhões de pessoas eram trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Em 2022, o número de ocupados do Brasil era de mais de 98,8 milhões de pessoas. Dessas, 5,9%, ou seja, 5.833.000 milhões de pessoas foram computadas como executando a ocupação de trabalhadora e trabalhadores domésticos.

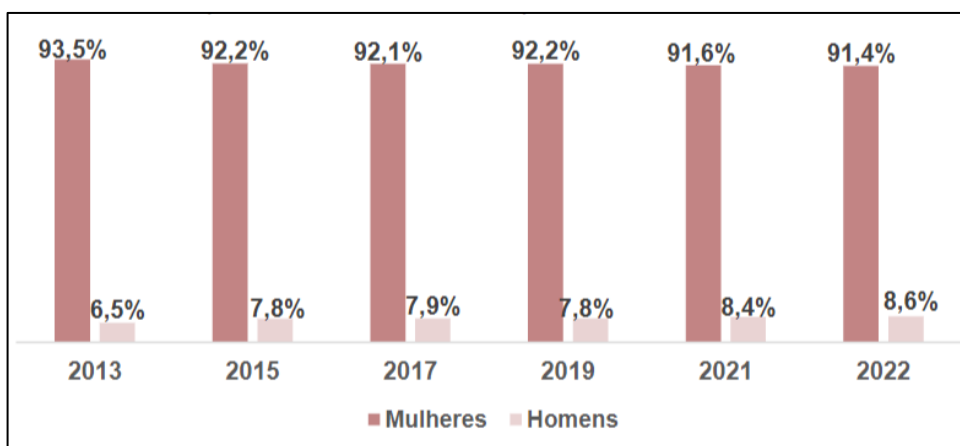
Em função dos dados apresentados, contata-se que de 2019 para 2021 tivemos um número muito próximos de pessoas ocupadas, e uma queda alarmante de quase meio milhão de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, ou seja, para essa primeira comparação já foi possível notar que apesar de um aumento de 1,2% de pessoas ocupadas, houve uma queda de 7,68% no número de trabalhadas e trabalhadores domésticos de 2019 para 2021, sendo a pandemia um dos grandes influenciadores, se não o maior, dessa queda alarmante.

Já de 2021 para 2022, verifiquei um comportamento um tanto diferente. O número de ocupados deu um salto, cresceu em mais de 3,9 milhões de pessoas, no entanto, o número de ocupados com o trabalho doméstico também aumentou, porém em torno de 140 mil pessoas, ou seja, 2,74% das pessoas voltaram ou começaram a exercer essa ocupação. A pandemia afetou diversos setores da economia, incluindo o trabalho doméstico, que teve uma redução significativa no número de pessoas ocupadas. Além disso, a crise econômica gerada pela pandemia também pode ter contribuído para a redução da ocupação na atividade (DIEESE, 2023, p. 3 e 4).

O que concluímos dessa análise é que apesar dos quase meio milhões de pessoas terem perdido seus empregos durante a pandemia, vemos um movimento, ainda que lento, da retomada dessa ocupação. No total, 4,94%, ou seja, em torno de 304 mil pessoas que antes tinham como ocupação o trabalho doméstico, no ano de 2022 permaneceram desempregadas no setor do trabalho doméstico ou foram realocadas em outros setores trabalhistas. O fato é que quase meio milhão de pessoas foram severamente afetadas por conta da pandemia.

1.3.2 Recorte II: Gênero

Imagem 3: Distribuição das pessoas ocupadas no trabalho doméstico, por sexo. Brasil, 2013 a 2020 (no 4º trimestre de cada ano).



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Elaboração: DIEESE (2023).

Como pôde-se perceber, o gênero é um aspecto fundamental na análise desta pesquisa. É amplamente reconhecido que o trabalho doméstico não remunerado seja predominantemente realizado por mulheres. Essa atividade, embora muitas vezes considerada 'natural' (apesar de não o ser), é frequentemente associada às mulheres. Quando não se pode fazê-lo e quando se tem os recursos financeiros disponíveis para tal, muitas vezes é contratada uma outra mulher para realizar esse trabalho.

Ainda que a comercialização do trabalho reprodutivo – principalmente feminino – siga se concretizando na economia global, durante a pandemia e com as estratégias de isolamento social, esse trabalho (antes privatizado e terceirizado) tende a continuar sendo realizado pelas mulheres. (OLIVEIRA, 2020, p. 162)

Ainda que durante uma crise sanitária, como da COVID-19, fosse esperado que as famílias tivessem empatia por essas mulheres que executavam essa atividade dentro de suas casas, a realidade não foi bem desse jeito. A dependência (a questão de um “conforto” que não podia ser interrompido) que uma pessoa teria por essa atividade, não deveria parar. Inclusive, a atividade doméstica foi considerada como essencial.

Ainda entre as atividades consideradas essenciais pelo governo e de competência da administração federal trazidas pelo novo decreto, estão as ligadas ao processamento do benefício do seguro-desemprego e aquelas relacionadas ao comércio de bens e serviços destinados a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga e de pessoas, em rodovias e estradas. Estão nesse rol atividades ligadas a alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, manutenção e assistência técnica automotiva e de conveniência.

Outros dispositivos consideram essenciais as atividades ligadas a geração, transporte e distribuição de gás natural e aquelas relacionadas a produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais. (Agência Senado, 2020)

Em um período em que atividades não essenciais foram interrompidas para conter a propagação do vírus, o trabalho doméstico permaneceu classificado como essencial, mesmo durante uma crise sanitária. As trabalhadoras domésticas enfrentaram uma escolha difícil: continuar o trabalho e arriscar sua saúde ou interrompê-lo e correr o risco de perder o emprego. As únicas que não foram prejudicadas, e ao mesmo tempo protegidas, foram as mulheres cujos empregadores permitiram que ficassem em casa com remuneração integral.

Essa situação revelou como a sociedade brasileira ainda carrega vestígios de uma herança escravocrata. Muitos empregadores, principalmente aqueles com alto poder aquisitivo, raramente executam ou mesmo consideram a realização, eles mesmos, das tarefas domésticas, dependendo completamente da mão de obra terceirizada para essas atividades. É uma realidade que demonstra a persistência de desigualdades profundas em nossa sociedade.

Não há dúvidas, e esse ponto merece destaque, de que se trata de um trabalho essencial. Cuidar da casa, da limpeza e da higiene, assim como da comida e das crianças faz parte do trabalho necessário para a reprodução social, mas o que dizer sobre a essencialidade da “terceirização” desses serviços?

Carimbar tais atividades como “serviço essencial”, significa expor um grupo de trabalhadoras ao risco majorado de infecção. Não só por causa do trabalho em si (como no exemplo anterior), mas também diante da exposição durante o trajeto no transporte público. Evidencia uma faceta da exploração exacerbada, típica do capitalismo sem freio e marcado pelo sexismo e racismo, em que a figura da trabalhadora doméstica é desumanizada e suas necessidades, angústias e apreensões são irrelevantes (CARTA CAPITAL, 2020)

Portanto, as mulheres foram as mais impactadas dentro desse grupo de trabalhadores domésticos. A Imagem 2 nos oferece uma visão mais aprofundada desses dados. Considerando os números sobre o trabalho que orientam as estatísticas aqui apresentadas, em 2019, havia cerca de 5,7 milhões de mulheres cuja ocupação principal era o trabalho doméstico no Brasil. No mesmo período, os homens representavam apenas 7,8% do total de pessoas ocupadas nesse setor, equivalendo a um pouco menos de 490 mil pessoas. Em 2021, o número de mulheres ocupadas em atividades domésticas diminuiu para cerca de 5,2 milhões, enquanto o número de homens foi em torno das 470 mil pessoas. Em 2022, esse número subiu para cerca de 5,3 milhões de mulheres e um pouco mais de 500 mil pessoas do sexo masculino no mesmo setor.

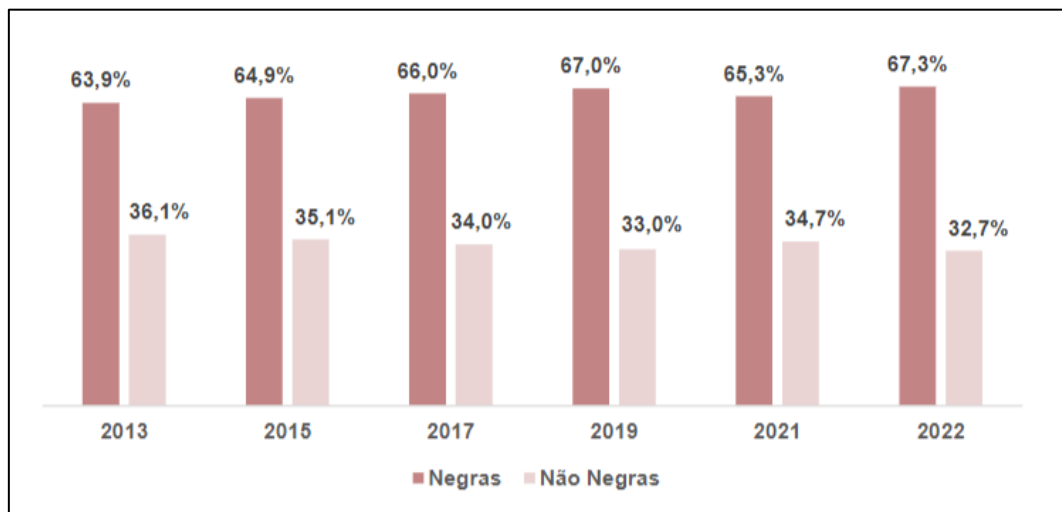
Em resumo, de 2019 para 2021, testemunhamos uma drástica queda de mais de 470 mil mulheres ocupadas nessa função, enquanto a diminuição entre os homens foi significativamente menor, totalizando apenas 2.700 pessoas. Esse cenário exemplifica mais uma camada de desigualdade social que afeta predominantemente as mulheres. Dado que se espera que as mulheres liderem nesse tipo de atividade, estas acabam por ser as mais prejudicadas. Isso tem implicações profundas, como o desemprego, que pode alterar drasticamente a dinâmica de muitas famílias que dependem principalmente da renda dessas mulheres para a sua sobrevivência, fato que explica, em parte, a feminização da pobreza.

Para além dos dados referentes à força de trabalho remunerado, é fundamental destacar que essa realidade também se estende ao trabalho doméstico não remunerado. De acordo com o PNAD Contínua de 2023, a média de tempo semanal dedicado a afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas por indivíduos com 14 anos ou mais foi de 16,8 horas. Esse período se dividiu de forma notavelmente desigual, com as mulheres dedicando, em média, 21,4 horas semanais a essas tarefas, enquanto os homens dedicaram apenas 11,0 horas.

Além disso, é de extrema importância ressaltar que essa dinâmica social afeta de maneira desproporcional as mulheres negras. Portanto, a raça emerge como um fator crucial a ser considerado na análise desse segmento de trabalho, como discutiremos a seguir.

1.3.3 Recorte III: Raça

Imagem 4: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por raça/cor. Brasil, 2013 a 2020 (no 4º trimestre de cada ano).



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Elaboração: DIEESE (2023).

Obs.: Negras(os) = Pretas(os) + Pardas(os); Não-Negras(os) = Brancas(os) + Amarelas(os) + Indígenas.

Chegamos agora a uma parte da análise social que é fundamental senão a mais importante para esta pesquisa. A questão racial emerge como um componente crítico que direciona a nossa análise e representa o ponto de convergência de todos os elementos discutidos até agora. O trabalho doméstico tem raízes profundas na história da escravidão, onde as mucamas escravizadas desempenhavam um papel central executando tarefas compulsórias. Isso lança uma crítica contundente à sociedade que, ao longo da história, manteve as mulheres negras em posições subalternas, e o trabalho doméstico continua a ser um desses espaços de subalternidade. Portanto, para entender a discrepância racial atrelada a esse tipo de ocupação, vamos analisar a imagem gráfica acima.

Na Imagem 3, podemos observar os números referentes às ocupações de mulheres negras e não negras no trabalho doméstico nos anos de 2019, 2021 e 2022. Em 2019, aproximadamente 3,8 milhões de mulheres negras estavam envolvidas nesse tipo de trabalho, em comparação com cerca de 1,88 milhões de mulheres não negras. Isso indica que, nesse ano, quase 2 milhões a mais de mulheres negras executaram essas tarefas em comparação com suas contrapartes não negras. Em 2021, o número de mulheres negras nessa ocupação foi de cerca de 3,4 milhões, enquanto para as mulheres não negras foi de 1,81 milhões. Novamente, houve

uma diferença significativa de aproximadamente 1,5 milhão de mulheres negras a mais envolvidas nesse trabalho em comparação com as mulheres não negras. Em 2022, os números indicam que aproximadamente 3,58 milhões de mulheres negras estavam nesta ocupação, enquanto 1,74 milhões de mulheres não negras estavam envolvidas. Ao cruzar esses dados de raça com os dados de gênero apresentados anteriormente, podemos extrair métricas que se revelam essenciais para entendermos por que as mulheres negras ainda mantêm uma posição desproporcional na base da sociedade brasileira.

Tabela 1: Comparativo de Dados das Trabalhadoras Domésticas por Raça nos Anos de 2019, 2021 e 2022.

	2019	2021	Diferença	2021	2022	Diferença
<i>Total mulheres</i>	5.689.662	5.218.452	- 471.210	5.218.452	5.331.362	+ 112.910
<i>Total de mulheres negras</i>	3.812.073	3.407.649	- 404.424	3.407.649	3.588.006	+ 180.357
<i>Total de mulheres não negras</i>	1.877.588	1.810.803	- 66.785	1.810.803	1.743.355	- 67.448

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Elaboração: Stefania Tieppo

A partir da Tabela 1, podemos identificar uma disparidade significativa entre o número de mulheres negras e não negras que deixaram de ocupar essa posição durante o período analisado. Notavelmente, o aumento no desemprego ou desocupação entre as mulheres negras em 2021, em comparação com 2019, foi cerca de 85,8% maior do que entre as mulheres não negras. Esse dado ressalta que, mesmo em um cenário pandêmico, onde as mulheres negras são majoritárias nas ocupações domésticas, elas continuam sendo as mais afetadas.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. (GONZALEZ, 2020, p. 42)

Outro ponto relevante é a análise da coluna 'Diferença' na tabela, especialmente no contexto das 'Mulheres não negras'. Ao somar o número de mulheres não negras afetadas entre 2019 e 2022, encontramos um total de aproximadamente 135 mil mulheres. Curiosamente, esse valor representa quase a metade do número de mulheres negras afetadas durante o mesmo período.

No contexto da análise racial, é importante ressaltar a estratégia empregada na Imagem 3, que agrupa a categoria de pretos e pardos em um único conjunto de dados, pois a estratégia política por trás da separação entre pretos e pardos pode, de alguma maneira, sugerir que a população branca seja a maioria a se dedicar ao trabalho doméstico. No entanto, sabemos que isso não reflete a realidade. Para termos uma visão mais precisa, é crucial considerar que “De acordo com a convenção do IBGE, portanto, negro é quem se autodeclara preto ou pardo. Embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil” (OLIVEIRA, 2004, p.58).

1.3.4 Recorte IV: Idade

Tabela 2: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por faixa etária. Brasil, 2013 a 2022 (4 o trimestre de cada ano) – em %.

Faixa etária	2019	2021	2022	Variação % 2019-2022
<i>14 a 17 anos</i>	1,2	1,3	1,3	8%
<i>18 a 24 anos</i>	7,0	7,3	6,9	-1%
<i>25 a 29 anos</i>	6,4	7,0	6,7	5%
<i>30 a 44 anos</i>	39,4	36,5	35,9	-9%
<i>45 a 59 anos</i>	37,9	39,3	40,2	6%
<i>60 anos ou mais</i>	8,0	8,5	9,0	13%

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Elaboração: Stefania Tieppo

Uma outra interseção crucial a ser considerada nessa análise é a idade. Essa variável ganha uma importância significativa quando estamos sobre a ótica de uma crise sanitária que coloca a vida das pessoas em risco, especialmente para grupos mais vulneráveis, como os idosos. No contexto das trabalhadoras domésticas, essa situação não se mostra diferente.

A Tabela 2 apresenta a distribuição percentual das mulheres ocupadas no trabalho doméstico por faixa etária. Inicialmente, é notável que a maioria das mulheres que desempenha essa ocupação se encontra na faixa etária entre 30 e 59 anos. No ano de 2019, a maior concentração de mulheres nesse setor de trabalho estava na faixa etária entre 30 e 44 anos, representando aproximadamente 2,2 milhões de mulheres. Em seguida, na faixa de 45 a 59 anos, observamos uma ligeira queda para cerca de 2,1 milhões de mulheres. A terceira faixa

etária significativa compreende mulheres com 60 anos ou mais, totalizando cerca de 455 mil pessoas.

Em 2021, é possível notar um envelhecimento da categoria de trabalhadoras domésticas, se comparado com 2019. Essas mulheres ainda se concentram nas três últimas faixas etárias expostas na Tabela 2, ou seja, houve um aumento de 3,7% de mulheres que possuem idades entre 45 e 59 anos. Com relação às mulheres que possuem 60 anos ou mais, esse quantitativo, se comparado 2019 com 2021, sobe em 6,25%.

Além disso, em 2022, a segunda faixa etária, de 45 a 49 anos, registrou um aumento de 2,29%, se comparado com 2021. A faixa etária mais avançada, de 60 anos ou mais, também foi possível analisar um aumento, indo de 8,5% para 9% de mulheres ocupando essa posição.

Portanto, percebe-se nitidamente o envelhecimento das mulheres que se ocupam com o trabalho doméstico. Cerqueira (2013, p. 29), afirma que o envelhecimento populacional é um processo irreversível e projeta que, em 2030, um total de 1 bilhão de idosos estarão presentes no mundo, ou seja, em cada 8 habitantes do mundo, um terá 65 anos ou mais e, além disso, “as mulheres idosas são maioria em todas as sociedades envelhecidas” (FARIA, 2017, p. 235).

Os idosos foram identificados como o grupo de risco de maior vulnerabilidade para a contaminação e o agravamento dos sintomas da Covid-19. Isso porque o envelhecimento diminui a capacidade de reação do sistema imunológico, além do acometimento por doenças crônicas, mais comuns com o avançar da idade. (FIOCRUZ, 2021).

Ou seja, a idade avançada de muitas trabalhadoras domésticas as coloca em um risco ainda maior, especialmente devido às complicações de saúde associadas à idade e a COVID-19. O trabalho doméstico, mesmo que seja historicamente uma herança do período escravocrata, tem passado por transformações. Novas oportunidades de emprego e o acesso ampliado à educação, principalmente por meio de ações afirmativas, permitiram que muitas mulheres, especialmente as negras (como observado anteriormente que são a maioria nesse setor), tivessem a possibilidade de buscarem carreiras fora do âmbito doméstico, profissão que historicamente é reservado para elas. Portanto, há, mesmo que de forma gradual, um envelhecimento da categoria, como visto no Tabela 2, e isso pode estar gerando certo desespero nas famílias de classe média e/ou alta que dependem desse tipo de serviço dentro de suas casas, pois nota-se que a categoria não está sendo renovada.

1.3.5 Recorte V: Carteira assinada, diarista e mensalista

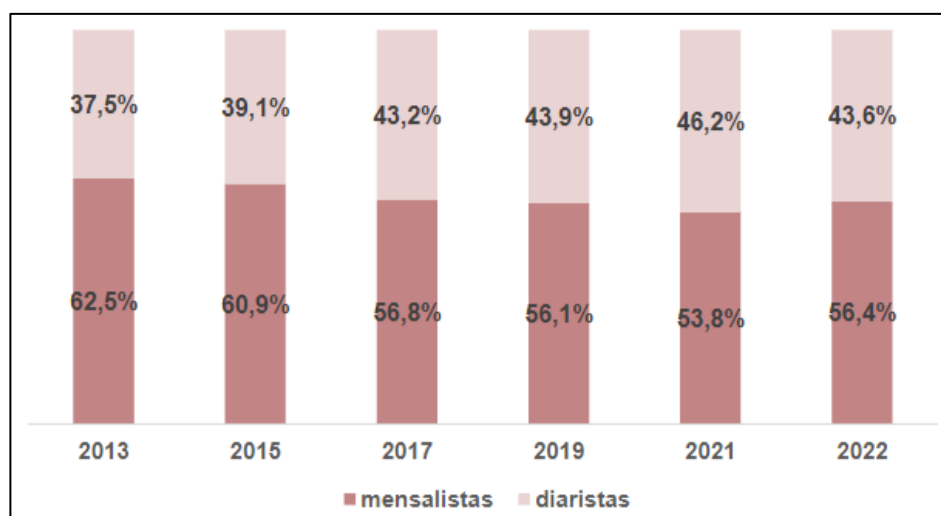
A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que regulamentou as relações trabalhistas no Brasil, é de 1943. O trabalho doméstico ficou de fora. E foi assim por mais 70 anos. Só em 2013, com a aprovação da PEC das domésticas que sofreu muitos ataques das patroas, dos patrões, da classe política e da mídia, é que as trabalhadoras domésticas finalmente tiveram seus direitos equiparados aos das demais profissões. Demorou 70 anos e só aconteceu por causa da luta dessas mulheres. (PROJETO QUERINO, 2022).

Nos últimos anos, houve um aumento no debate sobre os direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Movimentos feministas, trabalhadoras domésticas, organizações internacionais e partes do governo têm se mobilizado para equiparar esses direitos aos de outras categorias de trabalho. Historicamente, as trabalhadoras domésticas foram excluídas ou tiveram acesso limitado a direitos trabalhistas. Embora tenham sido conquistados alguns avanços, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego, esses benefícios ainda dependem da escolha do empregador (IPEA, 2012). A Constituição de 1988 também manteve diferenças em relação a outros trabalhadores. A nível internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção 189 e a Recomendação 2014 em 2011, buscando garantir melhores condições para trabalhadoras domésticas em todo o mundo. No entanto, sua implementação no Brasil envolve questões jurídicas complexas e a necessidade de ratificação e aprovação de instrumentos legais para assegurar esses direitos de maneira efetiva. (IPEA, 2012)

A diferenciação entre trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas está relacionada com a quantidade de horas de trabalho semanal. As mensalistas são aquelas que trabalham exclusivamente em um único domicílio, com uma carga horária média de cerca de 38 horas por semana. Por outro lado, as diaristas prestam serviços em diversos domicílios e geralmente têm uma carga horária semanal menor em comparação com as mensalistas, com uma média de aproximadamente 24 horas por semana. Uma característica importante das diaristas é a flexibilidade de trabalhar em múltiplos domicílios, podendo cobrar por hora trabalhada. No entanto, essa flexibilidade muitas vezes não resulta em benefícios financeiros significativos, pois a carga horária média de trabalho das diaristas acaba sendo baixa. Isso pode estar relacionado à falta de um contrato formal de emprego e à necessidade de deslocamento entre diferentes locais de trabalho, o que pode consumir tempo e recursos (IPEA, 2012).

Portanto, enquanto as diaristas têm a vantagem da flexibilidade, a carga horária de trabalho muitas vezes reduzida pode limitar seu potencial de ganho financeiro em comparação com as mensalistas, que têm uma carga horária semanal mais consistente (IPEA, 2012).

Imagem 5: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por forma de inserção na ocupação - Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano).



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Elaboração: DIEESE (2023).

Obs.: Foram consideradas diaristas as trabalhadoras domésticas que prestam serviço em mais de um domicílio, além das que prestam serviço somente em um domicílio, mas com jornadas semanais de até 16 horas. As demais trabalhadoras são mensalistas

O trabalho doméstico, que já era subvalorizado, sofreu uma desvalorização ainda maior devido aos impactos da pandemia. De acordo com dados do DIEESE (2023, p. 14), o número de mulheres trabalhadoras domésticas com carteira assinada diminuiu significativamente de 2019 para 2021, caindo de 3,1 pontos percentuais para 0,6 pontos percentuais. Esse cenário se refletiu também no modelo de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho.

Em 2019, conforme demonstrado na Imagem 4, tínhamos cerca de 2.490.000 milhões de mulheres trabalhando como diaristas, enquanto 3,1 milhões eram mensalistas. Em 2021, o número de diarista diminuiu para aproximadamente 2.410.000 milhões de mulheres, e o número de mensalista também caiu de forma acentuada, para algo em torno de 2,8 milhões de mulheres, representando uma redução de mais de 380 mil mulheres nessa categoria. Embora tenha havido uma queda no número total de pessoas empregadas no trabalho doméstico no Brasil, de 6,1 milhões em 2019 para 5,6 milhões em 2021, é importante destacar que muitas das mulheres que permaneceram empregadas tiveram suas formas de inserção no mercado de trabalho alteradas devido à dinâmica adversa da Covid-19.

Em relação a 2022, houve um leve aumento no número de mulheres empregadas no trabalho doméstico no modelo mensalista em comparação com 2021, saltando de 2,8 para 3,0 milhões de mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a espacialidade relacional doméstica (OLIVEIRA, 2020, 2021), pensamento norteado por Anita Loureiro de Oliveira, se revela como um espaço de subalternização e invisibilidade para as trabalhadoras domésticas, sobretudo as negras. O contato de leitura e a compreensão desse espaço permitiu que eu ampliasse o meu conhecimento sobre as dimensões do espaço e, também, sobre a forma como esses espaços são lotados de opressões.

Com frequência, essas mulheres que são trabalhadoras domésticas são tratadas como "mucamas permitidas" (GONZALEZ, 2020, p.) e enfrentam uma brutal discriminação racial que persiste fortemente nos dias de hoje. As múltiplas jornadas de trabalho e a divisão sexual do trabalho que recai sobre elas, exige que consigam conciliar estudo (quando possuem tal privilégio), trabalho de forma remunerada e ainda cuidar das atividades domésticas de forma não remunerada. Isso tudo cobra um alto preço da sua saúde mental e bem-estar dessas mulheres e ainda revelam uma relação de delegação na qual as mulheres brancas contam com as mulheres negras e pobres para o trabalho doméstico para que possam seguir progredindo e ascendendo em suas carreiras profissionais (OLIVEIRA, 2021).

O trabalho doméstico é historicamente associado ao gênero e à raça. Ele vem de uma herança escravocrata que tem dificuldade de desprender desse passado. Como exemplo, mesmo agora, em pleno 2023, vimos que o “banheirinho” da empregada persiste nas arquiteturas das casas contemporâneas. O serviço doméstico é sistematicamente desvalorizado, é o tipo de serviço que ninguém quer fazer, mas que é fundamental para a manutenção da nossa sociedade. É injusto que culturalmente as mulheres sejam as responsáveis por essa atividade, sendo sempre mais de 90% e nós as responsáveis por executar essa tarefa, tendo pelo menos o dobro de horas gastas na nossa semana dedicadas a essas tarefas. Já com relação às trabalhadoras domésticas negras, elas são, sem dúvida as mais afetadas nesse sistema. Fora o fato de ainda continuarem a enfrentar condições de trabalho precárias e uma absurda discriminação racial. Portanto, é imprescindível lutarmos pelos direitos e pela valorização dessas profissionais, na intenção de combater o racismo arraigado e as desigualdades sociais associada a elas.

A implementação de políticas públicas é fundamental para garantir melhores condições de trabalho e uma remuneração justa para as trabalhadoras domésticas. Isso representaria um avanço significativo no combate às desigualdades sociais e, principalmente, ao racismo estrutural. A identidade dessas trabalhadoras é moldada por sua relação com o espaço

doméstico, com as pessoas que ocupam esse espaço junto com ela e a forma como essa parte da sociedade enxerga essa mulher. Esses espaços constituem ambientes de opressão, sobretudo com relação às arquiteturas das casas que mais preveem lugares específicos para essa mulher: o quartinho, o banheirinho, a área de serviço, uma cozinha com porta (para separar o ambiente da cozinha do resto da casa). Não é previsto que essas mulheres tenham acesso a outras partes da casa que não seja para limpar. No entanto, como tudo tem dois lados, todos esses espaços servem, também, como lugares de manutenção do poder, pois de forma silenciosa, essas mulheres são responsabilizadas por atividades fundamentais das famílias, seja na criação das crianças, nos cuidados com limpeza, higiene e alimentação ao serem detentoras de um controle sobre o bem-estar da família empregadora, sendo a responsável pelo preparo e manipulação de boa parte daquilo que a família contratante consome como alimento. Então, nesse sentido, há uma inversão de valores de poder se pensarmos nessa relação sob um outro aspecto.

Porém, esse poder não é suficiente para que essa atividade seja valorizada de alguma forma. No Brasil, muito por conta da escravidão, nos acostumamos a valorizar o bem e não o serviço associado àquele bem, justamente por termos séculos num sistema no qual a força de trabalho, em sua maioria, era explorado, ao ser escravizado. Enquanto sociedade possuímos o mal hábito de darmos valor a uma casa cara muito bem limpa, por exemplo; somos capazes de comprar objetos supercaros no qual conseguiríamos pagar um salário digno para uma pessoa limpar a casa, mas somos incapazes de achar “justo” um pagamento de salário correspondente às responsabilidades dadas às trabalhadoras domésticas. Para um bem, pagamos caro, para um serviço, é sempre caro demais. A falta de reconhecimento do trabalho doméstico como um emprego remunerado que é fundamental para a manutenção e bom funcionamento da sociedade e que, por isso mesmo, deveria ser muito bem pago. A não garantia de direitos e benefícios básicos para essas mulheres é um verdadeiro absurdo!

A luta pelos direitos e valorização dessas mulheres deve ser acompanhada por uma transformação cultural que reconheça a importância do trabalho doméstico e aprecie a contribuição vital dessas profissionais à sociedade. A ausência de políticas públicas efetivas que garantam melhores condições de trabalho e uma remuneração justa, perpetua a desigualdade social e o racismo estrutural. É necessário levar em conta as diferentes experiências e trajetórias dessas mulheres, sobretudo quando pensamos em raça.

No entanto, a luta por direitos e valorização dessas profissionais não deve se limitar a essa categoria, e sim se estender a uma luta mais ampla contra o racismo e a desigualdade social, que afetam não apenas essas mulheres, mas toda a população negra. A falta de regulamentação

do trabalho doméstico contribui para a precarização das condições laborais das trabalhadoras domésticas negras, que muitas vezes enfrentam jornadas exaustivas, baixos salários, ausência de direitos trabalhistas e exploração, assim como parte esmagadora do povo negro brasileiro.

Portanto, o não reconhecimento dessa ocupação como vital a todos perpetua ainda mais as desigualdades de gênero e raça, uma vez que esse tipo de atividade é predominantemente desempenhado por mulheres negras e, lamentavelmente, não é valorizado socialmente. A falta de acesso à educação e formação profissional também contribui para a perpetuação da desigualdade social e do racismo estrutural, uma vez que muitas trabalhadoras domésticas negras não têm oportunidades de qualificação e desenvolvimento profissional.

Por fim, essa pesquisa caracteriza uma denúncia à forma como a sociedade ainda lida com essas mulheres, servindo também como um alerta de que o modo como encaramos essa ocupação é um absurdo. Precisamos alterar esse modelo, valorizar esse trabalho, pois quem não o realiza, não tem ideia do quão desafiador é conciliar todas as ocupações, remuneradas ou não. Vivemos em uma sociedade que, muitas vezes, não está acostumada a limpar a própria sujeira, e no fim das contas, frequentemente, sobra para a mulher negra a tarefa de limpar e cuidar dos outros, principalmente do branco!

REFERÊNCIAS

AFIPEA (Brasil). Luana Pinheiro; Joana Simões de Melo Costa; Carolina Pereira Tokarski; Ranna Mirthes Sousa Correa; Stephanie Natalie Burille. **Trabalho doméstico remunerado**. Nota 4. [S. l.], 2020.

AGÊNCIA SENADO. **Decreto amplia lista de atividades consideradas essenciais** durante pandemia. Agência Senado. 29/04/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/29/decreto-amplia-lista-de-atividades-consideradas-essenciais-durante-pandemia>

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 18, p. 265-300, 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos Direitos Humanos no Mundo**. Londres, Reino Unido. © Amnesty International 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/Stefania%20Tieppo/Desktop/Anistia%20Internacional%20%E2%80%93%20Informe%202022%20e%202023.pdf>

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. **A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos**. Estudos Feministas, Florianópolis, p. 809-832, 2012.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p. ISBN 978-65-5921-232-3.

BK'. **Continuação De Um Sonho**. No álbum ICARUS. Composição: Abebe Bikila Costa Santos e Jonas Ribeiro Chagas. Produção Musical por JXNV\$. Ano de Lançamento: 2022. Fonte da Letra: LyricFind. © Warner Chappell Music, Inc.

BRASIL, Anistia Internacional et al, (org.). **Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil**. [S. l.], jun. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/06/MORTES-EVITAVEIS-pesquisa-24-06-2021.pdf>. Acesso em: abr. 2022.

_____. **Emenda Constitucional nº. 72, de 02 de abril de 2013**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

_____. **Lei Complementar nº. 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº. 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº. 5.859, de

11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1-junho-2015-780907-publicacaooriginal-147120-pl.html>

_____. **Proposta de Emenda à Constituição nº. 66, de 2012.** Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109761>

CAMTRA. **Relembrar para não esquecer:** Primeira vítima da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. CAMTRA, 26/02/2021. Disponível em: <https://camtra.org.br/relembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/>. Acesso em: abril de 2022.

CANELAS, Letícia Gregório; SOUSA, Caroline Passarini; TARDIVO, Giovana Puppim. **Mulheres escravizadas, direito e alforria no Brasil e no Caribe Francês.** Revista de História Comparada, [s. l.], ano 16, n. 1, ed. 16, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p. ISBN 978-85-87478-46-7.

CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. **A Violência Doméstica e Racismo Contra Mulheres Negras.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-14, 2020.

CARTA CAPITAL. **Na pandemia, por que serviço doméstico é classificado como essencial?** Carta Capital. 28/05/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/na-pandemia-por-que-servico-domestico-e-classificado-como-essencial/>

CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues. **Envelhecimento populacional e perfil de morbimortalidade de idosos residentes no município de Montes Claros/mg.** Revista unimontes científica, Montes Claros, v. 15, n. 1, p. 28-39, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspecto da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, University of California - Los Angeles, p. 171-188, 2002.

DALL FARRA, Carol. **Na ponta do abismo.** In: DUARTE, Mel. (Org.). Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016. ISBN 978-85-7559-503-9.

DIEESE. **O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas.** São Paulo, abril 2023. (Estudos e pesquisas). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcaglgclefindmkaj/https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>

_____. **Quem cuida das cuidadoras:** trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. São Paulo, julho 2020. (Estudos e pesquisas). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.html>

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo: Hucitec Ltda, 2000. 161 p. ISBN 85-271-0345-1.

EMICIDA. **Mandume.** No álbum Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa. Ano de Lançamento: 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc

_____. **Quem Tem Um Amigo (Tem Tudo).** No álbum AmarElo. Composição: Emicida / Wilson Das Neves. Ano de Lançamento: 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIB96rHpgPc>

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de; FERREIRA, Maria da Luz Alves; PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. “**As empregadas domésticas envelhecem?**”: envelhecimento populacional e o lugar social da categoria “doméstica” na força de trabalho. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 18, n.37, p. 229 - 254, maio/ago. 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p. ISBN 978-85-93115-26-4.

FIOCRUZ. **Saúde dos idosos na pandemia** é o tema do Sala de Convidados (11/3. Fiocruz. 11/03/2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/saude-dos-idosos-na-pandemia-e-o-tema-do-sala-de-convidados-11/3>

G1. **Governo do RJ confirma a primeira morte por coronavírus.** G1, Rio, 19/03/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: abril de 2022.

_____. **Idosa de 63 anos morre com suspeita de coronavírus em Miguel Pereira, diz secretaria municipal.** G1, Rio de Costa Verde, 17/03/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/03/17/idosa-de-63-anos-morre-por-suspeita-coronavirus-em-miguel-pereira-diz-secretaria-municipal.ghtml>. Acesso em: abril de 2022.

_____. **Seis meses após doméstica ser a 1ª a morrer de Covid no RJ,** outras profissionais relatam desafios na pandemia. G1, Rio, 17/09/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/17/seis-meses-apos-domestica-ser-a-1a-a-morrer-de-covid-no-rj-outras-profissionais-relatam-desafios-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: abril de 2022.

_____. **Mulher é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão.** G1. 21/12/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>. Acesso em: abril de 2022.

GIL, Gilberto. **A mão da limpeza.** No álbum: Raça Humana. Ano de Lançamento: 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3nId4SUxlns>

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p. ISBN 978-85-378-1889-3.

_____. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Rio de Janeiro, p. 223-243, 31 out. 1980.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Até onde Carolina nos leva com seu pensamento? Ao poder**. In: ONDE estaes Felicidade?. [S. l.: s. n.], 2014. p. 46-51. Disponível em: file:///C:/Users/Stefania%20Tieppo/Desktop/Onde%20estaes%20Felicidade%20-%20Carolina%20Maria%20de%20Jesus.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

HARAWAY, Donna. **Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective**. Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575 - 599, 1988.

HIRATA, Helena Sumiko. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Revista Tecnologia e Sociedade, n. 2, p. 1-7, 2010.

_____; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, [s. l.], v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a

_____. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019. 352 p. ISBN 978-85-93115-21-9.

_____. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota técnica - **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília, agosto de 2012

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 200 p. ISBN 978850817127-9.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Mulher, corpo e maternidade**. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio (org.). Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Schwarcz S.A., 2018. p. 353-360. ISBN 978-85-545-1143-2. Disponível em: https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ-_GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf. Acesso em: maio 2021.

MANO A MANO: **Sueli Carneiro**. [Locução de]: Mano Brown. Mano a Mano, 26 mai. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPr>

MASSEY, Doreen. **A mente geográfica**. GeoGraphia, Niterói, v. 19, n. 40, p. 36-40, 15 maio 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13798>. Acesso em: 23 jun. 2022.

_____. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações**, p. 7-23, 1999.

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 314 p. ISBN 978-85-286-1307-0.

_____. **Um sentido global do lugar**. In: ARANTES, Antonio A. (org.). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus Editora, 2000. cap. 8, p. 176-185. ISBN 85-308-0598-4. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4332656/mod_resource/content/1/DOREEN%20MA SSEY%20-%20SENTIDO%20GLOBAL%20DO%20LUGAR.pdf. Acesso em: 3 maio 2022.

NUNES, Camila Xavier; REGO, Nelson. **As Geografias do corpo e a educação (do) sensível no ensino de Geografia**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 86-107, 2011.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. **A espacialidade aberta e relacional do lar**: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19: Revista Tamoios: Especial COVID-19, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, p. 154-166, 29 abr. 2020. DOI 10.12957/tamoios.2020.50448. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448>. Acesso em: 5 jul. 2021.

_____. **CORPO, ESPACIALIDADE E MATERNAGEM**: Trilhas para uma geografia corporificada. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 17, n. 32, p. 217-243, 1 jan. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/N%C3%B3s/Downloads/eduufgd,+doi+10.5418-ra2021.v17i32.12472.pdf.

_____. **Música e Vida Urbana: encontros e confrontos na Cidade do Rio de Janeiro (1990-2008)**. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Por uma episteme dialógica, sensível e criativa**: Uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, p. 13-29, 2012.

OLIVEIRA, Fática. **Ser negro no Brasil**: alcances e limites. ESTUDOS AVANÇADOS, [s. l.], 2004. Outras formas de trabalho 2022: 2023.

PORFÍRIO, Tamis. **A cor das empregadas**: a invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2021. 152 p. ISBN 978-65-5932-073-8.

PORFÍRIO, Tamis. **Mucama Permitida**: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 3, n. 4, p. 47-58, 2017. DOI: 10.9771/cgd.v3i4.22482. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22482>

PROJETO QUERINO: **Os piores padrões**. [Locução de]:Tiago Rogero. Projeto Querino. 06 ago. 2022. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VB3vLv84Gcw> Acesso em: 16/07/2023.

PRZYBYSZ, Juliana; SILVA, Joseli Maria. **Pesquisar para transgredir: fazendo geografias feministas corporificadas**. Caderno Prudentino de Geografia, Caderno Prudentino de Geografia, v. 3, n. 41, p. 51-62, 2019.

RACIONAIS MC'S. **Negro Drama**. No álbum: Nada Como um Dia Após o Outro Dia. Ano de Lançamento: 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tWSr-NDZI4s> Acesso em: 11/01/2023

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Vínculo Social: cartografia da ação em contextos metropolitanos** (Segunda fase do projeto: “Cartografia da ação e análise de conjuntura: reivindicações e protestos em metrópoles brasileiras”). Projeto de pesquisa desenvolvido com o apoio do CNPq e da FAPERJ no âmbito do LASTRO – Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território. 2006b

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993, p. 137- 143 / 150 - 160. Disponível em: <file:///C:/Users/Stefania%20Tieppo/Desktop/Espa%C3%A7o%20paradoxal%20-%20Gillian%20Rose.pdf>

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979. 196 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. 384 p. ISBN 978-85-314-0713-0.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: EdUSP, 2020a.

_____. **Por uma Geografia Cidadã**: por uma epistemologia da existência. Boletim Gaúcho de Geografia. 21: 7-14, ago., 1996.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Júnior. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenologia. 3. ed. Petropolis: Vozes, 1997.

SILVA, Joseli Maria. **Por uma Geografia encarnada**: corporalidades e poder. Intérprete: Joseli Maria Silva. Youtube: PET Geografia UFGD, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Gma-xEnf18&t=18s>. Acesso em: 21 out. 2023.

_____.; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. **‘Não me chame de senhora, eu sou feminista’!** Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. GEOgraphia, Niterói, v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017.

SILVA, Marcia Alves Soares da. **Pensar e sentir para (re)existir**: Geografias emocionais e fotobiografias de estudantes de Geografia. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 10, n. 20, p. 258-283, 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. **O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 171 p. ISBN 978-65-5979-029-6.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho Doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 248 p. ISBN 978-65-87113-72-2.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Amas de leite**. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (org.). Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Schwarcz S.A., 2018. p. 101-108. ISBN 978-85-545-1143-2. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ--GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf>. Acesso em: maio 2021. Versão 1.8:2021